



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Suelen Santos Vanna

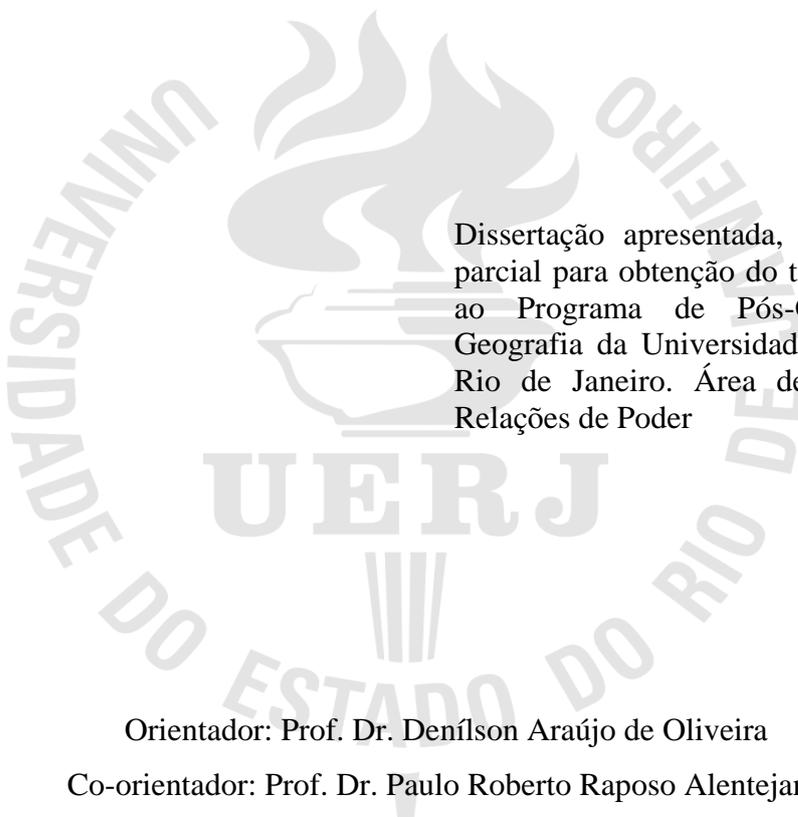
**O protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem  
Terra – Rio de Janeiro**

São Gonçalo

2021

Suelen Santos Vanna

**O protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Rio de Janeiro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Relações de Poder

Orientador: Prof. Dr. Denílson Araújo de Oliveira

Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

V264 Vanna, Suelen Santos.  
O protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Rio de Janeiro / Suelen Santos Vanna – 2021.  
144f.

Orientador: Prof. Dr. Denílson Araujo de Oliveira.  
Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Teses. 2. Movimentos sociais – Teses. 3. Mulheres – Condições sociais – Teses. I. Oliveira, Denílson Araujo de. II. Alentejano, Paulo Roberto Raposo. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. IV. Título.

CRB/7 - 4994

CDU 332.021.8

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Suelen Santos Vanna

**O protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Relações de Poder.

Aprovada em 11 de março de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Denílson Araújo de Oliveira (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Co-orientador)  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Mariane de Oliveira Biteti  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Roberta Carvalho Arruzzo  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Esse é o momento de agradecer a todos que me apoiaram e possibilitaram que eu conseguisse concluir essa etapa da minha vida acadêmica. Primeiramente, gostaria de agradecer a todas as companheiras e companheiros do MST, que, historicamente, vêm desenvolvendo um papel fundamental na luta pela terra no Brasil.

Agradecer ao professor Paulinho por contribuir para a minha formação e por ter me acolhido no grupo de pesquisa GeoAgrária, onde pude compreender a fundo a realidade do campo brasileiro. Foi por meio do grupo que tive o meu primeiro contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Agradecer ao meu orientador, Denílson, pelos ensinamentos e por me receber no grupo de pesquisa NEGRA. Também gostaria de agradecê-lo pela paciência e atenção nos períodos mais difíceis durante a pesquisa.

Gostaria de agradecer à minha mãe Claudete, ao meu pai Rogério, ao meu tio Fernando, à minha filha Valentina, ao meu companheiro Gabriel e às minhas avós Lia e Ilma e à minha irmã Grazieli por estarem sempre ao meu lado e serem a melhor rede de apoio que eu poderia ter.

## RESUMO

VANNA. Suelen Santos. *O protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Rio de Janeiro*. 2021 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi criado no ano de 1984 e, desde então, vem sendo um importante ator social na luta pela terra no Brasil ao reivindicar uma reforma agrária popular. O Movimento tem se mostrado eficaz em sua atuação ao enfrentar o modelo de agricultura imposto pelo agronegócio e nas conquistas de terras para fins de reforma agrária. Ao longo dos anos, a história do Movimento foi apreendida dentro de uma perspectiva homogeneizada. Essa pesquisa, no entanto, busca lançar um outro olhar ao compreender as contribuições das mulheres na luta pela terra, analisando o protagonismo da mulher no MST no estado do Rio de Janeiro. A interseccionalidade será utilizada como ótica de análise das relações de subordinação e opressão em que as mulheres periféricas foram submetidas no período da colonialidade. Como metodologias serão realizadas entrevistas com lideranças femininas do Movimento para compreender as formas de existência e resistências desenvolvidas pelas mulheres, construindo novas espacialidades na luta pela reforma agrária popular.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. MST. Movimentos Sociais.

## RESUMEN

VANNA. Suelen Santos. *El papel de la mujer en el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra - Río de Janeiro*. 2021 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

El Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) se creó en 1984 y desde entonces ha sido un actor social importante en la lucha por la tierra en Brasil y ha pedido una reforma agraria popular. El Movimiento se ha mostrado efectivo en su acción, enfrentando el modelo de agricultura impuesto por los agronegocios y la conquista de tierras con fines de reforma agraria. La historia del Movimiento, generalmente dentro de una perspectiva masculinizada, esta investigación busca comprender las contribuciones de las mujeres en la lucha por la tierra mediante el análisis del papel de las mujeres en el MST en el estado de Rio de Janeiro. La interseccionalidad se utilizará como óptica para analizarlas relaciones de subordinación y opresión en las que fueron sometidas las mujeres periféricas en el período de la colonialidad. Como metodologías se realizarán entrevistas con mujeres líderes del Movimiento para comprender las formas de existencia y resistencia desarrolladas por las mujeres, construyendo nuevas espacialidades em la lucha por la reforma agraria popular.

Palabra Clave: Mujer. Género. MST. Movimientos Sociales.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEB	Comunidade Eclesiais de Base
CNMTR	Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da terra
FETAG	Federação Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados (as) Rurais
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
1	<b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO OBJETOS DE ESTUDO DA GEOGRAFIA</b> .....	18
1.1	<b>O debate de classe, gênero e raça</b> .....	19
1.2	<b>Os movimentos sociais nos clássicos das Ciências Sociais</b> .....	27
1.3	<b>Os Movimentos sociais como objetos de análise na Geografia</b> .....	29
1.4	<b>As múltiplas escalas do agir feminino</b> .....	48
2	<b>O GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE NA GEOGRAFIA</b> .....	54
2.1	<b>Uma nova gramática na luta pela terra</b> .....	64
2.2	<b>Agroecologia e bem viver na construção de novas relações sociais</b> .....	78
3	<b>O MST E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO</b> .....	97
3.1	<b>O Setor de Gênero do MST</b> .....	108
3.2	<b>As ações do mês de março protagonizadas pelas mulheres Sem Terra</b> .....	111
3.3	<b>O agir político das mulheres do MST- Rio de Janeiro</b> .....	116
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	135
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139
	<b>ANEXO - Roteiro para entrevista semiestruturada</b> .....	144

## INTRODUÇÃO

Foi durante uma vivência organizada pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária), no assentamento Osvaldo de Oliveira, localizado no município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, que me aproximei da temática do protagonismo das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao longo daquela semana, estava sendo organizado um mutirão com diversas ações de formação no assentamento em conjunto com as universidades. A atividade que me despertou um maior interesse foi a organização de um coletivo de mulheres do assentamento. Nessa reunião, foi debatida a divisão sexual do trabalho no campo e, também, foi pautada a necessidade de as mulheres produzirem peças artesanais a fim de serem comercializadas, tendo como objetivo a criação de uma autonomia financeira das mulheres do assentamento.

Ainda durante o período da graduação, conheci o Espaço de Comercialização de Produtos Oriundos da Reforma Agrária Terra Crioula, onde os assentados e assentadas do Movimento levam a produção dos assentamentos e acampamentos do MST para serem comercializados no centro da cidade do Rio de Janeiro. Esse espaço, além de ser inovador, no sentido de estabelecer um diálogo entre o campo e a cidade era organizado majoritariamente por mulheres, naquele momento, e lá pude conhecer mais um coletivo de mulheres do MST.

Nesse espaço, também conheci as militantes que atuavam no setor de produção, de educação e de direitos humanos, além de ter contato, pela primeira vez, com o coletivo Culinária da Terra e com o Coletivo de Mulheres Empório da Chaya.

Quando entrei no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FFP/UERJ, essa pesquisa buscava compreender como as ações dos coletivos de mulheres do MST possibilitavam a autonomia e inseriam essas sujeitas nos espaços políticos. Na época, a intenção era acompanhar o Coletivo de Mulheres Empório da Chaya, localizado no acampamento Marli Pereira da Silva, no município de Paracambi/RJ.

No entanto, as eleições de 2018 no Brasil tiveram como resultado a vitória de um governo autoritário, que deixou claro que não iria dialogar com os movimentos sociais, principalmente, com aqueles que fazem oposição direta aos seus projetos. Com base nas declarações do presidente eleito, o Movimento colocou em prática a resistência ativa, em que os militantes buscam não retroceder nenhum direito, mas estabeleceu um plano para manter seus integrantes de maneira mais segura possível. Assim, muitos acampamentos foram

desfeitos e, os militantes, deslocados para outros assentamentos ou acampamentos mais seguros.

O acampamento Marli Pereira da Silva foi um dos acampamentos que foram desestruturados durante o atual governo. Algumas famílias foram realocadas em assentamentos do MST ou para acampamentos com melhor estrutura. Algumas pessoas preferiram permanecer no local, mas o movimento não está mais articulado naquele espaço.

Durante a pesquisa, estive acompanhando o Espaço de Comercialização Terra Crioula e, por meio dele, eu mantinha o contato com algumas mulheres do MST, que atuavam em diversas frentes dentro do próprio Movimento. Uma característica fundamental desse espaço é a circulação e convivência de mulheres com diferentes histórias dentro do Movimento, algumas assentadas e outras militantes que vivem nas áreas urbanas.

Devido à conjuntura de 2019, momento em que o MST estava sofrendo uma série de retaliações por parte do atual governo federal, e que também se repetia na escala estadual, a pesquisa buscou avançar a partir das ações desenvolvidas pelas mulheres do Movimento nos diferentes espaços geridos no estado do Rio de Janeiro, pois essas sujeitas sempre estiveram presentes na luta pela terra no estado.

Vivemos um contexto político, em diferentes escalas, em que o enfrentamento ao capitalismo tem mobilizado o debate das diferentes hierarquias que o estruturam. Raça, classe, sexualidade e gênero, entre outras, compõe múltiplos sistemas de opressão, exploração e dominação que se retroalimentam como forma de reprodução do capitalismo. A luta das mulheres no campo brasileiro vem inserindo uma nova gramática política no enfrentamento ao capitalismo e no entendimento da questão agrária brasileira.

O presente trabalho busca compreender o protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, analisando suas práticas espaciais de resistência e existência contra o modelo imposto pelo agronegócio<sup>1</sup> no estado do Rio de Janeiro, no período entre os anos 1984 a 2020, reforçando as contribuições da mulher na formação do MST, a chegada do Movimento no estado e sua atuação nos dias atuais por meio de seus projetos específicos.

O período escolhido abrange desde a formação do MST, 1984, no município de Cascavel, no Paraná, partindo de uma escala nacional afim de evidenciar a contribuição do Movimento na luta por reforma agrária e justiça social, passando pela chegada da organização ao estado do Rio de Janeiro até os dias atuais. Atualmente, o MST, além de enfrentar o

---

<sup>1</sup> Leite e Medeiros (2012) afirmam que no Brasil o termo agronegócio se refere a todas as atividades que envolvem produção e distribuição de produtos agropecuários. Atualmente o agronegócio executa os projetos neoliberais para o campo brasileiro, aprofundando problemas sociais e ambientais no espaço agrário do país.

modelo imposto pelo agronegócio no campo brasileiro, faz, por meio da resistência ativa, um enfrentamento ao governo Bolsonaro, de modo a combater a implementação de medidas neoliberais no campo, que, por sua vez, abrem caminho para novas áreas de exploração do agronegócio.

Os objetivos específicos a pesquisa são: 1) analisar a história do Movimento partindo do protagonismo das mulheres; 2) Identificar as estratégias de lutas das mulheres; 3) Identificar suas principais agendas políticas; 4) Identificar as práticas espaciais das mulheres do MST.

Enquanto o Movimento se consolidava e criava estratégias de luta para que fosse implementada uma reforma agrária no Brasil, as mulheres camponesas foram conquistando o direito enquanto trabalhadoras rurais e reivindicando a atuação nos diferentes espaços do MST. Ao longo dos anos, a luta do Movimento somou outras sujeitas, de maneira que possibilitou a construção de uma rede de solidariedade entre os movimentos sociais do campo e da cidade, tornando a luta mais complexa e visando a transformação da sociedade brasileira.

O caderno de campo foi utilizado durante as visitas aos espaços de comercialização, feiras e no Armazém do Campo, onde a presença das mulheres sempre foi muito forte. Por meio desses espaços a pesquisa fez contato com mulheres de diferentes assentamentos, acampamentos e dos setores do MST, com militantes que atuam na base da produção, na comercialização e nos espaços políticos do Movimento.

A análise de documentos foi utilizada como um procedimento metodológico. Foram analisados documentos que relatavam a luta histórica das mulheres Sem Terra. O Manifesto das Mulheres Sem Terra, foi um desses registros importantes para compreender as lutas das militantes, suas reivindicações e formas de manifestações. Outros documentos analisados foram edições do Jornal Sem Terra, artigos, notícias e publicações disponíveis no endereço eletrônico do Movimento.

Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico, que auxiliou no resgate da história das trabalhadoras do campo com base em monografias, teses e dissertações, que abordavam a temática da luta das mulheres no campo. Por meio desse levantamento, foi possível perceber algumas questões que eram centrais para compreender a luta das mulheres camponesas, como por exemplo a soberania alimentar, a agroecologia e o feminismo Camponês e Popular.

As entrevistas foram utilizadas como metodologia de pesquisa. Os critérios para a escolha das mulheres que foram entrevistadas durante a pesquisa, foram as trajetórias de luta que construíram junto ao Movimento e os espaços que elas ocupam atualmente, que

evidenciam o protagonismo das mulheres na luta pela reforma agrária popular. Constitui como objetivo compreender as “grafagens” espaciais protagonizadas pelas mulheres dentro do MST-RJ.

Foram realizadas conversas com uma integrante do setor de Direitos Humanos e com uma integrante do setor de Formação, que auxiliaram na organização do roteiro das entrevistas e reestruturação da temática do trabalho. Durante a pesquisa, foram entrevistadas as seguintes militantes: 1) uma integrante do setor de Frente de Massa, e que compõe a Direção Nacional do MST. A militante atua no grupo desde o ano de 1989, a princípio no estado do Paraná e, posteriormente, veio para o Rio de Janeiro, com o intuito de ajudar na organização do Movimento no estado; 2) uma integrante o setor de Produção, cuja atuação no MST iniciou no ano de 2013; 3) uma militante que passou a integrar o Movimento em 2009, fez parte do Sem Terrinha, posteriormente participou do coletivo de jovens, e atualmente contribui no setor de Produção.

Após as entrevistas, foi realizada a análise dos dados empíricos. Identificamos quais falas e discursos convergiam e quais elementos apareciam mais vezes. Essas falas foram destacadas no último capítulo. Também foram analisadas as temáticas que foram propostas no roteiro das entrevistas, mas apareceram pouco durante as falas das entrevistadas. As entrevistas foram semiestruturadas e por isso outros elementos surgiram. Um exemplo que podemos destacar foram alguns problemas sofridos pelas mulheres que se intensificaram durante a pandemia de COVID-19.

As militantes destacaram as campanhas que o MST desenvolveu durante esse período. Partindo desse elemento, destacado nas falas das entrevistadas, a pesquisa fez uma breve análise das ações protagonizadas pelas mulheres e, também, abordamos problemas sociais que se intensificaram durante o período de pandemia. Para essa análise utilizamos artigos publicados pelo Movimento e programas divulgados pelo MST. Destacamos a campanha do Setor de Gênero e as ações protagonizadas por mulheres.

A pesquisa pode ser definida como uma pesquisa qualitativa. Buscamos compreender ações sociais de um determinado grupo (as mulheres do MST) por meio das práticas espaciais protagonizadas pelas militantes. A pesquisa qualitativa busca uma aproximação entre o sujeito investigador e o objeto investigado. Assim, há um aprofundamento na realidade social com o intuito de melhor compreendê-la. Como aponta Martins (2004):

É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto

em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. (MARTINS, 2004, p. 292)

Partimos da compreensão que as mulheres do Movimentos fazem um antagonismo ao agronegócio. Por isso, o método utilizado na pesquisa foi o materialismo histórico dialético. Por meio dele é possível analisar as contradições do objeto de estudo uma vez que as mulheres do MST constroem suas táticas de luta com base nas desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Assim, essas sujeitas evidenciam as contradições da luta de classes. Entretanto, elas inserem uma nova gramática na luta pela terra, trazendo visibilidade para outros pilares da dominação capitalista. Essas mulheres vão construir um enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e a lgbtfobia.

O método de interpretação trata-se da concepção de mundo do pesquisador. É a sua visão da realidade, da ciência. Ele é uma sistematização das formas teóricas de conceber a realidade. O método de interpretação necessita de clareza, de lógica e de racionalidade. Na geografia a análise interpretativa utiliza-se da crítica às questões econômicas, sociais, ambientais e culturais. Pode ser uma aplicação filosófica ao trabalho da ciência. (MORAES; COSTA, 1984)

As mulheres do MST evidenciam, desse modo, as contradições existentes na produção na medida que contestam o atual modelo hegemônico no campo brasileiro. Elas reivindicam o acesso à terra, à água, ao maquinário e às sementes. Elas afirmam que por meio da matriz agroecológica seria possível construir novas relações de produção, voltadas para o abastecimento da população do campo e da cidade, garantido a soberania alimentar. Enfim, colocando os assentamentos à serviço da população brasileira e construindo relações anticapitalistas e anti-imperialistas.

O trabalho busca, também, trazer visibilidade para as contribuições das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, destacando a especificidades dessas sujeitas, o lugar que ocupam na estrutura social e seu lugar de fala. Essa pesquisa acredita que os movimentos sociais são agentes transformadores das estruturas sociais. Por sua vez, o MST, em toda sua trajetória, vem conseguindo romper com o padrão da estrutura vigente e busca construir novas relações sociais, pautadas na igualdade de gênero, raça, sexualidade e classe.

Atualmente, existem poucos trabalhos que relacionam a questão de gênero a movimentos sociais no campo. A maioria dos estudos nessa temática encontra-se nas áreas urbanas. Desse modo, a pesquisa busca contribuir para a produção de conhecimento sobre gênero no campo brasileiro, no intuito de lançar uma reflexão sobre as trajetórias, práticas e discursos reiterados ou rearticulados por mulheres, evidenciando a importância dessas

contribuições para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, tendo como norte as possibilidades de transformação e engajamento que esse grupo possui enquanto movimento social. Assim, pode-se reafirmar a contribuição da mulher na formação e manutenção do Movimento a partir das experiências vivenciadas por essas militantes. Também é necessário destacar que a atuação nos espaços políticos vem promovendo mudanças na vida dessas mulheres.

Historicamente, o gênero foi utilizado como um elemento classificatório dos corpos humanos, determinando a superioridade do homem em detrimento da subalternização da mulher. O debate de gênero vem formando um corpo teórico na Geografia brasileira, porém, ainda são poucos os trabalhos que desenvolvem essa temática na ciência geográfica, especialmente com relação ao espaço agrário. Essa pesquisa, então, pretende contribuir para esse campo teórico. Partimos de uma análise das relações sociais de maneira interseccional, compreendendo que a opressão e dominação do sistema capitalista se estruturam nas categorias de classe, gênero, raça e sexualidade.

Embora os estudos dos movimentos sociais sejam recentes na Geografia, muitos pesquisadores vêm contribuindo para a construção de um arcabouço teórico dos movimentos sociais a partir dos conceitos e chaves de análise da ciência. Os movimentos sociais são responsáveis por grafar o espaço através de suas espacialidades e, assim, podem ser compreendidos como produto e produtores do espaço geográfico. O conflito, por sua vez, é um elemento fundamental para compreender o surgimento dos movimentos sociais, mas é necessário qualificá-lo, e é justamente o lugar que proporciona essa qualificação.

Vale destacar, ainda, que os movimentos sociais buscam instaurar uma nova ordem e racionalidade na sociedade, de modo a questionar os padrões dominantes. A espacialidade e a resistência surgem exatamente como uma tentativa de resposta às questões que são produzidas pelo Estado e pelo capital, agentes hegemônicos que concebem o espaço (derivado de uma lógica de saberes técnicos e racionais, científico, urbano, tecnocrata). Alentejano (2007), explica essa relação:

Para Melluci, a própria forma de funcionamento dos movimentos é uma contestação aos padrões dominantes, de tal forma que os movimentos praticam no presente as mudanças pelas quais lutam no futuro. Embora em si os movimentos já sejam um sucesso, pois ao existir estão questionando os padrões dominantes, mais amplamente falando seu sucesso está na promoção da modernização, da inovação e da reforma dos valores culturais e sociais. (ALENTEJANO, 2007 p.4)

Os movimentos sociais do campo brasileiro são frutos da estrutura fundiária marcada por uma concentração e distribuição desigual da terra. Os movimentos surgem com a intensificação dos conflitos nas áreas rurais. A expulsão do trabalhador rural da terra onde vivia fez com que uma parcela considerável desses trabalhadores expulsos se organizasse para resistir ao projeto de “modernização” do campo.

Como mencionado anteriormente, o MST foi fundado no ano de 1984, no município de Cascavel, no Paraná. Desde então, o movimento vem sendo um importante ator social e político na luta pela terra no Brasil por meio da reivindicação de uma reforma agrária. O Movimento tem se mostrado eficaz em sua atuação no enfrentamento ao pacote de modernização do campo e nas conquistas de terras para fins de reforma agrária. Embora o estado do Rio de Janeiro possua um alto grau de urbanização, os conflitos rurais estão presentes.

O Movimento elaborou o projeto de reforma agrária, um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro que se opõe ao implantado pelo agronegócio, indo além da redistribuição de terra no campo brasileiro. O objetivo é reivindicar uma série de políticas públicas que possibilitem a permanência do trabalhador no campo. O impacto da concentração da estrutura fundiária e da permanência no campo teve consequências distintas para homens e mulheres. Engelham (2016) postula que:

A Reforma Agrária Popular norteia a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio. E propõe como alternativa um modelo de produção baseado em uma matriz de produção agroecológica, para a produção de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo e o desenvolvimento do País. (ENGELMANN, 2016, p.130).

O modelo de desenvolvimento atual para o campo brasileiro tem como base a mecanização da agricultura e a produção de monocultura para exportação. Tais princípios têm se mostrado nocivos ao meio ambiente, uma vez que gera desmatamento, contamina o solo, os rios e lençol freático, com o uso dos agrotóxicos. O “des-envolvimento” criado pelo agronegócio no Brasil também tem se configurado como uma ameaça às populações tradicionais, e aos povos originários. Os representantes do grande capital no campo vêm grilando terras indígenas, devastando áreas de preservação ambiental e reservas extrativistas. Assim, o agronegócio age para eliminar as diferentes formas de existência que impeçam o seu avanço.

O MST se estrutura nos seguintes setores: Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação, Meio Ambiente e Frente de Massa. O Setor de Gênero foi criado para combater as desigualdades entre homens e mulheres e inserir as militantes do movimento em diferentes espaços (formação, produção, político), contribuindo para o aumento de capital político, cultural e econômico das mulheres. Todos esses setores revelam a pluralidade de sujeitos e sujeitas políticos dentro do Movimento.

As mulheres do MST constituem um importante ator social na luta pela reforma agrária popular e estão presentes nos diferentes setores do movimento, suas práticas espaciais de resistência se organizam e criam múltiplas escalas<sup>2</sup>.

São muitas as contribuições e conquistas alcançadas pelo Movimento, porém essa história sempre é contada de forma homogênea, como se a forma de experimentar o espaço fosse a mesma entre homens e mulheres. A leitura das ações do MST pode acabar reforçando uma perspectiva masculina da luta pela terra, evidenciando o homem como protagonista da luta. Assim, esse trabalho evidencia a mulher como sujeito ativo na luta por terra e pelos direitos das trabalhadoras rurais. Vale destacar, ainda, que as violências enfrentadas pelas mulheres no campo são diferentes do que são sofridas pelos homens. Tal situação torna-se nítida diante dos casos de assédio, ameaça, tentativas de estupros que elas sofrem e, muitas vezes, são silenciadas nas estatísticas de violência no campo.

A dominação se perpetua por meio da construção do outro e, por isso, é necessário pensar em metodologias que rompam com essa lógica, de maneira a construir resistências ao modelo de dominação que se articulam por diferentes campos. Em outras palavras, é preciso descolonizar a forma de produzir conhecimento. A autora bell hooks (1964), em sua obra, ressalta a necessidade de criar maneiras novas e libertadoras de pensar sobre a realidade social, e construir uma identidade na resistência. A autora faz uma conexão entre a obra de Paulo Freire, especialmente a sua proposta de uma pedagogia libertadora, e a teoria feminista anticolonial. A partir dessas noções, buscamos construir uma pesquisa voltada para a realidade das mulheres camponesas, que vivem na periferia do capital, não olhando para os pontos de luminosidade, tornando possível, assim, fazer uma leitura da realidade dos assentamentos rurais e de como as mulheres do movimento podem se tornar sujeitos na luta e na resistência contra os projetos de dominação seja pelo capital, pelo gênero ou pela raça.

---

<sup>2</sup> A política construída pelas mulheres é uma política com o corpo. As escalas das suas ações vão do corpo à casa (numa relação tensa com a lógica patriarcal de criação de novos significados da cozinha), às ocupações, aos acampamentos e/ou assentamentos, às tensões no INCRA, às redes políticas internacionais com a participação de fóruns internacionais denunciando as violências no campo.

A partir da concepção de que não seria possível compreender a dominação do sistema mundo moderno colonial apenas pela categoria de análise do gênero, outras formas de dominação serão interpretadas, como classe e raça, que são elementos fundamentais para compreender as realidades das mulheres do MST. Embora o Movimento venha construindo várias frentes de luta que expressam a intenção de avançar na luta contra a discriminação e as desigualdades com base em raça, gênero, sexualidade e classe, essa pesquisa vai analisar a atuação das militantes através dos conceitos, principalmente, de classe e gênero.

Segundo Collins (2015) não é possível pensar uma solução para o fim das opressões se pensarmos classe, gênero e raça de maneira desassociada. Por isso, existe a necessidade de criar novos padrões de pensamento e ação. Assim, como é possível fazer uma leitura das relações sociais a partir dos conceitos de classe e raça, faremos uma leitura inserindo o gênero como mais uma categoria de análise, pois se trata de uma das interseções que constitui as relações sociais. A interseccionalidade será utilizada como ferramenta metodológica que possibilitará compreender a interseção da luta das mulheres do Movimento, que se baseia na classe e gênero. Tornando possível uma leitura da realidade da mulher camponesa.

No primeiro capítulo será desenvolvido o embasamento teórico da pesquisa. Inicialmente, será abordado como a dominação de classe, gênero e raça foi sendo construída dentro da lógica capitalista, como explicitado nos trabalhos de Marx e Engels (1999), Federici (2017) e Quijano (2010). Em um segundo momento, a pesquisa vai articular a ciência geográfica com os estudos sobre movimentos sociais. Será feito, também, o debate de como os movimentos sociais vem sendo utilizados como objeto de pesquisa na Geografia brasileira, a partir das três tendências organizadas por Santos (2011). Também buscamos aprofundar os cinco pontos destacados por Porto-Gonçalves (2005) para analisar os movimentos sociais a partir das chaves de análise da ciência geográfica.<sup>3</sup>

Ainda no primeiro capítulo, conceito de escala a partir de Santos R. (2011), Masson (2007) Castro (2009) e Grandi (2015) foi utilizado para compreender a espacialização dos movimentos sociais e como eles são organizados nas múltiplas escalas. Esse conceito também será utilizado para compreender a articulação entre a luta das mulheres camponesas pela emancipação de suas terras, corpos e território.

No segundo capítulo, desenvolvemos considerações sobre o debate da Geografia e gênero, evidenciando a dificuldade desse campo se consolidar. Na sequência, a pesquisa aborda as contribuições das autoras feministas decoloniais, com intuito de construir uma nova

---

<sup>3</sup> É importante notar que há uma predominância masculina nos estudos e teorizações sobre movimentos sociais no campo brasileiro. Nosso trabalho se soma aos estudos que buscam modificar esse quadro.

gramática da luta pela terra, a partir da leitura do mundo moderno colonial de gênero e da interseccionalidade. Com base nas obras de Lugones (2014), Segato (2014), Collins (2015) o conceito de gênero será abordado. As autoras apresentam estudos que apontam para a reflexão de como o sistema mundo moderno colonial foi estabelecendo seu sistema de divisão de gênero binário nas sociedades indígenas (originárias) e afro-americanas. Embora o período colonial tenha acabado, a colonialidade se perpetua até os dias atuais e está presente nas relações sociais.

Ainda no segundo capítulo, foi abordada a importância da agroecologia na construção de novas relações de produção. Com base na obra de Shiva (2002) foram problematizados os impactos ambientais e sociais do modelo de produção hegemônico. Atualmente, a agroecologia foi incorporada ao projeto de reforma agrária popular. Por meio da incorporação de suas práticas o Movimento vem produzindo com base na diversidade e criando alternativas que preservam os biomas e garantam alimentos na mesa dos trabalhadores do campo e da cidade.

No terceiro capítulo, com base na obra de Stédile (1999) e Mafort (2013), apresentamos reflexões sobre a trajetória da luta pela reforma agrária no Brasil, a partir do seu processo de formação e consolidação enquanto um dos atores mais importantes na luta por terra e que, possui um histórico de contribuições para a teorização dos movimentos articulados no campo brasileiro. Outra referência importante é Alentejano (2007), que traz o conceito de contra-espço, desenvolvido por Moreira, para analisar e conceituar os assentamentos do MST, de modo a evidenciar a trajetória do Movimento na luta reforma agrária no Rio de Janeiro.

Ainda no terceiro capítulo, abordaremos a trajetória de luta das mulheres camponesas, destacando as contribuições destas sujeitas na luta pela terra e por direitos trabalhistas. Em todas as ações do MST as mulheres estiveram presentes. A história do Movimento é marcada pela reivindicação de uma maior inserção das militantes nos diferentes espaços geridos pelo Movimento. Podemos destacar, como exemplo, a maior conquista destas reivindicações, que foi a consolidação do Setor de Gênero. Por último será apresentado as formas de organização, pautas, articulação e atuação das mulheres do MST- Rio de Janeiro.

## 1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO OBJETO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA

A história da sociedade é marcada por disputas de poder entre os diferentes agentes presentes nela. Nesse contexto, os movimentos sociais surgem como antagonistas à ordem dominante, de maneira a realizar disputas por um outro projeto de sociedade. A Geografia, na década de 1970, se aproxima da temática dos movimentos sociais buscando compreender as ações desses agentes de transformação social.

Os movimentos sociais do campo e da cidade têm assumido um papel de protagonistas na luta contra a desigualdade gerada pelo sistema capitalista. Esses grupos buscam combater a desigualdade social e reivindicar melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Eles denunciam, em suas ações nos diferentes territórios, a dominação imposta pelo grande capital, que têm como base a opressão de classe, gênero e raça.

Os movimentos sociais no campo fazem um enfrentamento às múltiplas formas de dominação do capitalismo nesse local. No contexto brasileiro, a lógica capitalista e imperialista é representada pelo agronegócio. Como um importante contraponto, consideramos o MST como um ator fundamental, já que se trata de um movimento que visa construir uma grande frente de luta articulada contra as ações do agronegócio.

O conflito entre os movimentos sociais e o grande empresariado rural se manifesta de muitas formas. Um problema sempre apontado pelos militantes do campo, por exemplo, constitui a forma que o sistema capitalista compreende a natureza enquanto recurso, de modo a realizar projetos de “des-envolvimento”<sup>4</sup>, reforçando o antagonismo entre a sociedade e a natureza. Em nome do desenvolvimento progresso dos países periféricos, estão em curso projetos que vêm destruindo biomas, degradando o solo, padronizando e homogeneizando a produção agrícola, contaminando as águas e levando várias espécies do planeta à extinção.

---

<sup>4</sup> “o desenvolvimento desigual centro-periférico do capitalismo mundial onde nossa região se desenvolve desenvolvendo o subdesenvolvimento através da super-exploração do trabalho/da natureza.” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p.4)

## 1.1 O debate de classe, gênero e raça

Para compreender como as relações de gênero, classe e raça se estabelecem no sistema capitalista a pesquisa têm como base os conhecimentos de Marx e Engels (1999), Federici (2016) e Quijano (2010).

Marx e Engels (1999), no *Manifesto do Partido Comunista*, desenvolvem uma análise sobre a sociedade burguesa industrial. Os autores pensaram a diferenciação social a partir das classes que, naquele momento, se distinguiam entre burgueses e proletários. Segundo os autores, “a história da sociedade é a história das lutas de classes”, de modo que se estabelece uma oposição entre opressores e oprimidos. Assim, para esses teóricos, os dois grupos sempre estiveram em disputa de forma direta ou indireta:

Nas primeiras épocas históricas, verificamos que quase toda a parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escalada graduada das condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na idade média senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos e em quase que em cada uma dessas classes, novas divisões hierárquicas. (MARX, ENGELS, 1999, p.7)

Na obra, os autores, ainda, apontam que nas sociedades que antecederam à sociedade burguesa já existiam diferentes classes sociais, que eram baseadas numa hierarquia social. O modelo capitalista, todavia, reforçou uma dualidade criando dois campos antagônicos, sendo eles burgueses e proletários: “Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe, a sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos, em duas grandes classes diametralmente opostas, a burguesia e o proletariado.” (MARX, ENGELS, 1999, p.8)

São inegáveis as contribuições do marxismo para compreender as relações que se dão na sociedade com base nas classes sociais. Contudo, matrizes eurocêtricas dominaram algumas leituras do marxismo, de modo a silenciar outros projetos de dominação e emancipação mais ligadas ao gênero e à raça, por exemplo.

A obra de Marx e Engels (1999) é um clássico que se faz atual para compreender a sociedade e o processo de acumulação capitalista. Sua obra, no entanto, volta-se para a sociedade europeia em seu processo de industrialização, deixando algumas limitações para pensar como ocorre a exploração capitalista nas áreas periféricas. A acumulação do capital por meio do corpo da mulher, a questão do trabalho forçado exercido pelos negros na América, a escravização e extermínio das populações autóctones são outros elementos que

precisam ser levados em consideração para compreender o desenvolvimento do sistema capitalista e as múltiplas formas de dominação que ele exerce.

Shanin (1984) postula que, na teoria desenvolvida por Marx (1999), alguns sujeitos foram negligenciados. Segundo o autor, o pesquisador alemão reconhece o seu eurocentrismo, porém não consegue dar um salto epistemológico, de modo a não estabelecer uma ruptura com esse padrão de poder. O materialismo histórico posterior a Marx deixa de lado essa indagação à cerca das histórias de sujeitas e sujeitos que ficaram de fora da teoria.

Em primeiro lugar, Marx manteve-se, até quase o final de seu trabalho, dentro de uma mesma perspectiva saintsimoniana, eurocêntrica, de uma seqüência histórica unilinear e unidirecional de sociedade de classe. Contudo, como muito bem se sabe agora, ao ir se familiarizando com as questões históricas e com o debate político dos “populistas” russos, percebeu-se que essa unidirecionalidade e unilinearidade deixava de fora outras histórias e outras experiências históricas decisivas. Chegou assim a ser consciente do eurocentrismo da sua perspectiva histórica, mas não chegou a dar um salto epistemológico correspondente. O materialismo histórico posterior escolheu condenar e omitir esse trecho da indagação de Marx e agarrou-se dogmaticamente ao mais eurocentrista da sua herança. (SHANIN, 1984. *apud* QUIJANO, 2009, p. 92)

Dito isso, torna-se possível observar que alguns marxismos não romperam com sua herança eurocêntrica. Assim, é necessário recorrer a outras leituras para compreender como ocorrem as diferentes formas de opressão do sistema capitalista na periferia do capital. Para esse objetivo, faz-se necessário realizar uma leitura das relações sociais de forma interseccional, em que os pilares da dominação (raça, classe e gênero) sejam levados em consideração ao analisar o espaço geográfico.

Nessa perspectiva, Federici (2017) acrescenta uma nova leitura sobre o desenvolvimento do sistema capitalista ao postular que o processo de acumulação de capital se desenvolveu através do corpo da mulher. A autora constrói uma crítica à teoria desenvolvida por Marx. Se para Marx o lucro do capitalista se estabelece por meio da mais-valia, conceito que se refere ao trabalho não pago ao proletário, para Federici (2017) o teórico alemão desconsidera o trabalho feminino sem remuneração que, segundo autora, é um elemento que está na base do capitalismo.

De acordo com Federici (2017), o trabalho assalariado oferecido pelas fábricas, após o processo de industrialização, era destinado aos homens. As mulheres tiveram o trabalho assalariado negado. Aquelas que, posteriormente, conseguiram acessar o trabalho oferecido pelas indústrias recebiam uma remuneração inferior àquela paga aos homens e, ainda por cima, poderiam ter seu salário acertado diretamente ao seu marido.

Com a dificuldade de acesso ao trabalho assalariado, as mulheres foram destinadas ao trabalho doméstico, que não era remunerado. Federici (2017) afirma que a caça às bruxas na Europa moldou a mulher dócil e submissa e a não remuneração pelo seu trabalho fez com que elas se tornassem dependentes economicamente do homem.

O trabalho doméstico, assim, realizado majoritariamente por mulheres, é algo central para a reprodução social. Historicamente, o trabalho feminino foi compreendido com inferior ao desenvolvido pelos homens. Às mulheres foram delegadas as funções de cuidado (dos filhos, da família e do lar), o que tornou possível a ascensão social do homem em detrimento da dependência econômica das mulheres.

Nesse cenário, as atividades domésticas não são consideradas trabalho. Portanto, sob esta lógica, as mulheres não precisam ser remuneradas. Atualmente, é possível perceber a herança desta condição histórica. As mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, ocupam, majoritariamente, cargos que estão relacionados ao cuidado, trabalhando como profissionais da enfermagem, assistentes sociais, pedagogas, psicólogas.

Seguindo esse raciocínio, podemos compreender que um fator importante para o desenvolvimento capitalista é a desvalorização do trabalho feminino. Quando a mulher consegue ultrapassar as fronteiras do trabalho doméstico e acessar o trabalho assalariado, a sua remuneração é inferior à remuneração do trabalho masculino. É necessário afirmar que as práticas que estavam na base da consolidação do sistema capitalista ainda estão presentes no cotidiano das mulheres. As militantes do MST vêm lutando por reconhecimento do seu trabalho, mas ainda enfrentam dificuldades para construir relações igualitárias nos espaços de produção.

Outro elemento apontado por Federici (2017) é o controle que o capitalismo exerceu sobre o corpo da mulher. A autora discorre que o Estado buscou quebrar o controle da mulher sobre a reprodução, fortalecendo uma “política reprodutiva capitalista”, de modo a garantir que as mulheres não interrompessem a gravidez, nem utilizassem de métodos contraceptivos. Essas medidas garantiriam um aumento populacional e, conseqüentemente, um aumento de mão de obra nas cidades.

No entanto, a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução. (FEDERICI, 2016, p. 174)

O corpo feminino foi sendo configurado para que se tornasse um instrumento para a manutenção do trabalho. O controle do corpo das mulheres passou a ser, então, uma política de Estado. Este projeto resultou na perda do domínio sobre o processo reprodutivo que as mulheres possuíam. Elas foram condenadas à procriação:

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado. (FEDERICI, 2017, p.177)

No período das caças às bruxas na Europa, as mulheres também foram perdendo o conhecimento sobre as propriedades das plantas medicinais. Quem possuía esse conhecimento era considerada bruxa e, se condenada, era executada. Enquanto as mulheres foram perdendo os conhecimentos sobre a cura das doenças, uma medicina masculinizada estava se consolidando.

Federici (2017) afirma que Marx não reconhece a procriação como uma forma de exploração. No entanto, este elemento constitui um fator importante para o desenvolvimento do sistema capitalista. O autor aponta que o desenvolvimento do sistema capitalista foi acompanhado de um crescimento populacional. Marx, todavia, não coloca a reprodução como um elemento que está na base da acumulação. Para a autora, os corpos das mulheres foram apropriados para a exploração, mas estes também podem ser compreendidos como resistência à lógica patriarcal. “Por que a procriação deveria ser um ‘fato da natureza’ e não uma atividade historicamente determinada, carregada de interesses e relações de poder diversas? — eis uma pergunta que Marx não formulou” (FEDERICI, 2016, p.179)

Outro elemento importante apresentado por Federici (2019) é o processo de cercamento do campo que ocorreu na Europa e os novos cercamentos do campo, que ocorreram nas áreas do globo que foram colonizadas. Esse processo se baseia na privatização das terras, resultando no fim dos territórios coletivizados. No Brasil esse processo de cercamento do campo ocorre desde a chegada do colonizador, e se intensifica com o processo de modernização do campo e implementação do pacote da revolução verde. O processo vai resultar na expulsão dos camponeses e dar início a uma série de conflitos no campo brasileiro.

A caça às bruxas também se relaciona a esse processo de cercamento. Esse projeto inquisitorial foi utilizado como uma estratégia para conter a ameaça que as mulheres representavam para o sistema capitalista. Mulheres solteiras, viúvas e sem terras ameaçavam a

nova ordem, que buscava privatizar as terras coletivas. A partir dessas reflexões, é possível afirmar que a propriedade privada foi sendo negada às mulheres e, na sociedade, constituiu-se o imaginário de quem poderia possuir terra.

O fim das terras comunais fez com que a terra virasse mercadoria, de maneira a fortalecer a lógica individualista que rege o capitalismo. O processo de cercamento dos campos definiu quem seria o proprietário de terra (homem, cristão, branco e burguês) e jogou uma parcela da população (principalmente mulheres) ainda mais para a margem da sociedade. Logo, é possível concluir que esse cercamento, que ocorreu na Europa e na América, afetou de forma diferenciada homens e mulheres.

Um das marcas desse processo no Brasil é o fato de que a maioria dos estabelecimentos rurais pertencem a homens. Dentro do contexto brasileiro, as mulheres tiveram o acesso à posse de terra negado.

4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar essa participação não chegava a 7%", segundo o IBGE (*apud* NOBRE, 2012, p. 43).

O cercamento do campo e o trabalho não-remunerado intensificam a feminização da pobreza. Esse longo processo fez com que a mulher criasse uma dependência econômica do homem. Somente ele teria condição de ter acesso aos bens necessário para a manutenção da vida:

Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. (FEDERICI, 2017, p.191)

O reflexo da feminização da pobreza ainda pode ser visto na sociedade atual. Contudo, vale destacar que as mulheres desenvolveram formas de re-existências, convertendo espaços privados em espaços políticos e de produção, seja transformando a cozinha e o quintal em espaços geradores de renda, por meio do artesanato e da venda de produtos culinários. As mulheres transformam objetos culturais em objetos econômicos para complementar a renda tanto no campo quanto na cidade, de modo a criar fissuras na lógica patriarcal.

O cercamento do campo brasileiro também reforçou a masculinização do trabalho no campo. As políticas de acesso à terra durante décadas reforçavam a ideia de que a terra pertence ao homem. O acesso ao crédito fornecido pelo Estado também era destinado ao

homem. O trabalho da mulher no campo sempre foi interpretado enquanto uma ajuda. A história de luta da camponesa por reconhecimento enquanto trabalhadora rural enfatiza as marcas da feminização da pobreza e da dependência financeira da mulher.

Para Federici (2019) o processo de colonização levou para o “novo mundo” as técnicas de repressão do mundo antigo. No entanto, vale ressaltar que é possível perceber que a forma de dominação imperialista exercida nas colônias foi muito mais severa do que a lógica capitalista imposta no continente europeu.

Segundo Federici (2019), na América, as mulheres construíram formas de resistir ao padrão de poder imposto na lógica colonial e defendiam seu modo de vida. Nas sociedades autóctones, as mulheres tiveram um papel ativo nos espaços políticos. Já existia uma classificação social com base no gênero, porém se estabelecia de forma diferenciada à lógica binária de gênero imposta pelo colonizador.

É durante o processo de colonização que as mulheres vão perdendo o acesso à terra nas colônias. Com a lógica colonial, elas também foram perdendo o direito ao uso da terra e ao uso da água. As práticas e formas de organização feminina passam a ser negadas pelo colonizador. Em outras palavras, as mulheres das populações originárias foram condenadas à servidão.

A colonização vai mudar a estrutura das sociedades autóctones, afastando as mulheres dos lugares de prestígio social. Todos os campos de saberes desenvolvidos por mulheres vão ser destruídos e menosprezados. Além disso, seus corpos foram dominados de forma violenta. Na América o processo de caça às bruxas tinha o intuito de controlar os corpos e também conter as resistências ao processo de colonização.

O processo de caça às bruxas na América introduziu a lógica binária de gênero nas sociedades indígenas. Nas colônias, as mulheres indígenas e negras escravizadas não recebiam o mesmo tratamento que as mulheres brancas e europeias. As indígenas e negras foram as mais atingidas pelo processo de colonização e, atualmente, vivenciam a subordinação no sistema mundo moderno colonial de gênero.

O colonizador buscou classificar os povos originários. Nesse momento, ocorre a construção do “outro”. Os indígenas, por exemplo, foram classificados como seres sem almas. A categorização das populações originárias foi utilizada como justificativa para a escravidão e o genocídio dessas civilizações.

No novo mundo a caça às bruxas constitui-se em estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com objetivo de propagar terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros. Também foi

uma estratégia de cercamento, que, segundo o contexto, podia consistir em cercamento de terra e de corpos ou de relações sociais. Assim como na Europa a caça às bruxas na América foi, sobretudo, uma desumanização e como tal uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio. (FEDERICI, 2019, p.382)

A autora destaca, ainda, que a caça às bruxas é um fenômeno rural. Nesse sentido, é necessário pensar: quem eram consideradas bruxas? As mulheres que subvertiam a nova ordem instituída, aquelas mulheres que não se encaixavam nos padrões estabelecidos e não se sujeitavam às injustiças cometidas pela sociedade. Esses elementos são importantes para pensar a história e geografias das mulheres do MST, que se encaixam nesta definição de mulheres trabalhadoras que lutam pelo acesso à terra e resistem às práticas imperialistas no campo, que visam homogeneizar a produção e as relações no espaço agrário do Brasil.

Dessa maneira, é possível compreender que a caça às bruxas buscou moldar uma mulher dócil, assexuada, submissa. O destino das mulheres acusadas de bruxaria serviu para controlar os corpos femininos da época e enfraquecer as resistências.

Os hábitos das “bruxas” ameaçavam a paz da elite reformista. “A bruxa foi a comunista e terrorista de sua época” (FEDERICI, 2019, p.72). As bruxas eram mulheres que detinham conhecimentos sobre os corpos femininos, possuíam saberes que eram passados de geração em geração. Junto aos corpos das mulheres, queimados em praças públicas, foram apagadas práticas sociais desenvolvidas por elas que circularam ao longo dos séculos. Os conhecimentos produzidos por mulheres foram suplantados pela lógica patriarcal, mudando a lógica estabelecida nas comunidades.

Na fogueira não estava apenas os corpos das “bruxas”, destruídos, também estava todo um universo de relações sociais que fora a base do poder social das mulheres e um vasto conhecimento que elas haviam transmitido, de mãe pra filha, ao longo de gerações, conhecimentos sobre ervas, sobre meio de contracepção ou aborto, ou sobre quais magias usar para obter o amor dos homens (FEDERICI, 2019, p72)

Federici (2017) faz uma leitura do sistema de dominação capitalista a partir do gênero. A autora afirma que um dos elementos estruturantes do capitalismo foi a exploração do corpo da mulher. A procriação foi utilizada como forma de exploração e o controle dos corpos das mulheres possibilitou a criação de um exército de mão de obra. A feminização da pobreza e a dupla dependência, do capital e do homem, são outros elementos que possibilitaram o desenvolvimento do sistema capitalista.

Contudo, lembremos que os casos analisados por Federici (2017) são, majoritariamente, sobre mulheres brancas europeias. No entanto, a autora reforça que o

processo de caça às bruxas não ocorreu apenas na Europa, também ocorreu em terras “americanas”, indígenas e no continente africano. A autora destaca ainda a importância das mulheres nas lutas anticoloniais e nas lutas anticapitalistas.

Quijano (2010), por sua vez, possibilita analisar as relações sociais com base na questão racial. O autor elabora o conceito de “sistema mundo moderno colonial”, e faz uma leitura do período da modernidade a partir do conceito de raça. O autor questiona o discurso eurocêntrico, que naturaliza a experiência dos indivíduos dentro do padrão de poder.

Desse modo, Quijano (2010) faz uma crítica ao modo de pensar e produzir conhecimento eurocêntrico. Para o pesquisador, não é possível explicar o mundo a partir de duas teorias, ou seja, através do marxismo e do liberalismo.

No mundo moderno colonial foi sendo constituído um padrão de quem é considerado superior: o homem, branco, cristão, capitalista e europeu. Isso se dá dentro de uma série de hierarquias globais, que vão categorizar os seres humanos por raça, gênero, sexualidade e classe. Essa classificação vai ser utilizada para organizar a divisão mundial do trabalho. De acordo com Groesfoeguel (2010):

A ideia de raça organiza a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores que passa a ser um princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global. (GROESFOEGUEL, 2010, p.10)

As contribuições dos autores possibilitaram a compreensão do sistema de dominação capitalista nas suas distintas esferas. Essas reflexões partem da sociedade burguesa industrial para, posteriormente, compreender como essas relações se estabeleciam nas zonas periféricas, de modo a trazer contribuições da dominação com base na classe, gênero e raça. Assim, é possível pensar como a criação do outro possibilitou uma hierarquização da dominação social.

Os movimentos sociais, por sua vez, constroem resistências às diferentes formas de dominação do “outro” impostas pelo sistema mundo moderno colonial de gênero. Inicialmente, os movimentos surgem para reivindicar melhores condições trabalhistas, tomando por base o antagonismo entre burgueses e proletários. Posteriormente, surgem os novos movimentos sociais, como o movimento negro e o feminista, que tornam evidente que o capitalismo vai exercer a dominação e a subordinação de outras sujeitas e sujeitos. A partir da contribuição dos diferentes movimentos sociais é possível compreender a complexidade da dominação capitalista.

## 1.2 Os movimentos sociais nos clássicos das Ciências Sociais

Segundo Alentejano (2007), os movimentos sociais surgem dos conflitos entre as classes. Inicialmente, eles surgiram nas áreas urbanas e estavam vinculados aos trabalhadores fabris. Nesse cenário, eles tinham como protagonista o operariado e, como seu antagonista, a burguesia industrial. Os anos de 1960 são marcados pela chegada de novos atores. Esse período é sempre lembrado pelos levantes das mulheres, dos coletivos negros, dos estudantes, de modo a deixar nítidos os diferentes confrontos que ocorrem na sociedade, como os relacionados a questões de gênero e de raça. A partir daí, outros protagonistas surgem para compor os diferentes movimentos sociais.

Em outras palavras, os movimentos sociais podem ser vistos como expressão dos conflitos de classe e parte integrante destes, ou como uma nova forma de expressão política, independente da problemática das classes sociais e até antagonista a esta. (ALENTEJANO, 2007, p.6)

Em suas pesquisas, Melucci (1989) postula que, até os anos 1970, as ações coletivas eram consideradas resultados de uma crise estrutural. Posteriormente, com o surgimento de outros atores sociais e conflitos de outra ordem, que não os das causas trabalhistas, o movimento social vai ser pensado como expressão de um grupo com os mesmos interesses com uma situação estrutural comum. No entanto, Melucci (1989) propõe que os movimentos sejam estudados como sistemas de ações. Para o autor, nas teorias que analisam os movimentos sociais, há duas problemáticas muito comuns. Algumas teorias tendem a explicar o porquê, ou seja, o motivo que levou a um determinado grupo se reunir. Todavia, esse conjunto teórico não responde como ele se estabeleceu. Outras pesquisas que utilizam o modelo de mobilização de recursos fazem o inverso. A contribuição de Melucci (1989), por sua vez, passa pelo entendimento de que o como e o porquê devem ser investigados de forma indissociável.

Ainda para Melucci (1989), o movimento social não pode ser interpretado como um personagem, pois, a homogeneidade do movimento estaria relacionada a um resultado e não de onde o movimento partiu. O autor, então, reforça a ideia de que o movimento é um sistema de ação.

Nesse campo de estudos, outra contribuição importante diz respeito às pesquisas de Tourraine (1977). Para esse teórico, os movimentos sociais podem ser compreendidos a partir

da ação conflitante das classes sociais em disputa por um modelo de sociedade. Para o autor, é importante que o movimento faça oposição à dominação de classe. “A ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica. Mas é difícil abstrair esse tipo de conduta coletiva da realidade observável na qual se mistura todos os níveis da análise.” (TOURAINÉ, 1977, p.335)

Na contemporaneidade, podemos observar a materialização dessa caracterização feita até aqui. Os movimentos sociais da atualidade estão pautados no enfrentamento às diferentes estruturas de dominação e opressão. Isso fica nítido quando olhamos com atenção para o movimento negro, por exemplo, que vai denunciar o racismo estrutural presente na nossa sociedade. Esses movimentos contemporâneos são importantes para revelar as diferentes contradições sociais que ainda persistem em existir.

Como corpo teórico desenvolvido por Touraine (1977) está a compreensão de que para o movimento operário se constituir enquanto um movimento social houve a necessidade de definir um opositor: a burguesia. No caso do MST, a sua criação e consolidação está intrinsecamente relacionada ao conflito por terra no Brasil e, nesse sentido, o seu principal opositor era o latifúndio. Posteriormente, nos anos 2000, o agronegócio passa a ser o principal opositor do Movimento. “Não é possível falar de um movimento social se não se pode, ao mesmo tempo, definir o contra movimento ao qual ele se opõe. O movimento operário só é um movimento social se, além das reivindicações contra as crises da organização social e das pressões para a negociação, ele coloca em causa a dominação da classe dirigente.” (TOURAINÉ, 1977, p.345)

Ainda para o autor, os movimentos sociais se estruturam em três pilares: oposição, identidade e totalidade. Os movimentos sociais vão disputar um projeto de sociedade, e são responsáveis por estabelecer uma relação de contrapoder à ordem instituída: “O movimento social é um elemento de um campo de ação histórica, isto é, das interações entre o ator coletivo, seu adversário e as expressões relativamente autônomas do sistema de ação histórica e, em particular, do modelo cultural.” (TOURAINÉ, 1977, p. 351).

Segundo Melucci (1989), os novos atores sociais que compõe os movimentos contemporâneos são temporários. Para o autor, eles anunciam problemas de uma determinada área e disputam projetos simbólicos. Entretanto é possível afirmar, que os movimentos considerados contemporâneos e suas pautas específicas tornam a luta contra o capitalismo ainda mais complexa, apresentando outros elementos presentes na estrutura de dominação.

eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado diferente da ação social, eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana se lutarmos por mudanças mais gerais da sociedade (MELUCCI, 1989, p.59).

O autor propõe, ainda, pensar em redes de movimentos ao invés de pensar um único movimento. Isso ocorre porque, de acordo com o pesquisador, esses grupos modificam constantemente as suas formas organizacionais. Voltando a um exemplo anterior, pode-se pensar o movimento negro, que se organiza em diferentes pontos do espaço, na luta contra o racismo estrutural, se articulando nas diferentes escalas do agir político.

Para o autor, os movimentos sociais têm, cada vez mais, se desvinculado do sistema político. Isso ocorre por meio da busca por uma maior autonomia e produz uma rede que liga pequenos grupos com identidades em comum, de modo a construir redes de solidariedade. Desse modo, a reflexão proposta por Melucci (1989) aponta para o entendimento de que o movimento social carrega consigo a possibilidades de mudança das estruturas sociais: “Os movimentos produzem modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma” (MELUCCI, 1989, p62).

O MST, então, pode ser considerado como essa rede que conecta grupos com identidades em comum já que o Movimento se estrutura em diferentes pontos do território nacional. Além dessa conexão nacional por todo o território brasileiro, algumas ações do movimento conseguem atingir uma escala global devido à articulação estabelecida com outras entidades que também pautam a luta pela terra. Também vale mencionar que muitas ações são construídas com organizações internacionais como a Via Campesina, que contribui na organicidade da luta pela terra, e atua na defesa da agricultura familiar na escala mundo.

As contribuições dos autores trazem um embasamento teórico e metodológico para analisar os movimentos sociais. Possibilitando compreender suas formas de organizações, seu protagonismo, seu opositor e seus conflitos. Os movimentos sociais trazem visibilidade para as principais contradições da sociedade.

### **1.3 Os Movimentos sociais como objetos de análise na Geografia**

Os estudos dos movimentos sociais datam da década de 1960 e, inicialmente, surgem nas Ciências Sociais. Na década de 1970, passam a ser incorporados pela ciência geográfica.

Atualmente estão incorporados como objetos de estudo da Geografia. Isso ocorre porque, seguindo as considerações de Santos (2011), o conjunto de ações desempenhadas pelo movimento ocorrem em um determinado ponto do espaço e, desse modo, não seria possível compreender a ação desses movimentos sem fazer uma leitura do espaço geográfico. Logo, não seria possível compreendê-los de forma desassociada do espaço.

Porto-Gonçalves (2004) segue essa perspectiva ao considerar que os movimentos sociais disputam e constroem suas práticas no espaço. Mesmo que o movimento não esteja em uma disputa por um território, a Geografia, ainda assim, poderá se encarregar de compreender as relações sociais estabelecidas no espaço geográfico e nas diferentes escalas de atuação.

Fernandes (2011) afirma que devem ser estudados pela Geografia os movimentos que possam ser classificados como movimentos socioterritoriais. O autor classifica os movimentos sociais entre isolados e territorializados. Os movimentos isolados seriam aqueles que surgem em um determinado lugar como focos de resistência, mas não possuem uma articulação em diferentes escalas. Já os movimentos territorializados se organizam em múltiplos lugares espalhados pelo território. Eles são mobilizados por uma causa.

Compreendo como movimento isolado uma organização social que se realiza em uma base territorial determinada. Que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes aos movimentos. Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico, em lutas de resistências. Brotam em terras de latifúndios através da espacialidade da luta. Construindo, dessa forma, a sua territorialidade, compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. (FERNANDES, 2000, p.68)

Fernandes (2000) destaca o conceito de movimento socioespacial. O autor inclui como parte dessa classificação aquelas iniciativas que têm como reivindicação o acesso ao território/espaço. O conceito abrange o campo político, social e econômico. Dessa forma, para o autor, o MST é entendido como um movimento socioterritorial, já que possui como base, para desenvolvimento dos seus projetos, o campo brasileiro, além de territorializar suas estratégias e metodologias de luta.

Na formação do MST, os sem-terra criaram distintas metodologias de luta. São procedimentos de resistência desenvolvidos na trajetória da luta. Essas ações são diferenciadas em todo o Brasil. Na espacialização da luta pela terra, os espaços de socialização política podem acontecer em momentos distintos, com maior ou menor frequência. (FERNANDES, 2000, p. 62)

O autor afirma que o movimento cria territórios em suas áreas de assentamentos. Para ele os militantes se organizam segundo suas práticas espaciais, implementando um projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro, indo contra o modelo hegemônico definido pelo capitalismo.

Os movimentos transformam espaços em territórios, se territorializam, são desterritorializados e se reterritorializam, carregando consigo suas territorialidades. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. A criação ou conquista de um território acontece com a desterritorialização e com a reterritorialização de outro. O território é espaço de dominação e resistência e por essa razão carrega em si sua contradição. (FERNANDES, 2005, p 87)

Alentejano (2007), por outro lado, faz uma crítica à concepção de movimento socioterritorial. Segundo o autor, a conquista da terra não representa uma autonomia do campesinato. Ao se estabelecer um assentamento, inicia-se a luta por políticas públicas que garantirão o desenvolvimento do projeto para a área de assentamento, que possibilitará permanência dos camponeses no campo.

O que o autor não considera é que a “conquista da terra de trabalho” não representa mais que a ilusão da autonomia, pois a partir daí passam a operar outros mecanismos de subordinação, afinal, as relações de trabalho e o regime de posse da terra são apenas parte das relações sociais de produção e não a totalidade destas. Ignora os condicionantes impostos pelo “projeto de assentamento”, pela assistência técnica, pela inserção nos mercados de produtos, serviços e trabalho. (ALENTEJANO, 2007, p.12)

Alentejano (2007) aponta que o conceito de contra-espaço desenvolvido por Moreira (2002) é mais adequado para compreender esse processo de conquista da terra. Assim, a consolidação dos assentamentos pode ser interpretada como locais de resistência, que se contrapõem à lógica vigente.

O espaço não pode assim ser visto apenas como um ato dos dominantes, de vez que os dominados têm também sua intervenção. Esta é a característica maior da dinâmica espacial das sociedades: são os conflitos da sociedade civil – uma totalidade diferenciada e contraditória – a força que responde pela modelagem do espaço. (MOREIRA, 2002, p.65 *apud* ALENTEJANO, 2007, p.13)

Assim, o MST cria um contra-espaço ao consolidar um assentamento. O grupo confere um outro significado ao uso da terra, faz cumprir a sua função social e marca um contraponto ao modelo de agricultura imposto pelo agronegócio. Por tudo isso, há a consolidação de espaços de resistências.

Neste sentido, consideramos mais pertinente a reflexão de MOREIRA (2002), para quem o espaço é produto do bloco histórico e sobretudo da sociedade civil, que marcada por contradições faz aflorar a produção dos contra-espacos, espacos de resistência, a exemplo de favelas, assentamentos e greves. (ALENTEJANO, 2007, p.13)

Se para Fernandes (2000) os movimentos sociais constroem espacos de autonomia e constituem territórios, para Alentejano (2007) os espacos construídos pelos movimentos são marcados pelo conflito e pela resistência. Nesse sentido, o maior problema ao interpretar o Movimento como socioterritorial é acreditar que ele possui autonomia e controle do território. Mesmo após a conquista da terra, conflitos de diferentes ordens vão ocorrer. Tais confrontos podem se dar com o antagonista do Movimento, o agronegócio, ou com o Estado, pois ainda são necessárias políticas públicas para produzir e fazer a manutenção dos assentamentos.

Vale destacar que a partir do momento em que o assentamento se estabelece é iniciada uma luta por políticas públicas. A luta, nesse sentido, não está terminada. Faz-se necessário reivindicar ao Estado o acesso a moradia, a escolas do campo, a crédito para a produção agrícola entre outras políticas sociais que garantam a permanência do camponês no campo.

A crítica formulada por Alentejano (2007), inspirado em Moreira (2002), nos permite compreender a pluralidade de sujeitas, sujeitos e sujeitxs políticos dentro do MST na luta anticapitalista pela reforma agrária. O protagonismo das mulheres, por sua vez, instaura outras agendas, arenas e temários (SANTOS, 2011) na luta no campo brasileiro.

Isto posto, podemos afirmar que os movimentos sociais evidenciam as contradições sociais inscritas no espaço-tempo e, além disso, também são portadores de nova ordem e espacialidade. Forças conservadoras utilizam desse argumento para classificar os movimentos sociais como desordeiros, pois querem modificar a ordem vigente. Como sugere Porto-Gonçalves (2004): “sendo assim, todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem, que como tal pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas em lugares” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.20)

Nessa perspectiva, há uma relação intrínseca entre os movimentos sociais e o espaço, não somente porque um exige o outro, como o MST e a sua relação com a terra, mas, acima disso, esses grupos militantes produzem relações outras de reivindicação e resignificação. Seguindo essa linha de raciocínio, para Santos (2011), não seria possível compreender os movimentos sociais sem estudar o espaço. Assim, a Geografia assume um papel fundamental para grafar os movimentos no espaço. Nesse sentido, Porto-Gonçalves apresenta que: “todo aquele que se sente oprimido ou explorado diz querer mais espaço – as mulheres querem mais espacos, os negros querem mais espaço, os sem-terra ocupam, isto é, se colocam, os indígenas

querem demarcar suas terras, na verdade seus territórios” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 21).

Os movimentos sociais são responsáveis por grafar o espaço através de suas espacialidades. Desse modo, este pode ser compreendido como produto e produtor do espaço geográfico. Segundo Lefebvre (1991) o espaço é produto da sociedade e os movimentos sociais, através de suas práticas espaciais (marchas, levantes, ocupações), produzem o espaço.

Porto-Gonçalves destaca o conflito como um elemento fundamental para compreender a sociedade. O autor chama atenção para a necessidade de qualificar o conflito. Para o autor o lugar assume o papel qualificar o conflito: “o lugar é, ele mesmo, constituído por relações, e a sociedade se constitui construindo lugares.” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 20)

Outro ponto relevante apresentado por Porto-Gonçalves (2004) com relação aos estudos dos movimentos sociais consiste no distanciamento da Geografia das Ciências Sociais. Ao longo dos anos, a Geografia buscou consolidar categorias de análises específicas da ciência para estudar os movimentos sociais, se afastando das categorias desenvolvidas pelas Ciências Sociais. O autor propõe, então, uma reaproximação dos dois campos de estudo.

Para o autor, existe a possibilidade de criar uma teoria geográfica dos movimentos sociais de modo que a Geografia se aproxime novamente das Ciências Sociais, baseando nas histórias reais de pessoas que buscam mudar a realidade da sociedade. “Todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau portador de outra configuração social possível, eis a possibilidade de aproximação da Geografia das Ciências Sociais” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.21)

Outro elemento importante para esta área de estudo é a compreensão da sociedade e natureza enquanto um todo. Durante muito tempo, o discurso científico separou sociedade e a natureza. Nessa perspectiva, homem e natureza são compreendidos como opostos. Tais relações são herdadas do discurso dualista eurocêntrico, e da influência positivista na ciência, o que acaba justificando, portanto, a compreensão da natureza como o “outro” e dá permissão para ser explorada.

Outro apontamento feito por Porto-Gonçalves constitui o fato de não conseguirmos compreender a geograficidade do social. Esta deve levar em conta o caráter construtivo do espaço, articulando com as contribuições das Ciências Sociais e a crítica aos discursos naturalistas.

Fernandes (2002) também realiza contribuições importantes para este campo de estudo ao considerar que a Geografia deveria possuir as suas próprias categorias de análise ao investigar as práticas dos movimentos sociais. O autor, desse modo, desenvolve uma reflexão

teórica que instala o entendimento de que os movimentos sociais são analisados a partir do conceito de território. Segundo Santos (2006), a obra de Fernandes (2002) coloca os movimentos sociais enquanto categoria de análise da Geografia.

Porto-Gonçalves (2004), ainda, faz formulações que indicam que os movimentos sociais representam a “dialética aberta dos processos instituintes”. Nessa perspectiva, os atores sociais que ocupam uma posição na estrutura buscam alcançar outro posicionamento, a fim de conquistar mais espaço.

Outro tópico importante, dessa vez postulado por Santos (2006), diz respeito às “imagens espaciais” construídas na Geografia brasileira. A partir da investigação de diferentes trabalhos que possuem os movimentos sociais como objeto, o autor percebe determinadas tendências nessas pesquisas. Assim, ele faz a divisão em três grandes grupos: “Geografia da organização dos movimentos sociais”, “Geografia das lutas sociais” e “Geografia dos movimentos sociais”.

A primeira tendência é “Geografia da organização dos movimentos sociais”. Nesse direcionamento, as formas de organização dos movimentos sociais aparecem de maneira descritiva e os recortes espaciais investigados se assemelham aos desenvolvidos pelo Estado.

Geografia da organização dos movimentos sociais – Conjunto de trabalhos que abordam mais descritivamente as formas de organização dos movimentos e sua "configuração espacial" (mapeamentos das estruturas dos movimentos), configurações estas que buscam quase sempre o remetimento a referências espaciais que se assemelham aos recortes político-administrativos do Estado. (SANTOS, 2006, p.28)

O autor utiliza como exemplo deste grupo o artigo de Maria Theresinha de Segadas Soares, publicado em 1989, intitulado "Movimentos Sociais Urbanos: as Associações de Moradores de Favelas do Município do Rio de Janeiro". Santos (2006) aponta que nesse trabalho há uma supremacia no uso de teorias das Ciências Sociais para a investigação dos movimentos sociais.

Santos (2006), ainda, aponta que, para Soares (1998), os conflitos da associação de moradores se opõem ao sistema capitalista. Para a autora, o movimento ia contra o modelo de urbanização ditado pelo capital e ao analisar a obra, o pesquisador verifica que o Estado aparece como o principal antagonista à associação de moradores:

Um dado bastante interessante e, de certa forma, paradoxal: a definição do Estado como interlocutor/antagonista quase que exclusivo das lutas das associações - com exceção da luta pelo transporte e da luta pela propriedade da terra, situações em que, mesmo identificados os agentes capitalistas cujos interesses eram conflitantes com

os da base social das associações, o Estado ainda era o interlocutor privilegiado. Paradoxal porque, de acordo com a autora e com os autores que mais influenciam seu trabalho, as lutas eram na verdade uma complexificação da luta contra o capital, no caso, através do padrão de urbanização ditado pelo capital monopolista. Entretanto, o capital – ou, frações dele – em poucas situações é acionado como antagonista das lutas, papel relegado quase sempre ao Estado (SANTOS, 2006, p.37)

Na segunda tendência apontada por Santos (2006), “Geografia das lutas sociais”, os trabalhos desenvolvidos não têm como objeto os movimentos sociais. Esses trabalhos espacializam as lutas sociais e dimensionam os conflitos. A temática da Geografia e os movimentos sociais vão influenciar muitos trabalhos nessa tendência, porém não há uma preocupação em mostrar a geograficidade da estrutura dos movimentos. Os trabalhos que se encaixam nessa tendência buscam evidenciar e espacializar os conflitos de classe.

Santos (2006) indica Oliveira (1988) como um dos principais autores dessa tendência. Oliveira (1988) vai criar uma base para compreender o espaço agrário a partir dos movimentos sociais, diferentes de outras pesquisas que são voltadas para o processo de modernização do campo reforçando os projetos do agronegócio.

O trabalho desenvolvido por Oliveira (1988) retrata a grafagem das que seriam as contradições do capitalismo. Seu trabalho não vai se encarregar de pensar a espacialidade dos movimentos e sim mostrar de que maneira o conflito de classe aparece no espaço rural.

A "geografia das lutas no campo", entretanto, não vai se debruçar centralmente nas espacialidades dos movimentos. Numa sociedade marcada pelas desigualdades, pela concentração de renda, pela violência como instrumento central nas estratégias de reprodução do capitalismo no campo, o cerne de sua proposta será o desvendamento das máscaras sociais, mostrando as expressões das contradições e as formas como se materializa o conflito de classes naquele espaço. (SANTOS, 2006, p. 48)

Souza (1988) é outro autor apontado nessa tendência. Santos (2006) analisa a sua dissertação de mestrado “O que pode o Ativismo de Bairro? – Reflexão sobre as limitações e potencialidades do Ativismo de Bairro à luz de um pensamento autonomista”, em que o autor faz uma leitura da ligação entre os partidos políticos e os movimentos sociais.

Santos (2006) ressalta que Souza (1988) faz uma crítica aos limites do marxismo para compreender os ativismos que vai para fora da fábrica. A relação entre ativismos de bairro e espaço geográfico, segundo Souza (1988), trata-se de referencial direto, pois irá definir territorialmente a base do ativismo. O autor aponta uma série de problemáticas que só vão ser percebidas a partir da relação do ativismo de bairro com o espaço.

A incapacidade do marxismo de incorporar os diversos tipos de ativismos sociais de "fora da fábrica" conduzem o autor a perceber o quanto os atores políticos lastreados nesta tradição reproduziam, de diferentes formas, a heteronomia imanente às relações sociais e de poder, que tanto é objeto de crítica enquanto dimensão fundante do capitalismo. (SANTOS, 2006, p.52)

Em relação às dimensões espaciais, Santos (2006) pensa a ação social como um fato espacial, o que indicaria as dimensões espaciais dos movimentos. Souza (1988) também afirma que as referências e recortes espaciais são base da construção da identidade do movimento. Assim, analisar as características físicas e sociais do lugar é fundamental para compreender a construção dos movimentos sociais.

Ele é um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes; catalisa e referencia simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. Essa característica do ativismo de bairro de riqueza de vínculos com o Espaço, essa sua dimensão 'telúrica', é plena de conseqüências(...) (SOUZA---, p. 42, *apud* SANTOS, 2006, p.55)

As contribuições dos trabalhos desenvolvidos nessa tendência são decisivas para a afirmação dos estudos dos movimentos sociais na Geografia. Isso ocorre mesmo que os autores não tenham criado uma base de categorias específicas da ciência para pensar os movimentos sociais a partir dos raciocínios espaciais. No entanto, vale perceber que eles contribuem para os estudos das relações sociais e suas relações com o espaço geográfico.

Há ainda que chamar a atenção para um aspecto crucial nestes trabalhos que estamos apontando como construtores de uma tendência analítica, a "Geografia das Lutas Sociais". Mesmo não consolidando categorias específicas sobre os movimentos sociais a partir de raciocínios centrados no espaço, eles contribuíram decisivamente na proposição de corpus teóricos espaciais acerca das relações sociais, fortalecendo o status teórico e ontológico do espaço enquanto dimensão fundante das experiências sociais. (SANTOS, 2006, p.55)

A segunda tendência reafirma a temática dos movimentos sociais enquanto campo de análise da ciência geográfica. Santos (2006) destaca que essa tendência tornou possível que novas pesquisas criassem categorias analíticas espaciais para compreensão dos movimentos sociais.

Na terceira tendência, "Geo-grafias dos movimentos sociais", o autor afirma que há um duplo percurso analítico. Ao mesmo tempo em que ocorre um esforço para propor categorias analíticas de leituras dos movimentos sociais, também o movimento social é

colocado como categoria de análise da Geografia. Assim, o movimento social deixa de ser objeto e passar ser instrumento de análise.

Geo-grafias dos movimentos sociais: Proposições de categorias no debate Geografia & Movimentos Sociais - tendência recente na relação entre Geografia e Movimentos Sociais, que se caracteriza por um duplo percurso analítico: (i) de um lado, surgem esforços para a proposição de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais a partir do arcabouço conceitual da Geografia contemporânea - tomando o espaço como objeto e enquanto base do método; (ii) de outro, também há esforços no sentido da proposição de movimento social mesmo enquanto categoria de pensamento na geografia, momento em que o movimento social deixa de ser objeto e passa a ser, ele mesmo, um instrumento analítico para o desvendamento de novas espacialidades e territorialidades, como portador de novas ordens espaciais latentes que, através de sua ação (SANTOS, 2006, p.29)

Essa tendência se estabeleceu com base na construção de uma ciência geográfica que tem como objetivo uma mudança na estrutura social. Os autores analisados nessa tendência vão fazer uma leitura espacial dos movimentos sociais, que, por meio de suas ações visam construir novas relações sociais.

A pesquisa desenvolvida por Fernandes (2005) faz parte da terceira tendência. O autor busca analisar quais categorias de análises da Geografia podem ser utilizadas como chaves de compreensão dos movimentos sociais, de modo a superar a ancoragem nas Ciências Sociais.

Fernandes (2005), também define quais movimentos devem ser estudados pela Geografia. Para o autor, são aqueles que possuem o território como trunfo. O autor, então, coloca esses movimentos como categorias geográficas.

A obra de Fernandes (2005) tem como base o banco de dados organizado pelo seu grupo de pesquisa NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. O núcleo de pesquisa é composto por integrantes de diferentes entidades (MST, CLACSO, Via Campesina, CPT) que vão contribuir para o estudo dos conflitos agrários no Brasil em diferentes escalas.

Santos (2006) destaca quatro movimentos de análises desenvolvidos no trabalho de Fernandes (2005). Estes são fundamentais para o debate entre os movimentos sociais e a ciência geográfica:

“(i) o binômio Espacialização/Territorialização, dois processos/ações geográficos estruturantes da análise espacial dos movimentos de luta pela terra; (ii) a idéia de movimentos socioterritoriais, que são apontados como aqueles que têm o "espaço como trunfo"; (iii) sua observação, no âmbito destes movimentos, da socialização política como uma experiência espacial - que afirma a experiência da política enquanto uma experiência sócio-espacial; e (iv) sua análise de práticas e estratégias espaciais por parte dos movimentos, que condiciona diferentes experiências (espaciais) do fazer da política.”

A espacialização e a territorialização da luta pela terra são apresentadas por Fernandes como um único movimento, já que são processos e práticas espaciais. O autor, assim, parte de uma visão Lefebvreana de espaço, em que ele é constituído e ao mesmo tempo constituinte das experiências sociais. Assim, os movimentos constroem e são constituídos pelo espaço através de suas práticas e experiências.

Fernandes (2005) vincula ao MST o papel do principal agente transformador da estrutura fundiária brasileira. Segundo o autor, o movimento vem transformando o espaço em território por meio de uma mudança significativa: a implementação do uso social da terra. O autor afirma que a terra, anteriormente utilizada para o desenvolvimento do sistema capitalista, quando ocupada pelo Movimento, se transforma em território. Essa passagem ocorreria por meio das práticas de espacialização e reprodução de uma identidade coletiva.

Para o autor, a transformação da terra em território não tem só ligação com a questão fundiária. As relações espaciais que se estabelecem por meio do MST criam novas espacialidades, trazendo, então, novos significados e formas de uso com e para a terra.

A transformação do espaço é, em essência, a transformação da realidade. E esta transformação não é apontada como não sendo apenas de caráter fundiário, mas das ordens de valores, práticas e culturas nos lugares, na verdade transformações de projetos societários, projetos de território! O espaço é transformado em território (movimento analítico de inspiração Lefebvreana que ele toma de empréstimo também de Raffestin) através das transformações nas relações sociais: a espacialização não compreende apenas a apropriação de determinadas porções de terra, mas, essencialmente, a instauração de novas formas de uso, novas formas de relação entre sociedade e natureza, novas formas de organização social, novos projetos de uso de um espaço que se torna, assim, território. (SANTOS, 2006, p.60)

Santos (2006), com base em Fernandes, aborda três dimensões espaciais vivenciadas pelo MST: “espaço comunicativo”, “espaço interativo” e “espaços geradores de sujeitos”. A partir dessas nomenclaturas, é possível, já de início, observar que essa reflexão dos dois pesquisadores proporciona o apontamento de um uso outro do espaço pelo Movimento: não é exagero afirmar que os diferentes espaços criados pelo MST cumprem, também, o papel de formar seus militantes.

De diferentes formas, essas considerações indicam que os espaços coletivos criados pelo MST vão contra a lógica capitalista. Isso ocorre, por exemplo, na convergência das diferentes experiências políticas, com o intuito de tornar uma ação coletiva. O Movimento busca, assim, somar as diferentes experiências espaciais dos militantes em suas ações coletivas, de modo a sugerir uma perspectiva de mundo que difere dos preceitos do capital, que valoriza as conquistas e experiências individuais.

Por isso a socialização é contínua no tempo, até que se configurem quadros de disposição e envolvimento coletivo - quadros onde se produzam convergências nas disposições para a ação, construídas nas/pelas/através das experiências políticas (espaciais) dos diferentes indivíduos. Ou seja, as distintas vivências não podem ser uniformizadas, mas sim, unificadas, feitas convergir numa ação que se torna, através desta convergência, uma ação coletiva. (SANTOS, 2006, p.64)

Outro ponto que Santos (2006) chama atenção é para o impacto que as ações do movimento têm com o interlocutor, criando uma imagem perante a opinião pública com relação a sua forma do agir político. Tal compreensão fica perceptível quando analisamos o posicionamento e comentários das grandes empresas midiáticas sobre o MST. Esse elemento vai influenciar na forma com que a sociedade, o interlocutor, enxerga as ações do Movimento. Se uma dada mídia noticia uma ação coletiva enquanto uma invasão, há, nessa ação, intencionalidades que buscam atrelar uma ideia negativa ao Movimento.

A consideração das ações coletivas como momentos de convergência de diferentes experiências (espaciais) de luta nos coloca diretamente o desafio de pensar não somente os espaços construídos com o fim de socialização política, mas também os impactos nesta socialização, dos atos de luta do movimento, como as ocupações de terras, mas também as marchas e caminhadas, as ocupações de prédios públicos, as manifestações em frente a agências bancárias e shopping centers, etc., e, sobretudo, os canais de interlocução junto aos órgãos de poder. Cada uma destas ações confronta diretamente quem as vivencia a um interlocutor (que, não necessariamente, é seu antagonista mais direto). (SANTOS, 2006, p.64)

Também constitui consideração importante no trabalho de Santos (2006) o reconhecimento de que a pesquisa desenvolvida por Fernandes (2005) é pioneira ao colocar o movimento social como categoria analítica da ciência geográfica. Essa abordagem evidencia as estratégias espaciais e espacialidades que o MST cria para a manutenção da luta pela terra, seja nos assentamentos que se constituem enquanto contra-espço ou nos diferentes espaços produzidos pelo Movimento.

Outro trabalho que compõe a tendência “Geografia dos movimentos sociais”, consiste no que é desenvolvido por Porto-Gonçalves. O autor busca construir um banco de pesquisa com a temática dos movimentos sociais a partir do olhar da Geografia.

Santos (2011) analisa dois trabalhos desenvolvidos por Porto-Gonçalves. O primeiro é a sua tese de doutorado, intitulada “Geografando nos Varadouros do Mundo”, que faz uma análise do conflito entre seringalistas e seringueiros no Acre. O segundo, chamado “Geografia dos Conflitos Sociais na América Latina e Caribe”, diz respeito a uma investigação a partir de dados da CLACSO.

A disputa entre seringalistas e seringueiros, na tese de doutorado de Porto-Gonçalves, é investigada pela perspectiva das territorialidades. Na tese pode ser identificado que esse conflito acaba resultando em duas formas diferentes de lidar com a natureza, o que reforça a ideia de choque que ocorre entre os dois modelos de desenvolvimento. Enquanto para os seringueiros o importante é a aplicação de um modelo que busca produzir de maneira ecológica e fazendo a manutenção da floresta, os seringalistas partem de outra lógica, em que o modelo privilegia uma forma predatória:

O choque de territorialidades entre seringalistas e seringueiros é um choque entre lógicas de reprodução social (da "pluriatividade" baseada no uso múltiplo dos recursos naturais voltada para os diferentes valores de uso do seringueiro à monocultura do látex, expressão do valor de troca que impulsiona o seringalista), lógicas de repartição dos diferentes tipos de riqueza social (não só da concentração dos lucros com a extração e comércio do látex, mas da própria redução e concentração do amplo espectro de possibilidades exploratórias dos conhecimentos tradicionais (SANTOS, 2006, p.69)

Ainda em sua leitura de Porto-Gonçalves (1996), Santos (2006) ressalta que o movimento social é uma mudança de posição. Tal perspectiva encontra fundamento na ideia de que os movimentos sociais carregam consigo nova ordem e racionalidade, trazendo a possibilidade de mudança da estrutura social. Para o autor, esses grupos são um fato espacial “pois carregam a possibilidade de novas relações sociais, diferentes das relações verticalizadas”. Esta possibilidade de construção do ‘novo’ pelos movimentos é exatamente o cerne de sua ‘natureza sócio-geográfica’ (SANTOS, 2006, p.70).

Essas considerações de Santos (2006) e Porto-Gonçalves (1996) chama atenção para o fato da natureza sociogeográfica do movimento social. Essa leitura pode ser compreendida como instrumento heurístico e, também, como dimensão utópica, a partir da ideia de que o movimento social carrega a possibilidade de um outro mundo a partir da sua própria espacialidade. Outros, outras e outrxs protagonistas emergem e insurgem na cena política.

Não estamos aqui diante de um conceito qualquer: protagonista deriva do grego *protos*, primeiro [a], principal, e *agonistes*, lutador[a], competidor[a] (CUNHA, 1993:641). Estamos assim, diante daquele [e/ou daquela] que luta para ser o[a] primeiro[a], [a] o principal num sentido muito preciso daquele [e/ou daquela] que luta para ser o princípio, que é de onde vem príncipe [e/ou a princesa], isto é, aquele[a] que é de principia a ação. Numa sociedade democrática o príncipe [e a princesa] deixa de ser escrito com letra maiúscula, como fez Maquiavel, pois é quando a igualdade se inscreve como condição de cada um [homens cis, homens trans, mulheres cis, mulheres trans, negros, brancos, aymaras, quéchua, pobres, quilombolas, entre outros] poder[em] tomar a iniciativa, o que pressupõe a conversa, isto é, o diálogo, a versão diferente que, só tem sentido verdadeiro, insisto, na

igualdade. Como afirmara Hannah Arendt (ARENDR, 1987), a iniciativa da ação é o cerne da política (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 44)<sup>5</sup>

Para o autor, a natureza sociogeográfica do movimento não está diretamente ligada ao local onde se materializa o conflito. Trata-se de uma abertura de perspectiva analítica, de modo que a classificação entre urbano e rural não seria o suficiente para explicar a natureza sociogeográfica do movimento, porém, indica a forma que determinado grupo se relaciona com o meio. “Assim, a inscrição sociogeográfica não diz respeito ao local de materialização do conflito ou do ato no conflito, ela tem a ver com a "natureza" (de onde nasce) da luta, que ao estar relacionada ao espaço urbano ou rural, revela sua natureza sociogeográfica” (SANTOS, 2006, p.74)

Um ato de um movimento social que tem natureza rural pode ocorrer no urbano. As ações dos militantes em áreas centrais podem ser uma estratégia em busca de visibilidade, o que evidencia a hierarquização entre o urbano e o rural. Isso ocorre porque a cidade é compreendida como um espaço luminoso, onde o ato terá muito mais impacto social e visibilidade: “É neste sentido que situações reveladoras de lutas e conflitos podem ocorrer no urbano, mas a natureza sociogeográfica da luta ser rural: é o exemplo de manifestações de pescadores, indígenas ou camponeses que realizam atos e manifestações em áreas centrais de metrópoles” (SANTOS, 2011, p.74).

Sobre tal divisão, Santos (2006) acrescenta que alguns movimentos sociais não possuem uma geografia e uma fixidez no espaço. Esses movimentos, assim, transbordariam a divisão entre espaço urbano e rural, o que não impede, de fato, que suas práticas se materializem no espaço. O que ocorre, nesses casos, é que a luta se estabelece através da dimensão corpórea. Dessa categoria, podem ser citados exemplos como o movimento negro e o feminista. Pensar quem se constitui como protagonistas dessas iniciativas significa corporificar sujeitos, sujeitas e sujeitos. Outras escalas do agir político são mobilizadas.

Sobre essas reflexões, Porto-Gonçalves propõe a superação dos limites da divisão rural/urbano. As práticas espaciais dos movimentos sociais se estabelecem nos diferentes espaços, o que acabaria tornando essa divisão entre o urbano e o rural em algo insuficiente.

Quanto à natureza sociogeográfica, Santos (2006) considera que os raciocínios escalares são decisivos para pensá-la. Isso ocorre porque só assim seria possível realizar uma

---

<sup>5</sup> Machiavel soube vê-lo. Daí *O Príncipe* [Contudo, a colonialidade de gênero, como diria Maria Lugones, do mesmo Machiavel não consegue enxergar que o princípio da ação revela uma pluralidades protagonista se constituindo como sujeitos, sujeitas e sujeitos]

leitura dos conflitos que ocorrem nos diferentes espaços: “É neste ponto que os raciocínios escalares se tornam cruciais para a definição da natureza sociogeográfica, permitindo a apreensão da natureza sociogeográfica de movimentos e conflitos que estão tanto no rural quanto no urbano, fugindo a esta divisão, mas se remetendo ao espaço de outras formas” (SANTOS, 2006, p. 75).

Em relação aos pensamentos escalares, Santos (2006) postula sobre duas considerações que devem ser adicionadas ao conceito de escala. A primeira está relacionada ao entendimento de que as escalas permitem analisar o urbano e o rural que eram dissociados anteriormente. Assim, torna-se possível compreender as ações de um movimento que transborda essas delimitações, como o movimento feminista que se organiza em diferentes pontos do espaço. A segunda diz respeito às arenas políticas onde Porto-Gonçalves vai indicar a escala política.

Com base na dualidade entre escala cartográfica e escala geográfica Porto-gonçalves vai propor que seja incorporada a escala política “ele propõe uma terceira vertente, a escala política, que seria a possibilidade de “apreender a capacidade de articulação, organização, magnitude e inserção social de um conflito e dos movimentos sociais (SANTOS, 2006, p.75)

Porto-Gonçalves (1996) aponta seis atributos que devem ser analisados no movimento social, são eles: motivo/objeto do conflito, protagonista, antagonista, tipos de organização, formas de manifestações e natureza sociogeográfica.

Santos (2006) reforça que os motivos do conflito são os objetivos gerais e específicos. Porto-Gonçalves (1996), todavia, não tem uma preocupação em qualificar o conflito na sua investigação: “Não há no trabalho de Porto-Gonçalves a preocupação de discernimento qualitativo, em relação aos objetivos específicos que poderiam emergir de cada momento de emergência da conflitualidade, de acordo com o sujeito social” (SANTOS, 2006, p.76).

De acordo com Rodrigues e Ramos (2013), os conflitos podem ser compreendidos como chaves de análise da Geografia, uma vez que eles são processos de produção social do espaço, onde os protagonistas estão no centro da ação social. Os autores descrevem os conflitos como tessituras, de modo a tornar possível puxar os fios de diferentes desigualdades encontradas na estrutura social. Assim, ao investigar o MST podemos puxar os fios dessa tessitura e identificar as diferentes frentes de luta que o Movimento exerce, pautadas nas diferentes desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Seguindo essa reflexão, não constitui exagero afirmar que esse Movimento busca construir novas relações sociais.

A partir do conflito podemos puxar os fios das relações de produção, as diferentes formas de apropriação da natureza, as questões de gênero, o racismo estrutural, as diversas formas de representação e significação atribuída ao mundo material, aos processos de produção de subjetividade e identidade que costuram e dão consistência às relações sociais e de poder, podemos investigar e identificar as normas, as leis, os procedimentos, enfim, é possível tecer toda uma teia de relações sociais e de poder que remetem a escalas espaciais e períodos históricos distintos, que se articulam e cujo centro é a ação dos protagonistas.(RODRIGUES e RAMOS,2013, p.92)

Quanto ao protagonismo, Santos (2006), inspirado em Porto-Gonçalves analisa que esta categoria está diretamente conectada com o princípio da ação. Isso ocorre porque a ação torna-se sujeito e não pode ser separada do espaço. O autor ressalta que o lugar tem o papel fundamental para a formação dos protagonistas e está ligado à construção de sujeitos sociais.

A constituição de sujeitos sociais se dá a partir de determinados lugares sociais instituídos pela dinâmica social e desses lugares emergem dinâmicas próprias, discursos e práticas singulares, modos de agir e se organizar específicos, objetivos e particulares. (...) Esse processo de constituição sócio-espacial é a organização da sociedade e seu espaço, distribuindo atividades, conformando lugares, criando leis, normas, regimes de propriedade, organização do trabalho, distribuição da riqueza produzida, instituição de uma língua, códigos, cultura, valores, etc. (SANTOS, 2006, p. 77)

Essa visão dialoga com a concepção de lugar apresentada por Oslender (2002) e Massey (2000). Os autores destacam o papel que o lugar desempenha na construção das resistências, na construção das relações horizontalizadas e na possibilidade de uma nova ordem social.

Massey (2000) aborda o sentido que o lugar ocupa na atualidade. A estudiosa questiona sobre a sua viabilidade enquanto conceito em um mundo de realidades tão heterogêneas. A autora, então, compreende que o lugar pode ser interpretado como refúgio e fixidez das identidades em meio a tantas transformações.

O sentido global de lugar torna cada lugar único. O lugar é onde ocorre o encontro, além de uma área delimitada por fronteiras. Ele é formado por redes de relações que interligam o local com o global. O lugar não possui uma identidade única, que se realiza de maneira plena e incontestável. Ao contrário, ele é composto por conflito. Essa característica, no entanto, não nega a singularidade do lugar.

Para Massey (2000), o espaço é praticado e não produzido. Para a pesquisadora, a ideia de produto acaba dando a entender a existência de um processo de realização com etapas bem definidas. Ela ressalta, todavia, que não se trata de um produto porque não há um final. Por isso, Massey (2000) privilegia a ideia de prática.

Oslender (2002) mostra a identidade como elemento importante para compreender os processos de resistência dos movimentos sociais. O autor apresenta como exemplo empírico uma comunidade do Pacífico colombiano. O lugar é coberto por rios e segundo o autor existe uma relação de pertencimento aquático. Esse exemplo atenta para o fato de que os elementos físicos da paisagem compõem um sentimento de identidade, uma vez que a comunidade construiu uma relação com o rio.

É preciso destacar que, na medida em que esses movimentos reinventam suas práticas de resistência, o capital também articula novas maneiras de dominação e controle da área. Oslender (2002) aponta para a necessidade da compreensão do espaço aquático que deixa marcas na paisagem local, como a forma da produção das casas, que são colocadas acima para sair da inundação. Nessa configuração, o rio também é espaço de interação, criando a ideia do rio como elemento da identificação coletiva. A identidade e o lugar estão intrinsecamente relacionados, e para compreender a construção das identidades coletivas, torna-se necessário entender as especificidades do lugar de origem desse movimento.

Para Oslender (2002), há poucos estudos sobre o lugar de onde surgem os movimentos sociais. Porto-Gonçalves (2005) entende o lugar como estruturante das relações construídas por esses grupos. Os estudos da área passam brevemente como assunto introdutório, voltando para a forma que o movimento está contextualizado numa dinâmica global. A partir da escala local é possível realizar a crítica e a compreensão mais amplas daquele movimento e, além disso, proporcionar uma comparação com outros movimentos de diferentes pontos do espaço. A investigação apenas em escala ampliada acaba escondendo contradições e fazendo comparações e análises exageradas sobre os movimentos.

O lugar, para Santos M. (1994), é visto como o mundo da esperança, onde a globalização é contrariada. Se a globalização separa, o lugar vai permitir uma união: “Defina-se o lugar como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial, outra é a norma, a organização, os regimes de regulação” (SANTOS M., 1994, p.16).

O lugar do social requer duplo percurso analítico, pois ele constrói e é construído pelos e pelas protagonistas. Para Porto-Gonçalves (2005), analisar o protagonista sem remetê-lo ao seu lugar social torna-se uma análise incompleta, uma vez que a identidade do movimento social é construída no lugar das suas práticas políticas, da oposição e da totalidade.

Desse modo devemos considerar com mais atenção o lugar e o espaço (em suas diferentes escalas, local, regional, nacional, global) onde ocorre um determinado conflito, ali onde uma determinada luta social põe frente a dois ou mais protagonistas sociais. Afinal o lugar é, ele mesmo, constituído por essas relações (lutas) e a sociedade se constitui, constituindo lugares. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.15-16)

Segundo o autor, o antagonista vai definir a maneira com que a mediação se estabelece entre protagonistas e a estrutura. Por exemplo, o conflito protagonizado pelas mulheres do MST se constitui em antagonismo ao agronegócio. É justamente esse embate no campo brasileiro que evidencia a desigualdade no acesso à terra e as múltiplas formas de violências do ruralista.

Desse modo, é possível afirmar que o antagonista tem a função de definir o campo de conflitualidade. Este confronto possibilita a construção de novas relações sociais. Por meio dele, sujeitas e sujeitos que ocupam um determinado lugar na estrutura se movimentam em uma ação política com o objetivo de alcançar outra posição. A conflitividade assume, assim, uma função política (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os “tipos e formas de organização” são apontados como os principais indicadores da geograficidade dos movimentos. De acordo com Santos (2006), a forma com que os movimentos são construídos é tão importante quanto a definição dos objetivos do movimento: “a forma pela qual se constrói um movimento social é tão importante quanto seus objetivos, pois é na própria construção que são desenvolvidas as potencialidades transformadoras de seus protagonistas”. (SANTOS, 2006, p.79)

O MST surge do conflito entre trabalhadores rurais e os representantes do agronegócio. As militantes e militantes reivindicam mais espaço, assim o movimento ocupa o espaço. Seus protagonistas buscam transformar a realidade do campo brasileiro, construindo uma nova forma de produzir, assim alcançando outra posição na estrutura social.

Santos (2011) destaca, ainda, alguns pontos importantes na obra de Porto-Gonçalves (2005) em relação aos tipos e formas de organização. Como primeira consideração, o autor afirma que o tipo e a forma de organização são portadores das relações dos indivíduos envolvidos, onde são projetadas novas relações para futuro pretendido pelo movimento. Na segunda o pesquisador afirma que o tipo e a forma vão estabelecer a capacidade de articulação com outros atores sociais, de modo a possibilitar a projeção do alcance do protagonista no processo de transformação da sociedade.

O terceiro ponto, importante para compreender os tipos e formas de organização, constitui a reflexão sobre os raciocínios escalares. Tal ponderação se faz importante porque

ela torna possível observar a relação entre a proporção que as ações dos movimentos conseguem alcançar e a dimensão total do seu projeto. Por exemplo, o MST possui um projeto que tem como objetivo geral a transformação da estrutura fundiária do Brasil. Esse projeto é denominado pelo Movimento como reforma agrária popular, no entanto, a capacidade atual, reconhecida pelo grupo, é a transformação de terras improdutivas e irregulares em assentamentos, onde milhares de famílias são assentadas: “Acreditamos ser fundamental destacar este aspecto do tipo/forma de organização porque ele vai remeter para o plano espacial - através dos raciocínios/narrativas escalares que apontamos nos parágrafos anteriores - o elo entre a dimensão de projeto e a dimensão de capacidade dos movimentos sociais” (SANTOS, 2006, p. 79).

Esses apontamentos sobre tipos e formas de organização são importantes para pensar a dinâmica interna desses setores. Se fizermos um recorte dentro do MST e focarmos nas mulheres do Movimento, podemos identificar que, ao longo do tempo, essas sujeitas foram construindo e somando novos elementos à luta pela terra. O objetivo de construir espaços onde a desigualdade de gênero seja combatida e que as mulheres ocupem, de forma igualitária, os setores, cooperativas, coletivos e os diferentes espaços geridos pelo Movimento.

Por sua vez, os tipos e formas de manifestações dizem respeito às estratégias espaciais do movimento. Essas formas de ações políticas têm como intuito afetar seu antagonista. Porto-Gonçalves (1996) reforça que é através das formas de manifestações que os conflitos se estabelecem enquanto ato. “implica em saber causar danos ao inimigo, paralisar suas ações, ganhar visibilidade [apreensível por narrativas escalares, como local, regional, global, etc.], garantir poder de reivindicação.” (PORTO-GONÇALVES, (1996) *apud* SANTOS, 2006, p.80)

Nessa perspectiva, os atos, marchas e ações do 8 de março das mulheres do MST demonstram que a principal estratégia espacial do Movimento é a ocupação de um determinado ponto do espaço. Podemos citar, como exemplo, a ocupação do viveiro de mudas da Aracruz Celulose, no município Barra do Ribeiro (RS), onde as mulheres destruíram as sementes e mudas de eucalipto. Essa ação buscava evidenciar as mazelas do plantio de eucalipto em larga escala e, também, o seu principal antagonista, o agronegócio.

No trabalho de Porto-Gonçalves (1996), o conflito e a conflitividade são aspectos centrais de sua pesquisa, porém reduzir a análise dos conflitos às manifestações não traz uma análise profunda das formas de ação dos movimentos sociais e seus antagonistas.

Para Ramos e Rodrigues (2013) o conflito tem ligação direta com o lugar. Os autores chamam atenção para o fato de o conflito carregar a possibilidade de uma nova espacialidade e territorialidade.

Ele é o produto de uma determinada espacialidade que o conforma, mas, ao mesmo tempo, o conflito também é portador de uma determinada espacialidade que pode ser apreendida material e simbolicamente e que permite sua própria efetivação. Qualquer conflito se expressa materialmente, o que pressupõe uma espacialidade herdada, mas, além disso, ele é, devir, possibilidade, força instituinte de uma nova espacialidade. (RAMOS e RODRIGUES, 2013, p.92)

O trabalho de Porto-Gonçalves (2005) possibilita compreender as práticas espaciais que os movimentos constituem mesmo aqueles movimentos que não reivindicam diretamente o território. A história e geografias do MST evidenciam a luta pela reforma agrária popular e a reivindicação de mais espaço.

Após essas reflexões sobre tipos e formas de organização e concepção de movimento social, podemos concluir que essa pesquisa se aproxima mais com os postulados de Porto-Gonçalves, e o seu reconhecimento que todos os movimentos sociais podem ser estudados pela Geografia. Além disso, também constitui traço deste trabalho a busca por fazer um recorte no gênero, de modo a colocar as mulheres do Movimento no centro dessa pesquisa. Essa perspectiva passa pela compreensão de que as ações das mulheres camponesas carregam a possibilidade de novas relações sociais, criando a possibilidade de uma sociedade mais justa.

A concepção de movimento social abordada por Porto-Gonçalves (2005) possibilita compreender as mulheres do MST enquanto protagonistas. Isso, significa entendê-las como planejadoras e atuantes nas ações contra o agronegócio, além de incorporarem, nos assentamentos rurais, uma agricultura voltada para uma produção sustentável, através dos conhecimentos desenvolvidos pela agroecologia.

As três abordagens dos movimentos sociais apresentados por Santos (2006) trazem o embasamento teórico e metodológico para as pesquisas que têm como objeto os movimentos sociais. Os conceitos de escala, lugar e território são utilizados como categorias analíticas dos movimentos. Com o passar do tempo, as pesquisas passaram a interpretar os movimentos sociais como categoria de análise a partir de uma ótica sob a qual os movimentos sociais são entendidos enquanto agentes produtores do espaço, e, por meio das suas estratégias de luta, disputam um modelo de sociedade.

#### 1.4 As múltiplas escalas do agir feminino

Durante muito tempo, o conceito de escala foi compreendido como o instrumento gráfico que possibilitava a mediação entre a representação gráfica e a realidade. No entanto, se superarmos a perspectiva matemática da escala será possível enxergarmos outras potencialidades desse conceito.

Castro (2009) reforça que a separação entre escala gráfica e escala geográfica dificultou a problematização do conceito. A solução da escala para explicar a abrangência do fenômeno geográfico a ser estudado não esgota as possibilidades do conceito.

Segundo Castro (2009), a Geografia tem feito uma releitura do conceito de maneira a proporcionar uma interpretação para além de uma representação gráfica. A escala passa a ser utilizada para compreender os diferentes níveis de realidade. A autora, porém, destaca que, ainda, os problemas teóricos e metodológicos da escala são pouco discutidos na ciência geográfica. Para Grandi (2018), o conceito de escala nunca se tornou um debate amplo, mas foi na Geografia anglo saxônica que o debate se tornou mais intenso. Esse período ficou conhecido com a abertura do conceito de escala.

A proliferação de trabalhos sobre as escalas geográficas não ocorreu, porém, homogeneamente nos diferentes ambientes linguísticos da literatura especializada. No caso anglófono, onde tal debate teve maior vulto, foi a partir do final da década de 1980 que isso aconteceu, processo que ficou conhecido como de “abertura” do conceito de escala na Geografia. (GRANDI, 2018, p.1)

A escala nos permite olhar para a realidade dando ênfase em um determinado fenômeno espacial. Conforme afirma Grandi (2018), a dimensão escalar é respectiva à reorganização e divisão das totalidades espaciais. “A realidade aparece diferente de acordo com as escalas dos mapas de acordo com os níveis de análise” (LACOSTE, 1976, p.61 *apud* Castro, 2009). Assim, a escala vai contribuir para melhor interpretação do fenômeno espacial representado.

Os geógrafos marxistas passam a ressaltar a importância da escala na compreensão das espacialidades das relações sociais. Essa influência coloca o conceito de escala como sendo um dos elementos geográficos produzidos pelas relações sociais, exercendo uma relação dialética de tais relações. Grandi (2018) destaca as contribuições de Smith (1988) para compreender o circuito da produção e o desenvolvimento desigual do capital a partir do conceito de escala.

A compreensão da escala geográfica, segundo ele, ajudaria no entendimento desse desenvolvimento desigual do capital, já que a tendência ao equilíbrio espacial implicaria a produção e diferenciação de espaços absolutos em escalas particulares da atividade social agrupadas em “(...) uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais.” (SMITH, 1988, p. 196) Nesse “movimento de vaivém” que o capital faz entre áreas “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas” na busca por explorar oportunidades econômicas de uma e evitar custos e riscos de outra é onde estaria a base do desenvolvimento desigual. (GRANDI, 2018, p 5)

Masson (2006) defende que o estudo dos movimentos sociais permaneceu por muito tempo distanciado das questões relacionadas ao espaço e a diferenciação espacial. Segundo a autora, o espaço é um conceito fundamental para compreender tais relações sociais. A partir dessa concepção, é possível determinar que as relações têm seu início no espaço e, como alerta Feldman (2002), também são espacializadas. “Nessa visão, as relações sociais são formadoras do espaço: os processos sociais acontecem no espaço, desdobram-se pelo espaço e, assim o fazendo, dão forma ao próprio espaço” (MASSON, 2006, p 446)

Masson (2006) nos mostra, também, que a escala é um elemento fundamental para compreender os movimentos sociais. Todavia, a autora faz uma crítica à forma com que as escalas são trabalhadas dentro de uma ordem crescente, ou seja, da escala local à global. Para a autora, dessa forma, as escalas se apresentam de maneira fixa e vazia para compreender os processos sociais.

Adotar essa compreensão analítica do papel e importância da escala na negociação e na política relativas aos movimentos sociais complica-se pelos usos habitualmente dados, nas ciências sociais, à noção de escala, passando das escalas menores para as maiores, quer dizer, do local para o regional, do nacional e para o chamado global. Nessa concepção, amplamente dominante, como argumentam os geógrafos, as escalas aparecem como compartimentos pré-determinados, fixos e vazios para os processos sociais nos quais eles não têm qualquer papel real. (Masson, 2006, p. 446)

A lógica de leitura de escalas decrescente é o que Santos (2006) descreve como sistema “babuska” de representação escalar. O local encaixa no regional, que encaixa no nacional que encaixa no global. Para o autor os fenômenos acontecem nas múltiplas escalas, não podendo ser explicados através de uma lógica crescente. “Os elementos escalares são multiescalares –objetos, ações, agentes-, o que implica que uma escala sempre contenha em si também elementos, marcas de outras, que estabelecem influências sobre processos e dinâmicas observáveis em ambas” (SANTOS, 2011, p.97).

Essa concepção de escala é conhecida como escalas agrupadas. A metáfora coloca a escala de maneira rígida e com limites bem definidos. Conforme Grandi (2018) aponta, as

bonecas se encaixam exclusivamente na boneca maior, e são sempre cópias menores das outras bonecas, o que o autor chama de determinismo escalar.

Logo, podemos afirmar que a escala se mostra como um elemento fundamental para a compreensão das relações sociais. Ela vai definir os limites espaciais das reivindicações de determinado movimento social. Isso ocorre porque, como afirma Santos (2006), os movimentos sociais atuam no local e as escalas possibilitam a leitura de como suas ações vão refletir em múltiplas escalas. Essa linha de raciocínio também permite investigar e compreender as simultaneidades dos elementos que se contrapõem ao espaço geográfico.

A escala como instrumento heurístico, nos permite distinguir níveis de análise do real, mas, no real tais níveis não são níveis, mas sim simultaneidades – dos elementos, dos objetos e das ações que contrapõe o espaço geográfico. O que justifica as narrativas escalares é na verdade a constatação que as simultaneidades (referência temporal) tem impactos, efeitos, em distintos âmbitos, recortes espaciais.” (SANTOS, 2011, p. 97)

Santos (2011) mostra de que maneira atos locais se desdobram em diversas escalas. O autor aponta como exemplo o MST, afirmando que as ações executadas pelo Movimento, como ocupações, ocorrem em uma escala local e podem ganhar repercussão no nacional e até mesmo transnacional. Assim, um ato desdobra reações em diversas escalas, o que o autor chama de “campo da espacialidade”.

O conceito de transnacionalização envolve um conjunto de atores sociais que compõem uma ação coletiva. Estas ações e causas transbordam os limites do nacional, ou seja, há uma necessidade de uma organização com caráter transnacional. Se pensarmos o movimento feminista e os movimentos de mulheres, podemos perceber que eles vão atuar nas diferentes escalas e se conectam através de uma rede, assim como Porto-Gonçalves (2004) destaca que alguns movimentos sociais não têm uma natureza sociogeográfica bem definida, isso ocorre porque a luta das mulheres se estabelece através da dimensão corpórea, construindo vários focos de resistência contra a subordinação exercida pelo sistema patriarcal e capitalista.

Masson (2006) nos mostra que a transnacionalização dos movimentos traz consigo problemas, pois invisibiliza atores sociais. As pautas dos atores locais são suplantadas por questões nacionais ou até transnacionais. Para pensar como vão se estabelecer essas pautas precisamos analisar o conceito de arena, citado por Santos (2011) e inspirado em Porto-Gonçalves, que estabelece uma disputa através das relações de poder, e outra disputa por narrativas. “Dentro da literatura geográfica sobre a transnacionalização e os movimentos

sociais, as interrogações principais estão mais especificamente relacionadas às dificuldades e dilemas que se originam no aumento da extensão espacial das relações materiais e discursivas constitutivas da ação coletiva.” (MASSON, 2006, p. 449)

Ao tentar compreender os movimentos sociais por meio do conceito de escala, é preciso compreender as especificidades do lugar, já que ele é formado por um conjunto de relações sociais. É no lugar, afinal, que os movimentos sociais e o movimento de mulheres agem. O lugar exerce um papel importante na formação da identidade do movimento social.

O lugar importa para as políticas dos movimentos, por um lado, por causa das diferentes realidades a partir das quais e sobre as quais os atores coletivos estão inseridos e, por outro lado, como diz Soyez, porque são produzidos discursos nos quais as questões se enquadram dentro de “atribuições de significados geograficamente diferenciadas” (MASSON, 2006, p. 454)

Masson (2006) faz uma crítica ao processo de transnacionalização dos movimentos, pois os atores periféricos não são representados na construção das pautas nos movimentos transnacionais. Todavia, uma ação de um movimento local pode ganhar uma projeção em escalar internacional.

Como as redes e organizações transnacionais negociam a constituição espacial cada vez mais estendida, enquadramentos discursivos em escala cada vez maior, com os atores de movimento baseados nos lugares que constituem essas redes e organizações, ou participam de eventos transnacionais? E com relação às questões mais estratégicas, como achar uma área de concordância e como “efetivamente criar comunidades alternativas imaginadas de solidariedade (...) quando a escala é ampliada até esta extensão? (JOHNSTON, 2003, p. 94 *apud* MASSON, 2006, p.464)

Santos (2011) faz uma crítica às escalas preestabelecidas que constituem narrativas acerca dos fenômenos. Tal avaliação ganha respaldo porque essas narrativas são pautadas na perspectiva dos atores hegemônicos. O autor nos mostra que é necessário se afastar dessas escalas preestabelecidas e fazer uma leitura a partir de diferentes escalas. “Escalas fundam fenômenos, fundam formas de ver fenômenos; fenômenos possuem dimensões próprias, fundam escalas, fundam formas de ver e relacionar escalas. Escala não é somente uma medida dimensional que se adapta à peculiaridade de um fenômeno” (SANTOS, 2011, p.109).

Masson (2006) propõe uma descentralização dos atores hegemônicos para compreender as histórias a partir de outras narrativas. Quando analisamos o movimento feminista e suas ações globais, conseguimos ver como a história, as necessidades e as pautas das mulheres dos países desenvolvidos suplantaram as pautas das mulheres das regiões

periféricas. Os temas como a legalização do aborto e os direitos das lésbicas são colocados como pautas principais enquanto outras são ignoradas por essa agenda predominante. É necessária, assim, essa descentralização para compreender quem são essas mulheres da periferia (mulheres de cor, negras, indígenas...) e suas lutas.

Existe uma dificuldade de conseguir construir relações baseadas no lugar. Não há uma garantia que as construções do movimento feminista hegemônico conseguirão atender as particularidades dos movimentos locais, o que reforça uma hierarquia dentro do movimento transnacional: “O papel do lugar e da posição para dar forma à densidade, dispersão, alcance e limites das organizações dos movimentos de mulheres transnacionais também precisa ser avaliado e documentado de modo mais exaustivo” (MASSON, 2006, p.457).

Dito isso, é necessário pensar as múltiplas escalas do agir político construído pelas mulheres do MST, levando em conta que essas escalas não podem ser compreendidas através de um olhar hierárquico. O debate do corpo-território funda uma leitura escalar produzida pelas mulheres. Desse modo, as mulheres do Movimento vão agir na escala corpórea, na escala do lar, na escala da roça, na escala política institucional local, nacional e internacional. É preciso atentar para a potencialidade de cada escala.

Historicamente, na sociedade patriarcal, as mulheres foram sendo moldadas para ocupar a escala do lar enquanto homens passaram dominar a escala política. Por meio da reivindicação das militantes e das ações do Setor de Gênero, o MST cria uma série de medidas a fim de mudar essa realidade e inserir as mulheres na escala política.

É possível verificar nas pesquisas que estudam mulheres camponesas que os espaços domésticos e de produção artesanal têm assumido um potencial político. A cozinha, além de ser um local de cuidado, passa a ganhar potencial econômico, se constituindo enquanto um lugar de tomada de decisão política e econômica.

As hortas nos quintais, por sua vez, garantem uma alimentação saudável para as famílias no campo. O conjunto de tecnologias desenvolvidas por mulheres nesses espaços foram fundamentais para a estruturação do plantio agroecológico nos assentamentos. Por meio da agroecologia, as militantes vêm desenvolvendo um enfrentamento às práticas do imperialismo no Brasil. A partir do seu agir político essas protagonistas criam a possibilidade de novas relações de produção.

Um exemplo dessa realidade é o Coletivo de Mulheres Empório da Chaya. Elas desenvolvem na beira da estrada produtos como geleias, conservas, pães e bolos que são a base da economia do acampamento. São as mulheres do acampamento que geram renda a partir da agricultura, enquanto os homens precisam vender sua mão de obra na cidade.

Na medida em que a luta pela terra se estabelece, as experiências se conectam na luta das mulheres em diferentes escalas. Nessa perspectiva, Conte (2017) desenvolve um trabalho que compara as diferentes estratégias de luta pela terra desenvolvida por mulheres camponesas no Brasil e as mulheres indígenas do México.

As mulheres do MST se organizam em múltiplas escalas, já que atuam nas escalas locais e, também, se organizam em âmbito nacional, lutando por políticas públicas que garantam os direitos das mulheres camponesas e uma maior qualidade de vida das mulheres no campo. As mulheres do Movimento reconhecem a necessidade de lutar contra a desigualdade com base no gênero, partindo da ideia de que a subordinação se estrutura na classe, gênero, raça e sexualidade. Por isso, elas lutam ambas as esferas de maneira interseccional.

As Mulheres do MST não se identificam com os movimentos feminista hegemônicos. Este atua em uma escala global, não abarcando as pautas dessas mulheres camponesas e de outras mulheres dos países periféricos. As organizações feministas transnacionais negligenciam as questões importantes para as mulheres proletarizadas se pautando muito mais nas questões pungentes das mulheres burguesas.

O movimento feminista decolonial evidencia as limitações do feminismo hegemônico. Este movimento traz visibilidade para aqueles sujeitos que estão à margem, buscando trazer a realidade das mulheres que vivem na periferia do capital. Tal perspectiva é importante para construir novos caminhos que possibilitam compreender como a dominação e subordinação dos corpos femininos se estruturam no período conhecido como sistema mundo moderno colonial.

## 2 O GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE NA GEOGRAFIA

O espaço geográfico é inerente às relações sociais. Todavia, tais relações podem ser analisadas através de uma ótica homogênea, em que os atores sociais são representados sem ser considerado o gênero. Uma análise geográfica a partir desse conceito possibilita compreender as múltiplas formas de dominação da mulher e as resistências que fazem parte das relações de poder.

Compreender as relações espaciais a partir da ótica da interseccionalidade pode possibilitar um aprofundamento sobre os estudos do espaço geográfico, uma vez que tal abordagem possibilita novas leituras das relações sociais. Na Geografia brasileira, essa ótica tem influenciado pesquisas que buscam trazer visibilidade para as diferentes maneiras que sujeitos, sujeitas e sujeitxs foram e estão sendo atingidos pela colonialidade de gênero. Essa perspectiva nas pesquisas também evidenciam a forma que estão construindo resistências e reivindicando direitos negados historicamente.

As Geografias feministas vêm incorporando as contribuições do feminismo e dos movimentos de mulheres para interpretar os fatos geográficos. O conceito de gênero tem sido uma categoria de análise nesse campo de estudo, uma vez que busca enfatizar as desigualdades baseadas na construção social do gênero e da sexualidade, dando visibilidade à realidade das mulheres. “Entendido que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero (MASSON, 2006, p.107)

Vale lembrar que a Geografia hegemônica faz uma leitura espacial que não leva em conta as desigualdades geradas por classe, gênero e raça (SILVA). Esse cenário acaba impedindo que as vozes das mulheres, dos trabalhadores, dos negros e pessoas não brancas permeassem a ciência geográfica.

Silva (2010) vai compreender que na Geografia existe um campo de disputa de poder em que os grupos hegemônicos (brancos, homens e heterossexuais) exercem o poder, e os grupos subalternizados (mulheres, negros, LGBTQI+) operam um contrapoder dentro da ciência geografia. Assim, fica estabelecida uma arena de disputa na ciência, e é desse conflito que vão se consolidar as Geografias feministas.

Nessa perspectiva, emergiram as chamadas às geografias feministas, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que

puddessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico. (SILVA, 2010, p.26)

As Geografias feministas desenvolvem pesquisas e produzem saberes ao mesmo tempo que as geógrafas e geógrafos precisavam desconstruir o conhecimento geográfico, de modo a revelar que as relações de poder existentes na sociedade também atuam dentro da ciência. Segundo Silva (2010), as Geografias Feministas fazem uma crítica ao caráter androcêntrico presente na produção geográfica, já que as pesquisas tendiam a uma neutralidade ao analisar as relações sociais. A crítica feita pelas geógrafas evidenciou que a ciência reproduzia o padrão de dominação eurocêntrico, racializado, heteronormativo e masculino na produção de conhecimento.

Durante os anos de 1980, as geógrafas começaram a produzir trabalhos com base nas relações de gênero, evidenciando a condição de vida das mulheres dentro do sistema capitalista. Inicialmente, as Geografias Feministas evidenciavam a realidade das mulheres brancas, fazendo uma leitura das relações sociais a partir do gênero, visto que essas pesquisas eram produzidas nas universidades dos países centrais. Posteriormente, as Geografias feministas incorporaram outros grupos subalternizados, reforçando que as categorias de classe e raça deveriam ser também consideradas nessas pesquisas.

A partir desse posicionamento inicial das geógrafas brancas, é iniciado um debate epistemológico sobre os grupos que antes eram excluídos da produção científica. A partir deste momento, debates de gênero e sexualidade são inseridos na Geografia por meio da perspectiva da interseccionalidade. Assim, passam a ser produzidos trabalhos que investigam as relações sociais com base no gênero e sexualidade na Geografia, buscando perceber como os grupos subalternizados concebem o espaço geográfico. “Deste movimento emergem iniciativas de tornar visíveis grupos ausentes da produção científica geográfica e desenvolvem-se os trazem os estudos sobre as mulheres, gays e lésbicas, procurando evidenciar suas expressões materiais de produção do espaço” (SILVA, 2010, p.41)

Silva (2010) aponta, ainda, que em 1990 novos questionamentos surgem em relação à falta de discurso geográfico em relação à situação das mulheres e homens de cor<sup>6</sup>, os grupos LGBTQ+ e negros. A autora destaca um ponto importante para compreender esse processo de reestruturação da ciência: se por um lado existia uma preocupação com a libertação das opressões sociais, por outro o discurso produzido pela Geografia abafava os alguns grupos não hegemônicos.

---

<sup>6</sup> Apesar de no Brasil esse termo estar carregado de tensões, no contexto da América Latina muitos países utilizam esse tipo de classificação da diversidade humana.

A percepção da falta de grupos sociais ou temas que estão fora do discurso hegemônico da Geografia, não mais se justificava por sua a-espacialidade ou sua inadequação como objetos deste campo científico, mas pela hegemonia de determinada forma de conceber a produção do espaço, pretensamente universal e neutra, que abafava a voz dos grupos não hegemônicos (SILVA, 2010, p. 42)

Ao longo dos anos, as diferentes correntes do feminismo contribuíram para a construção de uma Geografia de Gênero, que, logo, expressa um debate plural. Segundo Silva (2010), a influência dos diferentes posicionamentos possibilitou o enriquecimento da ciência e mostrou novos caminhos metodológicos e teóricos a serem seguidos. Novos tensionamentos foram colocados para as Geografias feministas, evidenciando os problemas da categoria mulher o que explicitava a necessidade de uma leitura interseccional das relações sociais.

De acordo com Silva (2016) esse percurso não se deu sem alguns percalços. Alguns geógrafos, por exemplo, consideram as Geografias feministas um modismo dentro da ciência. Tal posicionamento dificulta as pesquisas da área de gênero e sexualidade na Geografia em processo de consolidação.

A prospecção dos trabalhos de qualidade existentes torna-se difícil, embora necessária e urgente. Muitas das novas questões colocadas subordinam-se a uma moda, justificada ou não, abrangendo desde temas como o gênero, o turismo, o lazer, o meio ambiente ou digressões externas sobre pontos esparsos de filosofia, temas literários ou comentários biográficos e bibliográficos sobre autores afins (ou não) à geografia. (SANTOS, 2004, p. 95 in SILVA, 2016, p. 20).

São inegáveis as contribuições da obra de Milton Santos para a Geografia. O seu trabalho influenciou e ainda influencia geógrafos. Muitos acreditam que Milton Santos deixou indícios de que era necessário considerar outras relações na análise geográfica, não apenas as pautadas nas classes sociais.

Os fragmentos de escrita "... Avanços ainda necessários. Uma epistemologia da existência: geografia cidadã (não apenas dos pobres)" (Santos, 2004, p. 121) indicam que Milton Santos estaria assumindo perspectivas de sujeitos para além da classe e considerando a ampliação da análise espacial a partir de outras identidades? Tal resposta jamais teremos. Talvez algumas pessoas mais próximas a ele possam responder a isso. (SILVA, 2016, p.26)

Embora as Geografias feministas tenham surgido em diversas universidades pelo mundo, elas ganham mais espaços nas universidades europeias e norte-americanas. Silva (2016) afirma que no Brasil o movimento feminista não tem grande capilaridade na Geografia.

O movimento é heterogêneo espacialmente e se expressa com mais evidência nas universidades europeias, notadamente na Inglaterra e nas universidades norte-americanas, com pequena expressão na América Latina, como afirma Monk (1994). No Brasil, de acordo com Silva S. e Lan (2007), o movimento feminista pouco influencia os pressupostos teóricos e metodológicos vigentes na geografia, sendo ainda uma perspectiva marginal e pouco expressiva no âmbito do discurso geográfico brasileiro. (SILVA, 2016, p. 27)

Com relação à predominância de temas, as pesquisas se iniciaram privilegiando a articulação entre gênero e espaço. Franco (2015) afirma, seguindo este raciocínio, que os primeiros trabalhos de Geografia de gênero são realizados em áreas urbanas. Segundo a autora, nesse período ocorre um processo de “decadência” dos estudos da Geografia nos espaços rurais. O primeiro trabalho que envolve a temática de gênero nas áreas rurais ocorre no ano de 1986.

Devido à crise da pesquisa em espaços rurais, a irrupção da “nova” Geografia de gênero deu-se nos estudos geográficos urbanos, em vigorosa expansão. Por isso foi na cidade onde se centraram os primeiros trabalhos sobre a mobilidade diferencial por gêneros, como o pioneiro estudo cartográfico da geógrafa canadense De Koninck, R (1982), sobre a distribuição de emprego feminino e masculino na região do Quebec. (FRANCO, 2015, p. 27)

O WGS (Women and Geography Study Group) exerce um papel fundamental na criação de um embasamento teórico e metodológico para as pesquisas de Geografia e gênero ao inserir a análise de gênero na ciência em uma escala internacional. Em 1997, o WGS publica um livro sobre os debates das Geografias Feministas.

No Brasil e na América Latina, a revista “Geografias feministas”, organizada por Silva (2010), desenvolve um papel importante na organização e produção de trabalhos na temática de gênero. Isso ocorre não só pela busca em reunir trabalhos que desenvolvem a temática de gênero e sexualidade, mas também por conta da produção de um embasamento teórico-metodológico para as pesquisas de gênero na Geografia.

Nos anos de 1970, os trabalhos desenvolvidos que abordavam gênero tinham como objeto de pesquisa as desigualdades de gênero pautadas na visão essencializada da categoria mulher. As geógrafas, naquele momento, deixaram nítidas as dificuldades de as mulheres permearem os espaços de prestígios dentro das universidades. “As pesquisas iniciais limitavam-se ao mapeamento de padrões espaciais de atividades femininas, ou à localização dessas atividades, e à produção o de estatísticas femininas nas mais diversas áreas.” (SILVA, 2010, p.32)

Nos anos de 1990, o número de trabalhos com essa temática tem um aumento significativo. De acordo com Franco (2015), durante a década de 1980, as primeiras publicações na temática de gênero estabeleceram um embasamento teórico para a consolidação das pesquisas nos anos seguintes. Os trabalhos produzidos a partir da década de 1990 inserem com mais profundidade o debate metodológico e teórico sobre gênero na ciência geográfica.

Discute-se a Geografia desde o pensamento feminista; desvenda-se a aliança patriarcalismo - capitalismo e a sua expressão espacial; mergulha-se nos significados e sentidos de gênero na construção de lugares e de identidades; trabalha-se no intuito de construir uma Geografia regional de gênero à escala mundial; enfatiza-se o universo simbólico e cultural e a fascinação pela diferença; constroem-se mapeamentos cognitivos e debate-se sobre metodologia de pesquisa na Geografia do gênero. (FRANCO, 2015, p. 33)

Embora as pesquisas que abordem gênero vêm aumentando na Geografia brasileira ainda tem sido pouco permeável o desenvolvimento de campos que envolvem gênero, feminismos e sexualidades. Ornat (2008) desenvolveu uma pesquisa em que investigou os trabalhos com a temática de gênero. Uma das metodologias aplicadas consiste em utilizar palavras chaves como sexualidade, mulheres e gênero para identificar os trabalhos que possuem essa temática e os pesquisadores que estão inscritos na plataforma Lattes, que desenvolvem pesquisas dentro dessa temática no Brasil entre os anos de 1988 à 2008.

Após uma busca realizada tanto no Portal de Dissertações e Teses da Capes, como na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, coordenando pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), desde o ano de 1987, a partir dos termos gay, gênero, homossexual, lésbica, prostituição, queer, sexualidade, transexual, travesti, travestilidade, todos relacionados à Geografia a, foram encontrados trinta e três trabalhos (dissertações e teses). (ORNAT, 2008, p. 312)

Ornat (2008) enfatiza que os estudos de gênero e sexualidade no Brasil são muito espaçados, além disso encontram resistência na ciência geográfica. Diante dessas circunstâncias, é possível afirmar que geógrafas e geógrafos que contribuem com a Geografia feminista vêm criando possibilidades para a Geografia ao construir uma base epistemológica que não reproduz a lógica masculinizada neste campo de conhecimento.

Vale ressaltar, todavia, que a dificuldade que essas geógrafas e geógrafos vêm enfrentando em consolidar suas pesquisas na Geografia tem relação com as hierarquias criadas dentro desse campo do saber. Esta estrutura e graus de subordinação estabelecem quais pesquisas são mais científicas que outras.

As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos e, conseqüentemente, de suas próprias teorias científicas. (ORNAT, 2012, p. 315)

As Geografias feministas incorporaram o conceito de gênero para análise das relações sociais, de modo a possibilitar avanços teóricos e metodológicos. O conceito de gênero substitui a categoria mulher estigmatizada, pois possibilita compreender a dominação da mulher enquanto uma construção social e, também, compreender as outras sujeitas que não se encaixam na definição de mulher.

Silva (2010) destaca que o espaço passa a ser um importante elemento para compreender as relações que tem como base o gênero. A autora também afirma que ainda existe resistência por parte dos geógrafos e geógrafas em reconhecer os trabalhos que estudam gênero na Geografia enquanto análises geográficas. Outro fato importante é a pouca produção nessa temática se comparados com a produção acadêmica que fazem uma leitura homogênea das relações.

Ainda segundo Silva (2010), os estudos de gênero não podem ser confundidos com os estudos com estudos de mulheres. Para a autora, o conceito de gênero se opõe radicalmente à utilização da categoria mulher, pois essa categoria não representa uma série de sujeitas históricas. Então, a autora defende o conceito de gênero, que é mais abrangente, e torna possível analisar as relações sociais de maneira mais ampla.

Utilizar o conceito de gênero para compreender as relações produzidas no espaço social não está relacionado somente com a produção de pesquisas das Geografias feministas. Ao analisar as relações sociais e os fenômenos geográficos considerando a categoria de gênero construímos uma Geografia que não desconsidera uma série de sujeitas. Dessa forma, agimos em direção contrária a uma ciência androcêntrica.

Silva (2010) ressalta, também, que não são apenas geógrafas que estão contribuindo para as Geografias feministas. A autora reforça que pesquisas de geógrafos têm relevância na produção nesse campo de estudos. “A adoção da perspectiva feminista da produção do conhecimento geográfico não pode ser associada à percepção imediata de corpos que praticam o conhecimento” (SILVA, 2010, p. 40).

A pesquisadora deixa nítido, ainda, que gênero não é apenas utilizado para definir os papéis entre mulheres e homens. O gênero também permeia as relações entre os sujeitos do sexo masculino, como forma de impor a heterossexualidade estabelecendo um padrão sexual e de comportamento. “Gênero e sexo são aqui compreendidos como construções sociais

permanentes que vão muito além da mera representação de papéis a serem desempenhados por corpos de homens e mulheres sob a hegemonia da heteronormatividade.” (SILVA, 2010, p. 40)

Compreender o gênero enquanto performance possibilita subverter a ordem e hierarquias compulsórias criadas pela sociedade. Entender as relações sociais com base na performance dialoga com a ideia de gênero ciborguiano, que vai propor a extinção das relações constituídas a partir do gênero e sugerir que as relações se estabeleçam com base na performance do indivíduo e não no gênero. Essa possibilidade destruiria toda a divisão de papéis construídos pela sociedade patriarcal e abriria espaço para novas relações.

poder inerentes a ela, num processo de permanente tensão e movimento. Ao incorporar a performatividade como o exercício do gênero, entendido como representação social, a geografia evidencia a importância da incorporação do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência cotidiana e concreta e as possibilidades de subversão da própria ordem compulsória de gênero da sociedade heteronormativa. (SILVA, 2010, p.43)

Silva (2014) considera, também, a interseccionalidade como um elemento importante a ser incorporado pela Geografia e pelos estudos de gênero: “A noção essencialista dos gêneros, dos sexos e das sexualidades estava já completamente desestabilizada nos anos 1990, e as influências do pós-modernismo, pós-estruturalismo e pós-colonialismo levaram a um caminho de concepção da construção social destas categorias, somadas também por outras dimensões humanas como a raça, a idade e a classe”(SILVA, 2014, p. 43).

Silva J. e Silva (2014) buscam fazer uma leitura das relações espacializadas através das perspectivas identitárias, deixando de lado os dualismos construídos pela sociedade. Para estabelecer tais leituras espaciais as autoras vão propor um entendimento interseccional que possibilite compreender de quais formas gênero, classe, raça e sexualidade afetam os indivíduos em sua vivência no espaço.

As autoras partem da concepção de que os corpos produzem o espaço. Assim, as experiências dos indivíduos são necessariamente espaciais. Trata-se de um raciocínio próximo ao estabelecido por Porto-Gonçalves (2006), quando afirma que os indivíduos querem sempre mais espaço, neste caso, as mulheres, os negros, os trabalhadores, os camponeses entre outros, que reivindicam ao mesmo tempo que produzem o espaço.

É nesta perspectiva que a ideia de interseccionalidade pode ser articulada à imaginação geográfica. Se a experiência das pessoas é concreta, ela é também espacial. Uma pessoa vivencia de forma simultânea várias facetas identitárias, como gênero, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, religião, deficiência funcional etc.,

mediadas pelo espaço e pelo tempo, que são fundamentais na consideração do movimento destas intersecções. (SILVA J. e SILVA, 2016, p.18)

Esta perspectiva interseccional na Geografia busca superar a concepção dualista. Isso se faz necessário uma vez que os dualismos impossibilitam a análise da diversidade e da complexidade das relações sociais. Silva J e Silva (2014) propõem a superação do essencialismo das identidades.

As espacialidades criadas por pessoas atravessam as diferentes formas de dominação. O que Silva J. e Silva (2014) definem como um constante processo de fazer e desfazer identidades. As autoras têm como inspiração as contribuições do movimento feminista negro que vão ressaltar a necessidade de estabelecer uma perspectiva interseccional da luta contra a dominação, possibilitando uma análise complexa de gênero.

O legado das feministas negras dentro dos movimentos políticos norte-americanos, ainda no século XIX, é um importante elemento a ser considerado no avanço em direção a uma análise complexa de gênero e sexualidades, incorporando outros importantes elementos identitários, como é o caso da raça e da classe. (SILVA J e SILVA, 2016, p. 19)

As teorias desenvolvidas pelas feministas negras possibilitam uma leitura das diferentes experiências espaciais com base no gênero, classe e raça. Essas vivências das mulheres brancas eram estabelecidas de maneira diferenciada das mulheres negras. Os espaços designados para as mulheres brancas eram os privados e do lar. No entanto, as mulheres negras sempre vivenciaram os espaços públicos.

Outros elementos a serem considerados na construção das experiências espaciais são as ideias de feminilidade, da categoria mulher e da família burguesa, que eram compreendidas como símbolos da dominação patriarcal no feminismo hegemônico, mas não conseguiam abarcar as mulheres negras.

Dessa forma, as mulheres não brancas não eram representadas pelo movimento feminista hegemônico. A inserção dos conceitos de raça e classe possibilitou compreender de forma complexa a posição de cada indivíduo que lutava contra a subordinação com base no gênero. Tal compreensão vai ser chamada de colonialidade de gênero por Lugones (2014).

Segundo Silva J. e Silva (2014), a experiência das mulheres negras na luta por direitos civis e contra o sexismo possibilitou a ampliação da luta. A reivindicação dessas mulheres tem como objetivo a emancipação social. As produções das feministas negras evidenciaram os privilégios de classe e raça. Na medida que esse movimento se aproximava de outras mulheres não brancas tornava a luta mais complexa e ampliava a compreensão das estruturas

de dominação. “A aproximação das feministas negras com outras mulheres não brancas, mexicanas, chinesas, porto-riquenhas, que eram segregadas, o que possibilitou a complexidade das estruturas de dominação, afirmando que existe uma pluralidade de estruturas racistas.” (SILVA e SILVA, 2016, p. 28)

O feminismo negro e a sua produção teórica possibilitaram um grande avanço para a teoria feminista. Para os estudos culturais e para a luta político-científica do movimento pós-colonialista. É inestimável a construção de um sólido caminho argumentativo que baseou a concepção de interseccionalidade. E essa perspectiva interseccional na Geografia possibilita a compreensão de como as mulheres vêm construindo através de seus corpos espacialidades, tornando a análise do espaço mais complexa, indo em direção oposta às perspectivas hegemônicas da produção do saber geográfico.

A interseccionalidade possibilita enxergar e analisar os vários eixos de opressão que apareceram nas relações sociais. Assim, essa pesquisa utiliza a interseccionalidade para analisar os eixos de classe e gênero de modo a compreender o protagonismo das mulheres camponesas do MST. Torna-se necessário, logo, compreender as intersecções que atravessam o objeto de estudo. Essa perspectiva, no entanto, não está largamente disseminada, uma vez que, como enfatizado por Silva (2016), geógrafas e geógrafos da América Latina enfrentam a dificuldade para encontrar trabalhos que abordem interseccionalidade enquanto metodologia na Geografia.

Qualquer pessoa vivencia simultaneamente múltiplas categorias sociais, como gênero, raça, religião, classe, idade, orientação sexual, etc. Essa concepção envolve considerar as identidades como fluidas, instáveis, complexas e em estado permanente de construção/desconstrução. As pessoas vivenciam os processos identitários ao longo da vida concreta, e essa experiência contempla tempo e espaço (SILVA J. e SILVA, 2016, p.31)

Silva J. e Silva (2016), com base no trabalho de Gill Valentine (2007), afirmam que o conceito de interseccionalidade é central nas pesquisas geográficas contemporâneas. “Nesse sentido, a vantagem deste conceito é que ele permite o uso da criatividade, não restringindo o pesquisador a uma única linha de abordagem de eixos de opressão, o que instiga a uma pesquisa reflexiva, crítica e responsável.” (SILVA e SILVA, 2016, p.29)

Partindo da concepção de que toda produção científica possui uma intencionalidade, as Geografias feministas buscam colocar no centro do debate geográfico sujeitxs generificados (SILVA e SILVA, 2016). Logo, isso acaba produzindo um saber geográfico a partir das experiências corporais e espaciais desses sujeitxs.

Nessa perspectiva, Silva (2016) vai evidenciar que, na Geografia brasileira, os sujeitos generificados foram suplantados através das interpretações homogêneas das relações sociais. A autora fala do processo de aproximação dos geógrafos com a população periférica, através das reuniões do poder executivo local com as pessoas das periferias. Nesses espaços, onde o debate sobre o direito a cidade se estabelecia, as mulheres eram importantes sujeitas que emergiam na luta por moradia, creche, escola e segurança.

Essas mulheres negras evidenciavam que nos estudos que abordavam a desigualdade nas cidades brasileiras, a hierarquia de gênero, classe e raça presente em tais relações deixavam de ser consideradas. Segundo os autores, os geógrafos acabavam não considerando a mulher enquanto um ser espacial, acreditando que não seria passível de serem interpretados pela ciência.

Se as mulheres com as quais tínhamos que negociar as ações políticas espaciais traziam elementos estranhos às nossas teorizações sobre a produção do espaço, teríamos nós, cientistas, a autoridade de dizer que tais elementos não eram passíveis de serem contemplados porque a ciência à qual estávamos afiliados não reconhecia tais aspectos como estruturadores da realidade espacial? Negar a existência espacial dessas mulheres para assegurar o conforto da certeza do saber teórico sobre o espaço não seria consolidar mais uma forma de exclusão? Quais eram as geografias produzidas por elas que traziam elementos tão distintos de nossa tradição epistemológica? (SILVA, 2016)

Com base em fundamentalismo teórico muitos geógrafos vêm buscando definir o que é geográfico. Assim, as geógrafas e geógrafos que buscam compreender as relações estabelecidas por sujeitos generificados em suas pesquisas vêm enfrentando a negação dessas existências espaciais generificadas.

Os trabalhos desenvolvidos com a temática de Geografia e gênero no Brasil tem se aproximado do feminismo decolonial que busca compreender as relações sociais através da ótica da interseccionalidade. Os trabalhos de gênero e sexualidade geram tensionamento na ciência geográfica, gerando debates sobre a não geograficidade dos trabalhos de gênero e sexualidades. Todavia, as geógrafas e geógrafos que compõem as Geografias feministas têm inserido os sujeitos corporificados e generificados no centro do debate geográfico e formulado teorias complexas sobre as diversas estruturas de dominação.

## 2.1 Uma nova gramática na luta pela terra

Na sociedade ocidental o gênero é um fator estruturante das relações sociais. A diferenciação social a partir do gênero definiu uma superioridade do homem e a subalternidade da mulher. Tais relações baseadas no gênero também se estabeleceram no espaço agrário brasileiro e teve como resultado a concentração de terra na mão dos homens, majoritariamente brancos.

A sociedade patriarcal tem como base estrutural essas diferenças de gênero, subordinando as mulheres em relação aos homens. Essas estruturas de poder vão se permeando nos múltiplos espaços. O gênero, então, pode ser concebido em duas instâncias: como aparelho semiótico de análise ou como uma gramática sexual que vai reger relações entre homem-mulher, homem-homem ou mulher-mulher. “O conceito de gêneros se mostra como um condutor do que é masculino ou feminino.” (SAFFIOTI, 2004).

Para Haraway (1985), esses dualismos são comuns na sociedade ocidental e são um importante instrumento. Sendo um importante instrumento na lógica de dominação de gênero, raça e cor, natureza e de todos aqueles que são classificados como “outros”.

Segundo Scott (1989), o gênero apresenta-se como um elemento estruturante das relações sociais com base nas diferenças reconhecidas a partir do sexo. Desse modo, o gênero é uma forma de significar as relações de poder e se estabelece como um campo, por meio do qual ele é articulado. Por sua vez, as instituições classificam os corpos dentro de uma lógica binária com base no sexo biológico, um paradigma em que todos os indivíduos podem ser classificados como masculino e feminino.

Collins (2015) salienta que um elemento fundamental para pensar a diferenciação social com base no gênero consiste na naturalização do comportamento feminino. Comportamentos como ser dócil e gentil são características que foram atribuídas às mulheres através de um sistema de dominação. A forma com que as mulheres se relacionam com as figuras de autoridade demonstram que estão acostumadas a agir de maneira submissa, devido a uma educação que reproduz a dominação sofrida por mulheres. “As mulheres são ‘naturalmente’ melhores em se relacionar com pessoas com mais poder que elas ou foram as circunstâncias que exigiram que homens e mulheres desenvolvessem habilidades diferentes?” (COLLINS, 2015, p.33)

O movimento feminista surge em um cenário em que diversas lutas sociais estavam eclodindo. As militantes contestam a desigualdade entre homens e mulheres imposta pelo modelo patriarcal na sociedade.

Haraway (1985) destaca um elemento importante para pensar como se estruturam as relações de poder na sociedade: o “sistema de dominação de mulheres por outras mulheres”. A compreensão que existe uma forma de dominação onde mulheres estabelecem poder sobre outras mulheres evidencia que não é possível fazer uma leitura da realidade com base apenas no gênero. O entendimento de que as sujeitas são afetadas de formas diferentes pelo patriarcado, raça e classe é essencial para compreender esse sistema de dominação.

Haraway (1985) identifica outro problema dentro do movimento feminista hegemônico, que diz respeito ao conceito de mulher, que é escorregadio e funciona como matriz de dominação que as mulheres exercem uma sobre as outras. O conceito de mulher, assim, reproduz uma ideia essencializada de mulher e acaba não se enquadrando a realidade das sujeitas proletarizadas.

O movimento feminista hegemônico parte da ideia de que a desigualdade de gênero, a dominação e a subalternização da mulher se estabelecem de forma similar em todas as sociedades e para todas as mulheres. Tal entendimento coloca diferentes realidades na categoria mulher e cria um sentimento de unidade. Contudo, vale ressaltar que o movimento feminista parte da realidade das mulheres brancas europeias e suplantou a realidade daquelas que vivem à margem dessa realidade. A colonialidade criou diferentes formas de dominação do “outro” estabelecendo mecanismos diversos para exercer a subordinação das colonizadas e colonizados.

el feminismo eurocéntrico, que afirma que el problema de La dominación de género, de La dominación patriarcal, es universal, sin mayores diferencias, justificando, bajo esta bandera de unidad, La posibilidad de transmitir los avances de La modernidad en el campo de los derechos a las mujeres no-blancas, indígenas y negras, de los continentes colonizados. Sustenta, así, una posición de superioridad moral de las mujeres europeas o eurocentradas, autorizando las a intervenir en la colonización civilizadora-colonial/modernizadora. (SEGATO, 2014, p. 76)

Collins (2015) ressalta, também, a necessidade da empatia, para compreender como que a categorização de raça, classe e gênero atravessam as vidas dos indivíduos. Essa perspectiva torna visível a maneira com que as diferentes formas de opressão vão afetar a construção de cada história de vida. Embora seja um processo difícil, a autora chama a atenção para o desafio de enxergar os diferentes grupos sociais e as diferenças de privilégios.

Encontrar causas comuns e construir empatia é difícil, não importa que lado dos privilégios nós habitamos. Construir empatia do lado dominante dos privilégios é difícil, simplesmente porque pessoas de ambientes privilegiados não são encorajadas a fazê-lo. (COLLINS, 2015, p. 36)

Haraway (1985) afirma que o movimento feminista radical e o movimento feminista marxista deixam uma lacuna a ser preenchida quando são questionados enquanto a dominação com base na raça. Outro problema apresentado pela autora, consiste nas diferentes formas de subordinação que a sociedade capitalista vai estabelecer em relação aos corpos das mulheres de cor. Isso ocorre por conta do reforço à naturalização da categoria mulher e pela afirmação do movimento feminista hegemônico enquanto uma totalidade. “Não há nenhum espaço estrutural para a raça (ou para muita coisa mais) em teorias que pretendem apresentar a construção da categoria “mulher” e do grupo social “mulheres” como um todo unificado ou totalizável.” (HARAWAY, 1985, p. 57).

Para Collins (2015), a imagem da mulher e do homem na sociedade são concepções eurocêntricas, principalmente, quando refletimos sobre os sujeitos burgueses. “O que parecem ser categorias universais que representariam todos os homens e mulheres são, na verdade, desmascaradas como sendo aplicadas somente a um pequeno grupo” (COLLINS, 2015, p. 25).

Collins (2015) aponta para a necessidade pensar a luta contra o capitalismo e as diferentes formas de opressão de maneira interseccional. Haraway (1985) vai na mesma linha quando também trabalha a ideia de construir uma unidade de luta onde as sujeitas e sujeitos não reproduzam a lógica imperialista. “Quando, então, nos recusamos a lidar com raça ou classe porque elas não parecem ser diretamente relevantes ao gênero, estamos, na verdade, nos tornando parte do problema de outras pessoas” (COLLINS, 2015, p. 26).

Collins (2015) fala sobre como as categorias de raça, classe e gênero vão influenciar a maneira como o indivíduo vai experimentar o mundo e assim se estabelecer como sujeita ou sujeito. No entanto, o indivíduo pode modificar e transcender essas barreiras, não sendo obrigado a se conformar com essa estrutura imposta a ele. “Cada um de nós deve aceitar as múltiplas maneiras nas quais as categorias de análise de raça, classe e gênero moldam nossas biografias individuais.” (COLLINS, 2015, p. 28).

Collins (2015) busca fazer uma análise das três dimensões da opressão. A autora aborda o exemplo da escravidão para explicar essas dimensões. Compreender a escravidão somente enquanto uma instituição racista reduz as diferentes formas de dominação que se estabeleceram nesse período. A escravidão reforça a instituição patriarcal, onde a centralidade

do poder está no homem branco, e na propriedade. E, também, reforça a questão de classe já que o trabalho assalariado foi negado aos sujeitos escravizados.

Muito embora a escravidão seja tipicamente analisada como uma instituição racista e, ocasionalmente, como uma instituição de classe, eu sugiro que a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e gênero. Retirar qualquer uma dessas peças diminui nosso entendimento da real natureza das relações de dominação e subordinação que operavam na escravidão. (COLLINS, 2015, p. 21)

Haraway (1985) acredita que as mulheres de cor podem construir uma unidade na luta pelos direitos das mulheres. Tal perspectiva deve se dar a partir da criação de estratégias de luta que não reproduza sujeitos imperializantes. Além, é claro, de buscar um enfrentamento ao modelo de dominação do capital que se estruture em classe, gênero e raça. “Não conheço nenhuma outra época na história na qual tenha havido uma maior necessidade de unidade política, a fim de enfrentar, de forma eficaz, as dominações de “raça”, de “gênero”, de “sexualidade” e de “classe”.” (HARAWAY, 1985, p.52)

Um elemento importante que Haraway (1985) apresenta é a questão dos dualismos que a sociedade ocidental impõe. Este é um elemento estruturante da dominação do outro. O movimento decolonial afirma que dentro do sistema mundo moderno colonial a dominação tem como justificativa a necessidade do “outro” se tornar o espelho do dominador. Contudo, o “outro” carrega a possibilidade de mudança e transformação social.

certos dualismos têm sido persistentes nas tradições ocidentais; eles têm sido essenciais à lógica e à prática da dominação sobre as mulheres, as pessoas de cor, a natureza, os trabalhadores, os animais – em suma, a dominação de todos aqueles que foram constituídos como outros e cuja tarefa consiste em espelhar o eu [dominante]. (HARAWAY, 1985, p.90 – 91)

O feminismo decolonial busca compreender, de maneira conjunta, a dominação do patriarcado e do capitalismo. Esta corrente busca analisar a subordinação através da ótica da interseccionalidade, fazendo uma crítica à forma com que o feminismo hegemônico omite a dominação que ocorre através da raça, gênero e classe.

Lugones (2014) analisa a interseção entre os conceitos de gênero, classe e raça de forma a compreender a realidade da mulher de cor na dinâmica latino-americana. A autora define que dentro do sistema mundo moderno colonial as mulheres são as “vítimas da colonialidade do poder”.

O sistema mundo moderno colonial de gênero organizado por Lugones (2014) tem como base o conceito de “colonialidade do poder”, desenvolvido por Quijano (1994). A

autora aprofunda a análise de gênero do sistema mundo moderno colonial, tornando possível compreender o lugar que a mulher ocupa dentro das estruturas de dominação.

Quijano no ha tomado conciencia de supropia aceptación del significado hegemónico del género. Al incluir estos elementos en el análisis de La colonialidad del poder trato de complejizar el enfoque de Quijano que considero central a lo que llamo el sistema de género moderno/colonial. (LUGONES, 2014, p. 59)

Quijano (1994) analisa o sistema capitalista a partir da colonialidade do poder e da modernidade. Esses dois eixos vão ordenar as formas de dominação, porém, segundo Lugones (2014), a análise de gênero realizada por Quijano (1994) no sistema mundo moderno colonial é superficial pois as classificações de sexo/gênero são organizadas dentro dos eixos de modernidade e colonialidade. O autor aceitaria, assim, a concepção de gênero construída pela sociedade capitalista e eurocêntrica

A partir da concepção de colonialidade, a autora introduz a questão da interseção de raça e gênero dentro do esquema desenvolvido por Quijano (1994). O autor analisava a divisão internacional do trabalho a partir da raça e, de acordo com ele, a construção do “eu” desenvolvido (homem branco, hetero, cristão e europeu) e do “outro” inferiorizado, possibilitou que se estabelecesse um sistema mundo moderno colonial, onde os trabalhos mais precários e nocivos foram destinados àqueles que viviam nas periferias do capital.

Lugones (2014) também desenvolve o conceito de colonialidade de gênero, que define as relações de dominação com base no gênero, classe e na raça. Segundo a autora, é possível compreender as relações com base no encontro de cada indivíduo com a colonialidade de modo a pensar as maneiras com que eles são atingidos pelo sistema hierárquico construído pela modernidade.

Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial”. A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. (LUGONES, 2014, p. 941)

A autora pensa a colonialidade a partir da interseccionalidade, de maneira a compreender de forma mais ampla as maneiras que a dominação e a subordinação do sistema capitalista se estabelecem nas áreas periféricas. Tal opressão são manifestadas por meio da classe, raça e gênero de forma conjunta.

Dito isso, é possível afirmar que a interseccionalidade possibilita a compreensão das diferentes formas de desigualdades. Collins (2017) relata o exemplo de luta da intelectual June Jordan ativista do movimento abolicionista, que reivindicava a liberdades de todas as formas de opressão da sociedade, introduzindo, então, uma leitura interseccional das opressões. Collins (2017) descreve que para June Jordan não seria possível as mulheres negras alcançarem a liberdade se visasse apenas alcançar as pautas das mulheres negras.

A intelectual afro-americana June Jordan não esteve interessada na liberdade somente para afro-americanos, mas para todas as pessoas oprimidas. Uma leitura atenta de seu trabalho mostra que seu foco na liberdade imprimiu um ímpeto interseccional ao feminismo negro assim como estreitou laços entre movimentos sociais do século XX. (COLLINS, 2017, p.7)

A pesquisa compreende que, por meio da interseccionalidade, é possível estabelecer agendas de lutas entre os movimentos sociais que vise a emancipação social. Como defende Collins (2017), a perspectiva de liberdade de June Jordan possibilitaria a criação de uma rede de solidariedade entre os diferentes movimentos sociais.

A ideia de interseccionalidade e a solidariedade política que a sustentava tinham o objetivo de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia. (COLLINS, 2017, p. 7)

A interseccionalidade pode ser compreendida como instrumento metodológico, pois por meio da sua ótica é possível analisar as diferentes realidades sociais e construir saídas emancipadoras para as diferentes formas de opressão.

A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (COLLINS, 2016).

Collins (2017) discorre que as mulheres dos movimentos sociais foram incorporando o debate de gênero nos espaços dos movimentos que já tinham como base o debate de classe e de raça. Tal situação é possível de ser vislumbrada no caso do MST, que até um dado momento tinha sua atuação restrita à luta pela terra, com base nas desigualdades ano acesso a ela, tendo como âncora o conceito de classe. Após os militantes do Movimento interpretarem que a luta pela terra deveria incorporar a luta pelo fim das diferentes desigualdades, o MST passa a combater os diferentes padrões de dominação. Classe, raça, gênero e sexualidade são

conceitos utilizados pelos movimentos sociais visando a emancipação dos grupos subalternizados, seja no campo ou na cidade. “No contexto do movimento social, a sinergia entre as ideias de interseccionalidade como um projeto de conhecimento, bem como sua organização estrutural e aspirações, se reforçam uma a outra.” (COLLINS, 2017, p. 9)

O movimento feminista radical vai pautar sua luta pela emancipação da mulher com base na categoria de gênero. O feminismo decolonial, por sua vez, vai fazer um movimento contrário ao inserir as categorias de classe e de raça como fundamentais para compreender as diferentes formas de dominação sofrida por mulheres. As feministas decoloniais vão estruturar a luta contra a colonialidade e a maneira que esta atinge diferentes indivíduos dentro do “sistema mundo moderno colonial”.

Collins (2017) destaca que as intelectuais negras construíram uma base para que fosse desenvolvido o que compreendemos enquanto interseccionalidade. Isso ocorreu por conta das experiências vivenciadas no movimento negro. As pesquisadoras negras, então, cumprem um papel fundamental para a consolidação dos debates sobre as conexões dos conceitos de raça, classe, gênero e sexualidade.

As principais obras de mulheres negras afro-americanas, que estabeleceram as bases para o que veio a ser conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars*, de June Jordan (Jordan, 1981); o clássico *Sister Outsider* (LORDE, 1984) de Audre Lorde; e o inovador *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis (Davis, 1981). (COLLINS, 2017, p. 10)

A interseccionalidade surge enquanto um conceito formulado na academia para compreender diferentes realidades sociais. Segundo Collins possibilitava uma adaptação aos meios de produzir conhecimento acadêmico com base nas práticas sociais desenvolvidas pelos movimentos. “A construção da interseccionalidade ofereceu um termo guarda-chuva reconhecível, que fixava essas relações dinâmicas de modo a tornar o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta” (COLLINS, 2017, p. 11).

A interseccionalidade vem sendo utilizada como instrumento metodológico nas pesquisas sobre mulheres. Todavia, Collins ressalta que a interseccionalidade não deve ser exclusividade dos estudos que envolvem o feminismo ou a luta das mulheres. Este instrumento metodológico pode ser utilizado para investigar as relações sociais permeadas por relações de poder.

Segundo Lugones (2014), na sociedade eurocêntrica capitalista, todos os indivíduos são hierarquizados, classificados e racionalizados. No entanto, na classificação binária entre

homem e mulher, a mulher negra não consegue ser inserida nessa caixa, Isso ocorre porque ela não se enquadraria nem na categoria mulher, nem na categoria negro.

Nesse cenário a categoria mulher representaria a mulher branca e burguesa. De modo a deixar à margem uma série de atores históricos que não se encaixam nessa categoria. Haraway (1985) dialoga com essa visão, no *Manifesto Ciborgue*, ao afirmar que a categoria mulher exclui todas as mulheres de cor e demonstra a ideia de divisão sexual internacional do trabalho, evidenciando a realidade das mulheres de cor nos países periféricos.

Lugones (2015) aponta mais um elemento para pensar o “sistema mundo moderno colonial de gênero”, ao refletir sobre a posição que a mulher de cor ocupa entre a interseção entre a categoria mulher e a categoria negro. Esse elemento evidencia a necessidade de analisar as formas de dominação do atual sistema político e econômico, de maneira que gênero, raça e classe são entendidos de maneira indissociável.

O sistema mundo moderno colonial de Lugones (2015) vai ser interpretado enquanto ótica para compreender as múltiplas formas de dominação da modernidade e a lógica hierárquica que foi empregada para classificar a humanidade. Essa classificação é fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista.

O sistema mundo moderno colonial de gênero possui dois lados: um visível e outro obscuro. A parte visível evidencia as diferenças entre homens e mulheres construídos dentro da lógica binária. Já o lado obscuro, se revelado, deixa nítidas as desigualdades que se estabelecem através da dominação de classe, gênero, raça, sexualidade, religião.

A colonização não vai compreender os povos originários enquanto humanos. A dicotomia baseada no gênero, é aplicada para o homem e a mulher. Conforme afirma Lugones (2015) a modernidade vai construir outras distinções hierárquicas para classificar os colonizados.

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. (LUGONES, 2014, p.936)

A hierarquização do humano empregada pela lógica colonial colocou o homem branco europeu no topo da humanidade. Com base na superioridade do europeu ocorriam julgamentos com a intenção de definir se as colonizadas e os colonizados eram ou não humanos. A religião e a sexualidade também foram utilizadas como justificativas para esse processo, que propagava um discurso civilizatório, mas, na realidade, não tinha a intenção de

tornar as colonizadas e os colonizados “civilizados”. O que se dava era a criação de justificativas para a violação de seus corpos.

A dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as. As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas. (LUGONES, 2014, p. 936-937)

Além de uma classificação baseada na raça, o processo de colonização nas colônias impôs a lógica binária de classificação sexual. Nestes territórios existiam outras formas de lidar com os corpos. Muitas das sociedades originárias que viviam na área que chamamos de América eram matriarcais. A divisão sexual imposta pelos colonizadores vai colocar a mulher “indígena” em uma posição de subordinação nas diferentes esferas. “Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres” (LUGONES, 2014, p. 937).

Lugones (2014) afirma que a classificação binária imposta pelos colonizadores não classificava as colonizadas e colonizados enquanto homens e mulheres. como uma tentativa de compreender com base no sexo biológico, assim como animais são classificados enquanto macho e fêmea.

A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a generização dicotomizada dos/as colonizados/as. Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial. A dificuldade de imaginar isso como meta pode ser vista nitidamente quando percebemos que a transformação dos/as colonizados/as em homens e mulheres teria sido uma transformação não em identidade, mas em natureza. E colocar os/as colonizados/as contra si próprios/as estava incluído nesse repertório de justificações dos abusos da missão civilizatória. (LUGONES, 2014, p. 937)

Por meio de uma ótica cristã, as mulheres colonizadas tiveram sua sexualidade compreendida enquanto profanas. Federici (2019) definiu esse processo como a caça às bruxas em terras indígenas. Este processo também serviu como uma forma de conter as resistências ao colonialismo e desarticular as comunidades que eram contra a exploração do seu povo e suas terras.

A colonização fez com que as mulheres fossem afastadas da esfera política nas suas comunidades. Destituído o poder que elas possuíam, Lugones (2015) classifica esse processo como subordinação de gênero e inferiorização racial. A colonialidade do poder foi constituída

e constituinte do sistema de dominação com base no gênero, raça e classe. Embora a classificação de gênero estivesse presente nas diferentes sociedades, a colonialidade modifica as relações já existente. “Eso se debe a que las relaciones de género son, a pesar de sutipificación como ‘tema particular’ em el discurso sociológico y antropológico, una escenaubicua y omnipresente de toda vida social” (SEGATO, 2015, p. 76).

Segato (2014) ressalta a necessidade de dar status teórico e metodológico à categoria de gênero para compreender as transformações nas sociedades originárias, que foram submetidas à lógica colonial.

decir, no se trata meramente de introducir el género como uno entre los temas de la crítica descolonial o como uno de los aspectos de la dominación em el patrón de La colonialidad, sino de darle un real estatuto teórico y epistémico al examinarlo como categoría central capaz de iluminar todos los otros aspectos de La transformación impuesta a la vida de las comunidades al ser captadas por el nuevo orden colonial moderno. (SEGATO, 2014, p. 76)

Segato (2014) discorda da concepção de Lugones (2014) que reforça a ideia da inexistência do gênero nas sociedades originárias. Segato (2014), desse modo, revela que embora fosse um patriarcado mais brando, quando comparado ao que consolidou após o processo de colonização, o mundo pré-colonial já possuía uma nomenclatura de gênero. “Es la posición de algunas autoras, como María Lugones y también Oyéronké Oyewùmi, que afirman la inexistencia del género em el mundo pre-colonial (SEGATO, 2014, p. 76).

Ao traduzir a diferenciação de gênero existente nas sociedades pré-coloniais, Lugones (2014) afirma que a definição “opostos complementares” é a melhor definição da categorização dos corpos antes da chegada dos colonizadores. “A minha posição é que traduzir chacha e warmi como homem e mulher violenta a relação comunal expressa porutjaña. Filomena traduziu chacha warmi ao espanhol como opostos complementares” (LUGONES, 2014, p. 944).

Segato (2014) descreve que essas sociedades possuíam imagens ou personagens de prestígio para ambos os sexos, permitiam o casamento entre pessoas do mesmo sexo e não criminalizavam mulheres e homens transexuais. No entanto, haveria certo grau de hierarquias com base no gênero na sociedade pré-colonial. A modernidade, então, atuou para modificou a maneira com que as relações vão ser estabelecidas a partir do gênero.

Esto indica, por un lado, que el género existe, pero lo hace de una forma diferente que em La modernidad. Y por el otro, que cuando esa colonial modernidad se le aproxima al género de La aldea, lo modifica peligrosamente. Interviene La estructura de relaciones de La aldea, las captura y las reorganiza desde dentro,

manteniendo La apariencia de continuidad, pero transformando los sentidos, al introducir un orden ahora regido por normas diferentes. Es por eso que hablo, en el título, de verosimilitud: las nomenclaturas permanecen, pero son reinterpretadas a la luz del nuevo orden moderno. (SEGATO, 2014, p. 80)

Segato (2014) afirma que, em algumas civilizações na América Latina, as mulheres participavam dos espaços políticos. O processo de colonização fez com que a lógica binária do dominador fosse reproduzida nas áreas de colônia. Embora a organização espacial da aldeia se mantenha, a colonialidade fez com que as mulheres fossem afastadas dos espaços políticos. Contudo, a autora apresenta um elemento importante, mostrando que os espaços domésticos possuem relevância política:

Al comprender esto, entendemos que el doméstico es un espacio completo con su política propia, con su asociación es propias, jerárquicamente inferior a lo público, pero con capacidad de autodefensa y de auto transformación. Podría decirse que La relación de género en este mundo configura un patriarcado de baja intensidad, si comparado con las relaciones patriarcales impuestas por La colonia y estabilizadas em La colonialidad moderna. (SEGATO, 2014, p. 84)

Haraway (1985) aponta para a possibilidade de um mundo sem gênero. Para a autora só assim seria possível combater a lógica binária de dominação. As relações sociais não seriam baseadas no gênero, e o mito do ciborgue possibilitaria o fim dos dualismos, em que os indivíduos poderiam assumir qualquer performance, sem ser imposto uma classificação com base no gênero.

Nossos corpos são nossos eus; os corpos são mapas de poder e identidade. Os ciborgues não constituem exceção a isso. O corpo do ciborgue não é inocente; ele não nasceu num Paraíso; ele não busca uma identidade unitária, não produzindo, assim, dualismos antagônicos sem fim (ou até que o mundo tenha fim). Ele assume a ironia como natural. Um é muito pouco, dois é apenas uma possibilidade. (HARAWAY, 1985, p. 96)

As contribuições das autoras possibilitaram uma leitura da maneira que a colonialidade impôs a sua classificação de gênero nas áreas de colônia. Baseando-se nos dualismos (homem- mulher, desenvolvido-subdesenvolvido, branco- negro...) para exercer a subordinação do “outro”. O “sistema mundo moderno colonial de gênero” evidencia a posição da mulher no período compreendido como colonialidade, fazendo uma leitura interseccional das formas de dominação e subordinação que se baseia em gênero, classe e raça. Analisar essas três dimensões da opressão torna-se fundamental para compreender a realidade da mulher campesina.

Lugones (2014) evidencia a necessidade de unificação das lutas por emancipação, Já que é necessário juntar energia para combater a colonialidade. Quando Audre Lorde afirma que não existe hierarquia de opressão, a autora está evidenciando que é necessário focar no opressor e não hierarquizar os oprimidos, com o intuito de definir o mais atingido pela colonialidade.

No entanto, a subordinação e a dominação das colonizadas e colonizados no sistema mundo moderno colonial de gênero não foram às únicas marcas do colonialismo. Ocorreu uma sistemática destruição das práticas ecológicas desenvolvidas pelas comunidades e imposto um conceito moderno de natureza. Sociedade e natureza passam a ser interpretadas de forma separada, e a natureza passa a ser compreendida como o “outro” que poderá ser dominado pelo homem.

Assim, à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais (LUGONES, 2014, p. 938)

A compreensão da natureza enquanto recurso introduzido pela modernidade é apontando por Lugones (2014) como um elemento central do capitalismo. A autora compreender que existe um vínculo entre o processo de destruição das práticas ecológicas com a dominação dos corpos dos colonizados. A modernidade construiu, então, novas relações com o meio ambiente. Assim, humanos, animais, vegetação e minerais foram interpretados enquanto recursos disponíveis para exploração.

Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. Pode-se notar como este vínculo é macabro e pesado em suas ramificações impressionantes. Também se pode reconhecer, com o alcance que estou dando à imposição do sistema moderno colonial de gênero, a desumanização constitutiva da colonialidade do ser. (LUGONES, 2014, p. 938)

Em meio a esse contexto, vale ressaltar que as mulheres do MST criam resistência à colonialidade do poder na medida que defendem um projeto de sociedade onde as desigualdades sejam combatidas. As militantes também criam novas relações entre mulheres e natureza, buscando extrair produção ao mesmo tempo em que preservam os biomas do Brasil.

Lugones (2014) afirma que embora o período colonial tenha acabado, a colonialidade ainda permeia as relações sociais e se constitui enquanto um pilar do sistema capitalista atual.

As diferentes formas violentas expressas pelo capitalismo atualmente podem constatar que gênero, classe e raça, contidos na colonialidade de gênero, definiram os grupos de oprimidos. A autora, então, vê no feminismo decolonial a possibilidade de superar a colonialidade de gênero.

Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo decolonial”. A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. (LUGONES, 2004, p. 941)

O debate das feministas decoloniais transborda o conceito de gênero propondo uma transformação da sociedade. Segundo Costa (2017) o pensamento feminista decolonial tem se articulado com movimentos agroecológicos com a proposta do “bem-viver”, pois a colonialidade insere a lógica da dominação da natureza e esses movimentos constroem novas possibilidades de desenvolvimento com base nos conhecimentos dos povos autóctones. A junção desses três movimentos tem se mostrado enquanto alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista.

A partir desse debate e da articulação entre o movimento agroecológico e o movimento feminista, o conceito de bem-viver tem sido reivindicado em discursos de lideranças e movimentos como forma de construir uma alternativa à ideia de desenvolvimento capitalista antropocêntrico constituído a partir da arbitrária divisão entre humanidade e natureza. (COSTA, 2017, p. 5)

Segundo Lugones (2014) a colonialidade vai criar tensionamentos entre a normativa criada pelo modelo de desenvolvimento capitalista e aos que resistem a ela, isso ocorre quando observamos os relatos dos colonizadores que descrevem as sociedades autóctones como seres primitivos, sem almas e civilidade. Na Américas, essas populações possuíam sistemas complexos de organização que, até os dias atuais, vem enfrentando as múltiplas formas de dominação de sua forma de existência.

A autora propõe um olhar que potencialize as resistências e as diferentes estratégias que foram sendo criadas, e compondo uma lógica contra hegemônica. Assim, o olhar para as experiências espaciais criadas pelas mulheres Sem Terra possibilita analisar as formas de resistências à lógica homogeneizadora do capital.

O bem viver pode ser compreendido enquanto uma estratégia de resistência à lógica desenvolvimentista. Por meio de diferentes estratégias, os povos autóctones buscam garantir sua existência e re-existências. A colonialidade vem se constituindo desde a chegada do

colonizador e, desde esse momento inicial, já havia resistência, uma vez que sempre existiram indivíduos que se negavam a aceitar a lógica capitalista. O resgate e valorização dos saberes ecológicos criam um choque com o padrão de relação com a natureza introduzido pela colonialidade.

O capitalismo criou a ideia do que é ser moderno. Assim, ser anti-moderno é resistir a toda dominação que permeia a colonialidade. A agroecologia é uma forma de descolonizar o modo de produção no espaço agrário brasileiro, é colocar em xeque as “monoculturas da mente” e da produção, criando possibilidades de um desenvolvimento no campo brasileiro que respeite a diversidade de saberes e da produção, de modo a atender a necessidade do povo brasileiro.

O bem viver faz uma crítica à ideia de desenvolvimento. Esse conceito de país desenvolvido foi, inicialmente, propagado EUA. Sob essa ótica, todos os países considerados subdesenvolvidos deveriam estabelecer medidas para alcançar o nível de desenvolvimentos dos países centrais. O bem viver, por outro lado, surge dos grupos subalternizados que buscam a emancipação da humanidade.

O Buen Vivir, na realidade, se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. O Buen Vivir não é uma originalidade nem uma novidade dos processos políticos do início do século XXI nos países andinos. Nem é uma espécie de superstição ou poção mágica para todos os males do mundo. O Buen Vivir é parte de uma grande busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas da humanidade pela emancipação e pela vida. (ACOSTA, 2016, p. 201)

Segundo Acosta (2016), as propostas do bem viver são, além de descolonizadoras, são despatriarcalizadoras. É possível ter esse entendimento porque os princípios reforçam a ideia das feministas decoloniais ao afirmar que é necessário acabar com as diferentes formas de dominação exercidas pelo sistema mundo moderno colonial de gênero. O objetivo é construir alternativas não capitalistas que visem o viver bem da sociedade.

A tarefa de reconstrução/construção do Buen Vivir é, portanto, descolonizadora (e despatriarcalizadora, é claro). Estabelece definitivamente uma cosmovisão diferente da ocidental ao surgir de raízes comunitárias não capitalistas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo como civilização dominante e também dos diversos socialismos realmente existentes até agora (ACOSTA, 2016, p.202)

O bem viver rompe com a concepção de natureza enquanto recurso. Segundo Costa (2017), os movimentos sociais do campo vêm sendo influenciados pelo bem viver. A lógica de separação entre homem e natureza também é introduzida com a chegada do colonizador

nas Américas, compondo uma das marcas da colonialidade que está presente na nossa sociedade até os dias atuais. Assim, compreender que os elementos culturais e sociais fazem parte de um todo é negar a lógica colonial.

As mulheres dos movimentos camponeses vêm introduzindo as noções do bem viver em seu cotidiano. A partir da agroecologia praticam uma agricultura voltada para abastecimento região, preservando a diversidade e assumindo um papel de guardiãs das sementes. Elas desenvolvem projetos a partir da coletividade e levam em consideração a sociobiodiversidade.

Shiva (2013) evidencia na obra *Monoculturas da mente*, que o colonialismo vai produzir monocultura no modo de pensar e de produzir, criando uma uniformização do conhecimento e do modelo de produção.

A teoria do feminismo decolonial e o eco feminismo se aproximam da realidade das mulheres camponesas. Na medida em que a luta se estabelece com o intuito de uma transformação social e de uma emancipação das múltiplas formas de dominação. A agroecologia vai embasar o projeto de reforma agrária do MST que visa transformar a organização do espaço agrário e, como resultado, criar pontes entre trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade.

## **2.2 Agroecologia e bem viver na construção de novas relações sociais**

Antes de tratar da introdução das práticas agroecológicas pelo MST e pelas mulheres camponesas, é necessário pensar a forma que foi sendo consolidado o modelo atual de agricultura. A introdução da monocultura vai mudar não somente a forma de produção, mas seu conjunto de tecnologias também vai descartar os saberes tradicionais, gerando o desaparecimento de técnicas, e de saberes desenvolvidos na agricultura por milhares de anos.

A introdução da revolução verde no espaço agrário vai colocar a agricultura a serviço do grande capital. Tendo como base o discurso do desenvolvimento econômico, porém este tem um alto preço para as populações tradicionais e para a biodiversidade local. A modernização do campo no solo brasileiro vai intensificar problemas sociais como a concentração de terra e de renda.

A agroecologia vem resgatando esses saberes ancestrais, que a revolução verde descarta e soma aos saberes científicos que se contrapõem ao modelo de produzir

hegemônico. Isso ocorre de maneira a buscar uma produção de forma sustentável, que garanta a preservação do meio ambiente, a diversidade da produção e reduzam os impactos ambientais.

Com base em produções acadêmicas e no discurso das militantes é possível afirmar que as mulheres camponesas têm exercido um protagonismo no desenvolvimento da agroecologia ao lutar por suas terras, territórios e pelo direito de produzir alimentos saudáveis. Tal posicionamento tem como objetivo construir uma agricultura sustentável que caminha de forma conjunta à libertação e emancipação feminina.

“As mulheres trazem consigo no dia a dia essa coisa que é estar na base da produção, acho que isso faz um diferencial quando estamos falando de agroecologia e soberania alimentar, e quem está lá na ponta garante isso na prática, elas colocam a teoria na prática.” (Marina, integrante do Setor Frente de Massa e da direção Nacional do MST)

O livro *Monoculturas da mente* (SHIVA, 2003) vai abordar a falta de diversidade ocasionada pela introdução da monocultura. A autora enfatiza que a monocultura não vai gerar apenas uma padronização no campo, mas causar danos irreversíveis para a natureza, como a devastação de diversos ecossistemas, extermínio das populações locais e degradação do solo. Todos esses são processos normalizados em nome do desenvolvimento econômico.

Segundo Machado (2012), a monocultura é a antítese da agrobiodiversidade<sup>7</sup>. A introdução da monocultura vai impactar o bioma e as relações estabelecidas entre produtor e animais domésticos. O autor chama atenção para a necessidade das técnicas agrícolas se adaptarem as características dos espaços que serão desenvolvidas

A expansão da fronteira agrícola, com a destruição do bioma original, agredindo-o e transformando-o em monoculturas – de grãos, ou de bovinos, ou de árvores – é uma severa agressão à biodiversidade. As monoculturas, vegetais ou animais, são, pois, axiomáticamente indesejáveis. A monocultura é a antítese da agrobiodiversidade. (MACHADO, 2012, p.48)

Shiva (2003) afirma que a introdução da monocultura nos espaços rurais acabou com a diversidade da produção local. Assim, preservar os saberes tradicionais é preservar a diversidade e possibilitar a criação de outras formas de produção no campo e outro modelo de desenvolvimento, voltado para a necessidade e potencialidades de cada Estado.

---

<sup>7</sup> “agrobiodiversidade é um pressuposto, uma condição para a existência de vida no campo e, por consequência, na natureza, no mundo.” (MACHADO 2012, p.48)

Uma das formas de preservar essa diversidade, apontada por Shiva (2003), e consiste na proteção das sementes. A partir do momento em que o MST percebe que a forma de produção do agronegócio gera uma dependência do agricultor ao pacote da revolução verde (sementes, insumos, maquinário), o Movimento começa a construir formas de emancipação. Atualmente, uma dessas formas é o banco de sementes crioulas, que demonstra uma preocupação com a preservação da diversidade da produção e com a independência das agricultoras e agricultores.

A revolução verde cria a ideia de que as monoculturas seriam a solução para a fome e para problemas de abastecimento da população, porém Shiva (2003) afirma que esse discurso se trata de um mito. Na verdade, a monocultura constitui uma política de poder. Esse discurso ainda é utilizado pelo agronegócio para justificar sua forma de produzir, que é extremamente nociva ao meio ambiente. “A expansão da monocultura tem mais a ver com a política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica” (SHIVA, 2003, p.18).

Um exemplo apresentado por Shiva (2003) é o caso da Índia, onde, tradicionalmente, os agricultores produziam em seus quintais espécies como a jaca, manga e bambu intercalado com outras espécies de ervas endêmicas. Os agricultores trabalhavam técnicas da agrossilvicultura descentralizada, que tem como base a diversidade de espécies e um aproveitamento da área da produção: “o quintal de todo agricultor era um viveiro e todo agricultor era um silvicultor” (SHIVA, 2003, p.44).

A autora destaca que a agrossilvicultura possibilitava que espécies mais “humildes” possam ser produzidas por pessoas simples. Além de produzir forragem, que pode ser utilizada para a alimentação dos animais. Assim, a população mais pobre e vulnerável tinha a possibilidade de retirar da terra uma produção que garantiria alimentos para o consumo da família.

A lógica homogeneizadora na agricultura foi introduzida a partir das ações governamentais e das grandes corporações internacionais. Isso se deu, então, tanto nas escalas nacionais e internacionais, na agricultura, em que foram incorporadas espécies mais “produtivas”. Esse modelo de produção pode ser interpretado como reducionista, já que desconsidera os saberes autóctones e deixa de lado técnicas milenares que garantiam a alimentação das populações locais.

No entanto, é importante levar em consideração a afirmação de Petersen (2012) sobre a permanência do modelo anterior paralelamente às novas tecnologias para agricultura. O autor questiona a lógica de que haveria uma substituição completa e irrestrita que impactaria

as relações de poder que disputam o padrão tecnológico a ser adotado pela agricultura. Para o autor, sempre coexistiram um modelo hegemônico e um modelo alternativo de produzir.

Ao adotar as monoculturas e o pacote tecnológico da revolução verde, as espécies cultivadas tradicionalmente pelos agricultores locais foram classificadas como ervas daninhas. As sementes produzidas pela natureza foram descartadas e substituídas por outras produzidas em laboratório. A diversidade, então, foi substituída pela monocultura.

A revolução verde disseminava o discurso de desenvolvimento e de modernização do campo, com base na ideia de uma agricultura mais produtiva do que a tradicional desenvolvida nos espaços rurais. No entanto, a ideia de desenvolvimento disseminada pelos países centrais consiste em um problema para os países periféricos. Acosta (2016) compreende o desenvolvimento enquanto mito, pois, segundo o autor, esse desenvolvimento não será alcançado pelas periferias do capital.

E embora a maioria das pessoas, certamente, não acredite em fantasmas, pelo menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, se deixou influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento” ... E é muito provável que siga fazendo isso ainda hoje. (ACOSTA, 2016, p. 198)

A substituição da agrossilvicultura pela produção de eucalipto na Índia teve impacto direto na fertilidade do solo e na quantidade de água disponível na natureza. Assim como na Índia, o cultivo de eucalipto no Brasil foi incorporado nas áreas rurais devido ao seu desenvolvimento rápido, servindo aos interesses das agroindústrias. “a maioria das espécies nativas são tem uma produtividade biológica muito maior do que a do eucalipto quando se considera a produção de água e sua preservação. (SHIVA, 2003, p. 46)

Outro elemento destacado por Shiva (2003), que é incorporado pela revolução verde são as sementes geneticamente modificadas, as Variedades de Alto Rendimento (VAR). A autora compreende que a incorporação das VAR é um paradigma da revolução, pois não existe uma garantia de que a substituição da diversidade das espécies locais resulte em uma maior safra do que o sistema de cultivo anterior.

Apesar do que o termo sugere, não existe uma medida neutra ou objetiva de “produtividade”, cujo fundamento seja sistemas de cultivo baseado em sementes milagrosas que tem comprovadamente um rendimento maior do que os sistemas de cultivo que substituem. (SHIVA, 2003, p. 56)

A autora afirma que na agricultura tradicional existe uma interação entre os cultivos, o solo, a água e os animais domésticos. Já o modelo proposto pela revolução verde tem como

base as sementes geneticamente modificadas, o uso de insumos químicos e de máquinas. Não existe, desse modo, uma interação entre a produção voltada para a comercialização, a produção para subsistência e a alimentação dos animais domésticos.

Um dos principais problemas causados pela revolução verde é a erosão genética (MACHADO, 2012). Conforme foram sendo introduzidas as sementes geneticamente modificadas, que visam a ampliação da produção das espécies mais resistentes, as diferentes variáveis de uma determinada espécie foram desaparecendo da superfície terrestre. Esse processo vai afetar a cadeia alimentar que tem como base as espécies descartadas pela revolução verde. “A homogeneização produzida pelos procedimentos da Revolução Verde e pelas chamadas exigências de mercado tem levado à morte por produzir a paralisação dos processos vitais, esses intrinsecamente dinâmicos e dialéticos (MACHADO, 2012, p. 51)

A revolução verde busca o aumento da produção voltada para a comercialização, descartando as espécies “menos produtivas”. No entanto, a agricultura tradicional não produz apenas alimentos para consumo humano, mas também viabiliza alimento para os animais e fertilizantes orgânicos para o solo.

Porém essas dinâmicas de interdependência e mútua transformação entre os sistemas sociotécnicos e os ecossistemas foram profundamente alteradas com o surgimento dos fertilizantes sintéticos. O “pai da química agrícola”, o alemão Justus von Liebig (1803-1873), comprovou por meio de seus experimentos que as plantas se nutrem de substâncias químicas, procurando assim contestar a teoria humista, um postulado teórico que fundamentava a prática da adubação orgânica desde a Grécia Antiga (PETERSEN, 2012, p.43)

Shiva (2003) faz uma crítica aos métodos de pesquisa que comprovam a produtividade das VAR, pois elas comparam as variedades de alto rendimento com outra espécie produzida de forma tradicionalmente. A agricultura tradicional produz diferentes espécies no mesmo espaço de maneira intercalada, assim, comparar a produção de apenas uma cultura produzida não corresponde a toda produção diversificada. “uma comparação desse tipo tem de envolver sistemas inteiros e não podem ser reduzidos a comparação de um fragmento de um sistema agrícola”(SHIVA, p.58).

Para Shiva (2003), a incorporação das monoculturas no espaço agrário vai ocasionar uma uniformização da produção, que pode proporcionar, assim, o fim da diversidade. Como risco possível, de gerar a vulnerabilidade social e a falta de abastecimento de alimentos para comunidades inteiras.

Segundo Shiva (2003), a revolução verde produziu a ideia de que a fertilidade do solo pode ser produzida em laboratório e que a produtividade só importa se for voltada para a

comercialização. O agronegócio brasileiro utiliza desse discurso para justificar a sua relevância. O lema publicitário utilizado pelo empresariado que diz: “O agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo” reafirma a ideia de que o agronegócio existe para garantir a segurança alimentar e gerar empregos, enquanto, na verdade, a população é abastecida de alimentos pelos pequenos e médios produtores. O agronegócio brasileiro volta a sua produção para a comercialização no mercado externo.

No entanto, vale destacar que todas as tecnologias autóctones e saberes populares, que foram rejeitados pela revolução verde, têm sido reconsiderados, dentro de uma perspectiva de produção sustentável. Isso ocorre em meio a um entendimento de que o modelo de produção imposto pelo agronegócio gera mais impacto ambiental e social do que benefícios. “Portanto a agricultura química contribuiu para a erosão de a segurança alimentar, por meio da poluição da terra e da água e da atmosfera” (SHIVA, 2003, p. 78).

Compreendemos que são as relações de poder nas sociedades que determinam os padrões de produção dominantes na agricultura. As agriculturas alternativas contestam o modelo agroquímico na produção. Segundo Petersen (2012), esse movimento ocorre entre os anos de 1920 e 1930: “esses movimentos coincidiam na defesa de práticas de manejo que privilegiam o vínculo estrutural entre a agricultura e a natureza” (PETERSEN, 2012, p. 44).

A diversidade é inerente à natureza, e é a variedade de espécies que torna possível a sua própria manutenção e seus ecossistemas. Para Shiva (2003), as diversidades naturais e culturais caminham juntas, pois, em todo mundo, comunidades (agricultores, povos da floresta e pescadores) desenvolveram formas de extrair da natureza o seu sustento. Essas comunidades perceberam que é necessário preservar a diversidade para conseguir extrair da natureza alimentos e o seu sustento. Os povos da floresta e camponeses nos ensinam que é possível produzir e retirar da natureza o necessário para manutenção da vida sem degradar o meio ambiente. “As comunidades de todos os lugares do mundo uma forma de saber e descobriram maneiras de tirar seu sustento das dádivas da diversidade da natureza, tanto em sua vertente silvestre quanto na domesticada” (SHIVA, 2003, p. 85).

O modelo de agricultura hegemônico não respeita a biodiversidade e busca homogeneizar a produção. Esse modelo ameaça a manutenção das florestas e a diversidade dos ecossistemas agrícolas (Shiva, 2003). No Brasil a biodiversidade de diferentes biomas está sendo ameaçada pelo agronegócio. Atualmente, a fronteira agrícola avança em direção a Floresta Amazônica. Tal cenário preocupa uma vez que os projetos de mineração nessa região degradam o meio ambiente e impactam a vida das comunidades locais. A construção da hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, pôs embaixo d’água milhares de espécies e acabou

com diferentes ecossistemas existentes nessa região. Todos esses projetos são justificáveis dentro da lógica desenvolvimentista propagada pelo agronegócio e pelos grandes projetos para o campo brasileiro.

Por isso aceitamos a devastação ambiental e social em troca de conseguir o “desenvolvimento”. Negamos nossas raízes históricas e culturais para nos modernizarmos, imitando os países avançados, ou seja, modernos. Arquivamos nossos sonhos e nossas propostas. Fechamos a porta às possibilidades do que poderia ser uma modernização própria (ACOSTA, 2016, p. 200)

O projeto de desenvolvimento hegemônico no campo brasileiro concentra terra e renda nas mãos de poucas famílias. Os grupos subalternizados são os mais atingidos pelos projetos desenvolvimentistas no campo, pois compreendem que seu modo de vida depende da natureza e, por isso, defendem a preservação dela e, também, a manutenção da diversidade.

Tal estilo de vida consumista e predador não apenas coloca em risco o equilíbrio ecológico global, mas marginaliza cada vez mais massas de seres humanos das (supostas) vantagens do ansiado desenvolvimento. Apesar dos indiscutíveis avanços tecnológicos, nem a fome foi erradicada do planeta (ACOSTA, 2016, p. 199)

A revolução verde e suas monoculturas têm apresentado várias contradições. O pacote tecnológico que discursava sobre o melhoramento do solo tem sido, na verdade, um dos principais motivos da sua degradação. As sementes geneticamente modificadas aumentaram a produção de uma determinada espécie de alimento, mas não acabou com problemas sociais como a fome. Além disso, os fertilizantes vêm intensificando o aquecimento global.

Shiva (2003) afirma que processo de perda da biodiversidade é uma ameaça ao sustento de milhões de pessoas na periferia do globo. Enquanto isso, as grandes corporações que dominam o setor de produção agrícola acumulam capital com esse processo de homogeneização da agricultura mundial.

A crise da biodiversidade não é apenas uma crise do desaparecimento de espécies, que têm o potencial de criar dólares grandes empresas, servindo de matéria prima industrial, mas fundamentalmente, uma crise que ameaça os sistemas de sustentação da vida e o sustento de milhões de pessoas nos países do terceiro mundo. (SHIVA, 2003. p. 88- 89)

Shiva (2003) compreende a diversidade enquanto base da estabilidade ecológica e social. A uniformização da produção tem ameaçado a alimentação de populações, pois esse processo deixa as lavouras mais vulneráveis às pragas, que, ao atingir as espécies, consegue avançar de forma rápida por toda produção agrícola. “As variedades milagrosas substituem a

diversidade das safras cultivadas tradicionalmente, e com essa erosão da diversidade, as novas sementes transformam-se em mecanismos de introdução e promoção de pragas” (SHIVA, 2003 p. 97)

Shiva (2003) afirma que a imposição do modelo de agricultura produzido nos países centrais aos países periféricos tem exercido um bioimperialismo nessas áreas. O processo de colonização substituiu a diversidade da colônia pelas monoculturas, que visavam o abastecimento das metrópoles. A revolução verde introduziu novas técnicas de plantio baseadas no melhoramento genético das culturas (milho, soja, arroz). Tais técnicas, introduzidas na agricultura, geram uma dependência dos insumos agrícolas. A monocultura, desse modo, põe em ameaça a soberania e a segurança alimentar das populações locais.

Shiva ressalta que o controle da biodiversidade dos países periféricos é primordial para o capitalismo manter o lucro nos países do Norte. As organizações responsáveis por analisar e armazenar os recursos genéticos vegetais como a AIRGV (Agência Internacional de Recursos Genéticos Vegetais) são controlados pelos países do Norte, embora a diversidade biológica esteja concentrada nos países do Sul.

uma variedade de tomate silvestre (*Lycopersiconchonelewskii*), retirada do Peru em 1962, contribuiu com US\$ 8 milhões por ano para a indústria de beneficiamento do tomate por aumentar o teor de sólidos solúveis. No entanto nenhum centavo desses lucros e benefícios foi dividido com o Peru, a fonte original do material genético (SHIVA, 2003, p. 102)

A indústria farmacêutica vem roubando as plantas utilizadas pela população locais por suas propriedades medicinais. Os países do norte acumularam riquezas através das propriedades de plantas medicinais retiradas das florestas equatoriais e tropicais.

Uma empresa britânica, a Biotics, é um intermediário conhecido por fornecer plantas exóticas para análise farmacêutica e por compensar inadequadamente os países de origem do terceiro mundo. Os funcionários da empresa admitiram que muitas companhias da indústria farmacêutica preferem “surrupiar” as plantas do terceiro mundo, a passar pelos canais competentes de negociação. (SHIVA, 2003, p. 1003)

As grandes empresas dos setores agrícolas e farmacêuticos vêm tentando estabelecer controle sobre a biodiversidade dos países do Sul. Criam monopólio a partir de estudos que têm como base espécies naturais dos países periféricos, exercendo o seu bioimperialismo através dos insumos agrícolas e medicamento patenteados pelos países do Norte.

Ainda que a gente não consiga trabalhar totalmente (se a gente for pegar, vamos fazer uma horta e ainda não tem uma produção independente ainda, vai ter que

comprar, aí não tem toda uma coisa minuciosa, vai comprar de quem? Aí tem que pensar: Eu não quero fortalecer determinado setor, mas por vez ou outra vai acontecer. A gente tá com um plano futuro, plano futuro, mas tá bem na nossa frente, tá na nossa visão a agroecologia e todos os aspectos que ela compõe. (Ruth, integrante do Setor de Produção)

Com base nas monoculturas da mente e nos efeitos do colonialidade nos países periféricos, se torna urgente pensar saídas do imperialismo, que busque o desenvolvimento interno do país, preserve a biodiversidade e as diferentes formas de existência dentro do território. Assim, preservando os diferentes modos de vida, estabelecendo uma relação de equilíbrio entre homem e natureza.

As práticas agroecológicas e do bem viver se contrapõem a essa lógica do bioimperialismo. As mulheres camponesas (agricultoras, indígenas, quilombolas, catadoras de coco e babaçu) fazem um enfrentamento à forma predatória que o capitalismo vem se estabelecendo no campo brasileiro. Essas mulheres criam resistências aos efeitos da colonialidade de gênero, reivindicando o direito sobre os seus corpos-territórios produzindo a autonomia das mulheres e construindo novas relações entre mulheres e natureza através do regate das práticas agroecológicas.

A agroecologia aparece como uma possível alternativa para o atual modelo de desenvolvimento no campo brasileiro, baseado na homogeneização e padronização da agricultura. É feita uma contraposição à lógica das monoculturas, que valorizam a produção de espécies de alta produtividade, por meio da busca pela retomada dos saberes ancestrais da agricultura, de modo a preservar a diversidade e tornar possível a produção de forma sustentável.

[...] o manejo ecológico dos recursos naturais mediante formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise civilizatória. E isso por meio de propostas participativas, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para fazer frente à atual deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo.<sup>4</sup> (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 1 *apud* TONÁ, 2012, p. 63)

Conforme afirma Costa (2017), os movimentos sociais do campo se aproximaram da proposta agroecológica a partir dos anos 2000. Assim, demonstraram uma preocupação com os impactos gerados pela agricultura hegemônica. Esses movimentos passam a compreender que introdução da agroecologia na agricultura consegue aumentar a diversidade da produção e manter a produtividade.

Nesse sentido, a agroecologia torna-se um campo de saberes e práticas integradas que se constitui tanto como tecnologia, quanto como movimento social passando a representar um paradigma de produção agrícola que visa a reduzir o impacto socioambiental da produção de alimentos, valorizando os conhecimentos tradicionais e o campesinato enquanto sujeito e forma de organização social (MARCOS, 2007 *apud* COSTA, 2017, p. 2)

Em 2002, ocorreu no Brasil o I Encontro Nacional de Agroecologia e, em 2003, o I Congresso Brasileiro de Agroecologia. A consolidação desses eventos demonstra uma articulação dos diferentes movimentos sociais no campo brasileiro. Nos diferentes espaços do território nacional foram sendo desenvolvidas agriculturas alternativas ao modelo hegemônico e, esses eventos, com a posterior consolidação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), vão organizar e sistematizar as técnicas agroecológicas.

A luta do MST é uma luta por terra. Conforme a luta do Movimento foi se consolidando, as militantes e os militantes perceberam que a reivindicação não era só pelo acesso à terra, mas a luta iria somando outros problemas que atingem a população mais vulnerável do Brasil. O Movimento passou a lutar pela reforma agrária e por uma sociedade anticapitalista e anti-imperialista.

Temos que construir um projeto de reforma agrária que seja coadunado com um projeto popular de desenvolvimento nacional. Nessa construção é que nos damos conta de que a reforma agrária, mesmo feita nos limites do capitalismo, é inevitável se não mudarmos o modelo econômico para um modelo que distribua a renda, que priorize o mercado interno, ou seja, que enfrente o imperialismo. A reforma agrária no Brasil não é viável se não for parte de um projeto antineoliberal ou antiimperialista. (STÉDILE, 2000, p. 158)

O projeto de reforma agrária desenvolvido pelo Movimento busca não só a transformação da estrutura fundiária, mas possibilitar que a trabalhadora e o trabalhador rural tenham acesso aos meios de produção e às tecnologias criadas pela agroecologia.

A proposta agroecológica do Movimento constrói uma resistência ao bioimperialismo e às monoculturas, de modo a preservar a diversidade da produção, gerar independência dos insumos agrícolas e desenvolver o trabalho com base na coletividade, garantindo a soberania alimentar da população brasileira.

Hoje, já que a burguesia industrial não quer fazer a reforma agrária clássica, os movimentos camponeses brasileiros consideram, que então precisamos lutar por uma reforma agrária popular. Um modelo baseado na agricultura diversificada (em vez de monocultivo); priorizando a produção de alimentos para o mercado interno e alimentos saudáveis, garantindo a soberania nacional no controle das sementes. (STÉDILE, 2010, p. 9)

Inicialmente, o Movimento utilizava o pacote tecnológico da revolução verde em seus assentamentos, mas a aliança entre as universidades e o MST nos diferentes estados do Brasil, possibilitou a inserção de técnicas de plantio orgânico e o resgate dos saberes agroecológicos.

O Movimento buscou capacitar seus militantes para desenvolver a agroecologia e conseguiu conquistar, juntos às universidades, a realização de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação em agroecologia. Foi criada, assim, uma articulação entre produção agrícola e ciência, o que possibilitou a criação de novas técnicas e tecnologias que garantem uma alta produção pautada na diversidade da natureza.

O MST percebeu, então, que o pacote tecnológico da revolução verde, que envolviam as empresas transnacionais, a monocultura, as sementes transgênicas e o latifúndio, era de fato um modelo imposto pelo sistema capitalista, tornando-se necessário criar outras possibilidades de relações de produção no campo. O objetivo passou a ser quebrar a dependência dos agricultores com relação aos insumos produzidos pelas empresas que dominam o setor de produção agrário.

A Revolução Verde disseminou globalmente um novo regime tecnológico baseado na dependência da agricultura em relação à indústria e ao capital financeiro. Esse processo foi alavancado ideologicamente sob o manto da modernização, uma noção legitimadora dos arranjos institucionais que passaram a articular de forma coerente interesses empresariais com os paradigmas técnico-científico e econômico consolidados. (PETERSEN, 2012, p. 43)

No ano 2000, a agroecologia começa a ser debatida pelos movimentos sociais e foi inserida nos assentamentos e acampamentos. A Via Campesina desenvolveu um papel importante ao possibilitar uma troca entre as diferentes práticas agroecológicas desenvolvidas por camponesas e camponeses de todo o mundo.

O debate feminista tem desempenhado um papel fundamental na construção da agroecologia. Um elemento importante destacado por Rodrigues (2017) é a possibilidade de autonomia que a agroecologia pode promover: “As mulheres camponesas vêm construindo no cotidiano das práticas de produção agroecológica novas formas de se relacionar, de promover a saúde e sua autonomia como mulher” (RODRIGUES, 2017, p.36).

A agricultura hegemônica gera uma dependência ao pacote tecnológico criado pelas grandes corporações agroindustriais. Essa dependência, assim, ameaça a diversidade da produção agrícola. A agroecologia incorpora um caráter de resistência das práticas endógenas, de modo que os conhecimentos tradicionais da comunidade são incorporados juntos aos saberes científicos.

Se trata, pois, de criar e avaliar tecnologias autóctones, articuladas com tecnologias externas que, mediante o ensaio e a adaptação, possam ser incorporadas ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores próprio de cada comunidade. (SEVILLA 2001, p. 37)

Rodrigues (2017) afirma que a agroecologia é uma ciência que propõe outras formas de produção agrícola e, que visa alcançar a produtividade sem que os alimentos percam suas características naturais. A incorporação da agroecologia busca a produção de alimentos saudáveis para a população, indo em direção oposta ao modo de produzir capitalista que visa a apenas o lucro.

Nessa perspectiva, a agroecologia é uma ciência e um conjunto de práticas que instrumentalizam e possibilitam uma verdadeira revolução no contexto da produção de alimentos e na preservação ambiental, considerando a complexidade dos contextos locais e culturais. (RODRIGUES, 2017 p. 36)

A agroecologia vai construir agrossistemas. Nesses espaços de produção são incorporadas técnicas de plantio em meio ao ecossistema original. Assim, é necessário um aproveitamento dos conhecimentos agrícolas acumulados pelas comunidades do local onde a agroecologia será desenvolvida.

O agroecossistema é definido como o tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão), onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original (RODRIGUES, 2017, p. 39)

Segundo Sevilla (2001), a junção entre os saberes e tecnologias tradicionais e as técnicas científicas possibilita uma redução do risco de degradação ambiental. Para o autor, é necessário respeitar os saberes endógenos e a forma que as técnicas exógenas são incorporadas pela comunidade local. A conexão entre os dois conhecimentos viabiliza o desenvolvimento de tecnologias específicas para cada lugar.

Como deixamos claro quando nos referimos à resposta da Agroecologia, esta articula o tradicional (com sustentabilidade histórica) com o novo (tecnologias e processos de natureza ambiental). É somente unindo ambas as características que a aplicação dos princípios da Agroecologia chega a garantir um risco mínimo de degradação da natureza e da sociedade produzido pela artificialização dos ecossistemas (SEVILLA, 2001, p. 41)

As mulheres camponesas compreendem a importância da agroecologia e da incorporação dos agrossistemas ao valorizar os saberes populares sobre a produção e a

alimentação saudável. Esses saberes já eram utilizados nas hortas para consumo doméstico e, posteriormente, foram incorporados aos agrossistemas.

Nos sistemas agroecológicos, o desenvolvimento econômico deve ser equilibrado com a manutenção do meio ambiente. Proporcionando maior autonomia da comunidade e gerando renda a partir da produção. Um exemplo do sistema agroecológico desenvolvido pelo MST é Projeto de Desenvolvimento Sustentável do assentamento Osvaldo de Oliveira, localizado no município de Macaé (RJ). O assentamento está localizado dentro de uma área de proteção ambiental e consegue produzir alimentos de forma sustentável sem o uso agrotóxicos, com sementes crioulas e a partir trabalho coletivo.

Articulados dentro do Movimento, através do Setor de Gênero, os coletivos de mulheres do MST vão desenvolver a partir dos saberes da agroecologia uma produção visando à comercialização. Um dos objetivos dos coletivos de mulheres é gerar renda e, com isso, possibilitar a emancipação da mulher. O trabalho não remunerado da mulher trabalhadora rural é uma realidade do campo brasileiro e as ações dos coletivos de mulheres reforçam que é necessário gerar a independência financeira da mulher.

Nesse sentido, a autonomia se conquista de forma coletiva, ou seja, as mulheres camponesas organizadas coletivamente estudam, compreendem a complexidade da teia de relações construídas histórica e culturalmente e lutam pela sua autonomia, tanto econômica, como autonomia sobre suas próprias vidas. De forma coletiva lutam pela transformação da sociedade. (RODRIGUES, 2017 p. 39)

A coletividade na produção também é salientada por Rodrigues (2017). Trabalhar de forma coletiva é um ato importante para contrapor a lógica individualista que é imposta no capitalismo. O trabalho coletivo também fortalece as mulheres camponesas e, assim, cria um estímulo a outra a continuar nos projetos dos coletivos.

Um entrave que se coloca na disseminação da prática agroecológica é falta de investimentos estatais em pesquisas e na ampliação do modelo agroecológico. O Estado brasileiro atende às necessidades do agronegócio deixando à margem outras formas de produzir.

Na prática agroecológica existe a possibilidade de entregar ao consumidor alimentos saudáveis, no campo e na cidade. A proposta da agroecologia também deixa explícito um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

A agroecologia junto com a soberania alimentar, sintetiza um pouco do que é o projeto que o MST quer para o campo e para a sociedade. No sentido de que nós queremos produzir comida, não produzir papel, soja pra gado. A prioridade nossa é produzir

comida saudável e agroecológica para todos. (Marina, integrante do Setor de Frente de Massas, e da Direção Nacional do MST)

Outro entrave para o desenvolvimento da agroecologia por mulheres é a divisão sexual do trabalho no campo, que se organiza da seguinte forma, o homem sai para trabalhar na roça, enquanto as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, cuidado dos filhos e trabalha na roça.

Os dados mostram a importância do trabalho realizado pelas mulheres e como esse trabalho não é valorizado, tampouco é considerado trabalho. As camponesas conhecem e praticam em suas hortas e quintais, técnicas de produção, seleção, cruzamento, melhoramento e armazenamento de sementes crioulas, de cereais, de plantas medicinais, aromáticas e alimentícias, de árvores frutíferas, de flores e de plantas ornamentais. (RODRIGUES, 2017, p. 45)

As camponesas sempre estiveram ligadas à produção voltada para o consumo da família. Nos quintais e nas hortas eram produzidos alimentos diversos e livres de agrotóxicos. Já na produção com fins de comercialização são utilizadas técnicas hegemônicas.

Rodrigues avalia que ocorre, em nossa sociedade, um processo de invisibilização do trabalho feminino. Com as trabalhadoras rurais essa realidade não é muito diferente. Essa perspectiva, dessa maneira, atravessa os diferentes espaços vivenciados pelos corpos das mulheres camponesas e nas diferentes escalas. A partir desse cenário, elas foram reivindicando espaço dentro dos movimentos sociais e o reconhecimento pelo seu trabalho exercido na roça e no lar. Atualmente, o MST e outros movimentos sociais no campo brasileiro vêm tentando acabar com essas marcas do patriarcado dentro dos seus espaços. Rodrigues (2017) postula:

Ao falar em agroecologia é preciso falar da invisibilidade que as mulheres camponesas têm em todos os âmbitos, inclusive nos movimentos sociais, embora os movimentos sociais do campo tenham buscado desvelar essa realidade vivida pelas mulheres camponesas. (RODRIGUES, 2017, p. 46)

A agroecologia das mulheres campesinas, através dos coletivos de mulheres, tem como base a sustentabilidade e o feminismo. A atuação dos grupos militantes é marcada por mulheres que buscam estar presentes na esfera pública e que buscam dividir tarefas privadas com seus companheiros. A partir daí, há uma busca por criar relações de igualdade tanto nos espaços públicos – como a militância – e os lugares privados – como o lar.

A partir da agroecologia, o MST vem aproximando a relação entre campo e cidade. O Movimento expõe o seu projeto de agricultura e põe em debate o padrão alimentar da

população brasileira. As ações do grupo questionam o modelo de alimentação atual, que tem como base a homogeneização da produção, uma alimentação com base nas espécies de alto rendimento e a falta de diversidade na produção.

Nós falamos de soberania alimentar, tanto os povos que vivem e trabalham no campo, quanto os trabalhadores urbanos têm que ter acesso a soberania alimentar. Não tem como nós falarmos e garantimos a soberania alimentar sem falarmos de agroecologia. (Marina, integrante do Setor de Frente de Massas, e da Direção Nacional do MST)

Dois exemplos de ações que o MST constrói na cidade são o Espaço de Comercialização Terra Crioula e o Armazém do Campo. Ambos os espaços trazem para a cidade mercadorias produzidas pelo MST em seus assentamentos. Essas iniciativas reafirmam a importância da produção agroecológica e, fazem um debate sobre a dependência entre os espaços urbanos e agrários, evidenciando as mazelas produzidas pelo agronegócio no campo brasileiro.

É, nessa medida, que se alimentar se torna um ato político, pois defender uma alimentação agroecológica, produzida pela agricultura familiar, é também defender um outro projeto de agricultura e, também, uma proposta alternativa para a sociedade brasileira.

Construir agroecologia considerando e respeitando a diversidade do campesinato, ampliar e fortalecer os laços entre quem produz e quem consome os alimentos, construindo pontes e diminuindo as distâncias entre campo e cidade. Pois, a forma de produção do alimento no campo, reflete na qualidade do alimento que chega às mesas da cidade. Compreendendo que o campo é espaço de vida, de luta pela terra e territórios, de luta por direitos e pela preservação dos bens da natureza, de resistência, de enfrentamento, de cultura e de diversidade. (RODRIGUES, 2017, p. 47)

A agroecologia vai reestruturar a relação homem-natureza. As camponesas e os camponeses vão resgatar a compreensão de corpo-território-terra, em que indivíduos e natureza fazem parte de um todo. São exatamente esses grupos que constituem essa relação com o meio ambiente e que vão ser os principais atingidos pelos projetos de desenvolvimento no Brasil. Sobre o tema, Pulga (2017) considera que:

O campo e a floresta, que incluem as águas, têm sido, historicamente, no Brasil, espaços de conflito e disputa econômica, social e política, em que o silenciamento e a invisibilidade configuram estratégias perversas de exploração, expropriação e opressão. (PULGA, 2017, p. 22)

A incorporação das práticas agroecológicas incorporadas por mulheres nos assentamentos rurais tem fortalecido a autonomia das militantes. As histórias das camponesas evidenciam as marcas da dominação patriarcal, resultantes da desigualdade de gênero, das desigualdades de acesso à terra, da desigualdade de acesso ao crédito. Os coletivos inserem as camponesas no espaço público e rompe com a ideia de que elas pertencem aos espaços privados.

As mulheres colocam-se como sujeitos políticos instituintes e como construtoras da história, questionando seu papel na trajetória histórica da humanidade e evidenciando a necessidade de transformar as estruturas perversas da sociedade e, com isso, de reconstruir as relações humanas, aliadas a um novo patamar de relação com o conjunto de formas de vida no planeta e no universo. (PULGA & MEZADRI, 2017).

A agroecologia lança uma nova perspectiva de sociedade e um novo projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro. A agroecologia vai questionar o modelo de alimentação que foi sendo construído pelas grandes organizações, que atualmente controlam a produção. Tal iniciativa propõe um novo padrão alimentar com base na diversidade da produção e nas potencialidades de cada local.

um dos principais lemas do movimento é alimentação saudável. A gente que planta e leva isso para as pessoas que não estão no campo. É uma produção livre de veneno, agrotóxico essas coisas. (Luyanne, integrante do setor de produção do MST)

O projeto de reforma agrária popular desenvolvido pelo MST leva a implementação das técnicas agroecológicas nos assentamentos. Para o Movimento, as técnicas da agricultura tradicional são extremamente nocivas para o meio ambiente e para a saúde humana. Por meio da agroecologia, o Movimento tem o comprometimento de levar alimentação saudável e diversificada para a população do campo e da cidade.

O pensamento feminista tem influenciado as mulheres camponesas, no entanto, vale ressaltar que essas mulheres não se identificam com o feminismo hegemônico e suas pautas. Em vez disso, elas defendem um feminismo pautado no debate de classe e raça. Os movimentos de mulheres camponesas surgem da busca por reconhecimento enquanto trabalhadora no campo, de modo que as suas reivindicações têm como base nas desigualdades de gênero e classe.

A agroecologia possibilita a autonomia das mulheres a partir das práticas agroecológicas e comercialização dos produtos produzidos nos assentamentos agrários, mas também torna possível que a trabalhadora e o trabalhador rural produzam sem a dependência

direta de insumos controlados pelo grande capital. Tal cenário tem o objetivo de criar novas relações sociais e de produção: “A agroecologia é também entendida como uma forma de ressignificar a relação das pessoas com o território em que vivem e de repensar as relações sociais, de educação, de trabalho e de alimentação, para além da questão da produção” (COSTA, 2017, p. 7).

É possível afirmar que, na inserção das práticas agroecológicas na agricultura, as mulheres camponesas possuem um papel central. Além de produzirem de forma sustentável, elas vêm, ao longo dos anos, denunciando a forma de produzir do agronegócio, que polui as águas, derruba a floresta, destrói a diversidade da produção e a biodiversidade.

Os movimentos feministas se aproximam dos ideais do bem viver na medida que compreende a necessidade de pensar a emancipação dos diferentes seres e da natureza. A ótica da interseccionalidade possibilita compreender as múltiplas formas de dominação do outro, de modo a evidenciar que só é possível combater as desigualdades de gênero se, enfrentadas as diferentes formas de dominação construídas pela colonialidade.

A aproximação das feministas com os movimentos ambientais enfatizavam a relação que as mulheres construíram ao longo da história com a natureza. Essa relação foi sendo diluída por meio da concepção de modernidade criada pelo capitalismo, em que cada vez mais a sociedade está distante da natureza.

Tal relação foi sendo destruída à medida que o capitalismo ia se desenvolvendo. Fatores como cercamento do campo, inicialmente nas terras na Europa e posteriormente em terras indígenas, o fim das terras comunais, a caça às bruxas, a colonialidade de gênero que permeia as relações no sistema mundo moderno colonial de gênero foram moldando a visão moderna de natureza.

Os impactos ambientais e mudanças climáticas vêm sendo denunciados pelos movimentos ambientais e demais grupos militantes. Eles trazem a reflexão de que o modelo de desenvolvimento hegemônico tem se tornado insustentável para a natureza. A forma de apropriação da natureza tem gerado impactos na vida das pessoas também. Os movimentos sociais presentes no campo brasileiro vêm denunciando os crimes ambientais produzidos pelo agronegócio, pelo extrativismo ilegal, pela mineração.

O movimento feminista hegemônico construiu ao longo da sua história uma relação conflituosa com a naturalização do papel da mulher, reservado aos espaços privados e com a aproximação das mulheres com a natureza. No entanto, vale observar que a aproximação dos movimentos feministas com o bem viver tem mostrado que essa relação construída por

mulheres e com a natureza podem indicar uma possibilidade de libertação da dominação presentes por meio da colonialidade.

Nesse sentido, o feminismo decolonial vai repensar a relação entre natureza, mulheres e feminismos. No campo brasileiro, os movimentos de mulheres têm apontado para a necessidade de emancipação das mulheres, da natureza e de seu corpo-território de forma conjunta, afinal, todos esses elementos caminham juntos. Essas mulheres buscam promover alternativas aos projetos de “des-envolvimento” no território brasileiro. Elas constroem, em suas práticas de resistência, as estratégias de luta.

As lutas das altivas mulheres de Altamira e região contra a privatização e barragem do Rio Xingu em Belo Monte, contra a privatização da água na cidade de Manaus, no coração da Amazônia, pelo livre acesso aos babaquais, especialmente na pioneira luta das bravas maranhenses, contra as florestas de monocultivo de eucalipto no Espírito Santo e Paraná, contra a pesca de arrastão no Ceará, e as muitas outras lutas em que quase sempre encontramos as mulheres à frente, nos chamaram para a necessidade de renovar as reflexões de modo a permitir a compreensão da essência de tais lutas. (RODRIGUES, 2017, p.5)

As mulheres estão à frente na luta pelos diferentes modos de vida presentes no campo brasileiro, buscando a preservação dos recursos como a água, o solo e a floresta, que garantem a manutenção do seu modo de vida.

A junção das teorias feministas decolonias, do bem viver e das práticas agroecológicas possibilitam mudanças estruturais da sociedade brasileira e da América Latina ao repensar o modo de vida estabelecido no campo e na cidade criar formas de descolonizar a produção agrícola, a produção de conhecimento. Segundo Costa (2017), romper com o colonialismo quebra o padrão antropocêntrico, criando novas relações sociais.

Ou seja, como a articulação entre agroecologia e feminismos, a partir de uma perspectiva descoloniais, pode nos ajudar a construir uma política do comum e do bem-viver que, ao retirar verdadeiramente o Homem do centro, nos permite construir uma humanidade em outros termos ou um planeta comum com todos os seus habitantes de quaisquer espécies. (COSTA, 2017, p. 10)

Com base na agroecologia, o MST estabelece relações com os trabalhadores urbanos, cria um diálogo sobre a importância de uma alimentação saudável e alerta para os riscos dos alimentos produzidos atualmente pelo agronegócio. Através das feiras, dos espaços de comercialização e do Armazém do Campo, o movimento conscientiza a população urbana sobre a importância das práticas agroecológicas, trazendo visibilidade para a produção dos assentamentos e acampamentos, mostrando a relevância da reforma agrária popular. O

movimento busca levar a agroecologia para todos os seus assentamentos, de forma que a sua produção chegue aos trabalhadores e trabalhadoras da cidade.

A reforma agrária popular visa a transformação do espaço agrário brasileiro, de maneira a propor um desenvolvimento voltado, primeiramente, para as necessidades da população brasileira. Isso se dá na construção de uma produção pautada na diversidade, de modo que existe a compreensão que a sociedade e a natureza compõem um todo e é necessário construir uma relação harmoniosa.

A agroecologia desenvolvida nos assentamentos do MST aparece como uma possível resposta à agricultura voltada para o interesse do capitalismo. A construção de novas relações por meio do resgate as práticas agroecológicas permeadas pelas mulheres do MST evidenciam a importância das militantes e do seu trabalho dentro e fora dos assentamentos.

### 3 O MST E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO

No campo brasileiro houve a introdução da revolução verde, com a implementação do pacote do seu pacote tecnológico, que acarretou no esvaziamento do campo. Em um curto espaço de tempo, uma grande parcela de camponeses foi expulsa de suas terras.

A terra enquanto propriedade, no Brasil, mantém o mesmo modelo dos grandes latifúndios implementado pelos colonizadores. Pulga (2017) afirma que o agronegócio passa a ser “inimigo” dos movimentos sociais na década de 1990. Vale lembrar, todavia, que os movimentos sociais no campo já exerciam o papel de antagonista ao latifúndio em períodos anteriores.

A década de 1990 é considerada como crucial para avaliar esse embate entre militantes e empresariado rural porque foi justamente nessa época que o agronegócio surge como um importante agente no campo. Esse foi o resultado do processo de intensificação da modernização e das políticas neoliberais no campo brasileiro. A partir daí, o agronegócio passa a ser o principal antagonista dos movimentos sociais no campo brasileiro.

É importante destacar que o agronegócio passou a ser visto como o inimigo dos movimentos do campo, de luta pela Reforma Agrária e por um Projeto de Agricultura Camponesa a partir dos anos 1990, quando os movimentos e os intelectuais defensores dessas lutas, percebem que o agronegócio, segue sendo o mesmo latifúndio. (PULGA, 2007, p. 234)

O projeto de desenvolvimento do campo, que atende ao interesse da elite agrária brasileira, não viabilizou uma reforma agrária. Ao contrário, o que havia era o reforço do latifúndio e a concentração das riquezas na mão de poucas famílias. “Este modelo de organização do espaço produtivo no campo, na verdade, contrapunha-se radicalmente à ideia de implantação da Reforma Agrária, como parte do desenvolvimento social e econômico do campo, tal como ocorrera em outros países capitalistas” (MAFORT, 2013, p. 12)

A desigualdade ao acesso à terra no campo brasileiro são marcas históricas do espaço agrário brasileiro. Essa estrutura não concentra apenas um pedaço de terra, mas também acumula a renda nas mãos de poucas pessoas, de maneira a intensificar o processo de desigualdade no Brasil.

A lógica do atual projeto de desenvolvimento do campo busca a exploração dos recursos naturais. Nesse modelo os camponeses, povos originários, povos da floresta, quilombolas são os principais atingidos. São estes grupos que estabelecem uma relação com o

corpo-território- terra e criam uma resistência, se opondo diretamente ao modelo do agronegócio e disputando um projeto outro para o campo brasileiro.

As políticas de desenvolvimento para o campo têm como objetivo atender aos interesses do agronegócio e do capital estrangeiro. Tal projeto econômico afeta diretamente todos aqueles que vivem da terra. Como salienta Mafort (2013):

Tais impactos atingem os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem terra, os assentados e as assentadas, as comunidades indígenas, as comunidades tradicionais e quilombolas, os pescadores artesanais, os atingidos e as atingidas por barragens, os pequenos agricultores e as pequenas agricultoras, as comunidades extrativistas, os assalariados e as assalariadas rurais, bem como o proletariado do agronegócio, em geral. (MAFORT, 2013 p. 80)

Segundo Mafort (2013), o agronegócio além de manter os elementos essenciais do latifúndio, reforça alianças com as várias frentes do capital: “O capital financeiro e os bancos, os grandes proprietários de terra, as empresas transnacionais que controlam insumos, os preços e o comércio das mercadorias, a mídia burguesa e o aparato de Estado” (MAFORT, 2013, p.81).

As formas de dominação e subalternização exercidas pelo capital no campo brasileiro têm feito com que os trabalhadores rurais se organizem enquanto classe social. Os movimentos sociais, por exemplo, se formaram a partir do conflito entre pequenos produtores (pequenos agricultores, arrendatários, posseiros...) e agentes do agronegócio. Assim, dois modelos de agricultura se confrontam: de um lado, agricultores que buscam resistir à expulsão da sua terra e, do outro, o agronegócio.

O MST teve sua formação no município de Cascavel no estado do Paraná no ano de 1984, na época, o motivo da criação foi a necessidade de organizar os pequenos agricultores na luta pela reforma agrária e, também, promover discussões sobre o fenômeno da expulsão dos trabalhadores rurais e posseiros do campo. Todo esse contexto se deu durante o processo de mecanização das áreas rurais, que teve seu início na década de 1970, no período da ditadura militar, e, especificamente, no sul do Brasil esse processo é foi impulsionado pela introdução cultivo de soja. Sobre essa gênese, postula Stédile (1995):

O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura[...] MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas. (STÉDILE 1995, p. 18)

Para compreender a formação do Movimento, é necessário entender a situação política no Brasil e o processo de luta pela democracia que estava ocorrendo no país nos anos de sua formação. Assim, o movimento surge não apenas por uma demanda dos camponeses, mas de uma conjuntura histórica em que a luta por direitos estava eclodindo em diversas áreas do país: “A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade”. (STÉDILE, 1995 p. 22)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), diante dos conflitos que vinham ocorrendo no campo, exerceu um papel importante na conscientização dos trabalhadores rurais. A CPT, com base na teologia da libertação, fez com que os camponeses se conscientizem da necessidade da organização coletiva para reivindicar o direito ao acesso à terra.

Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra” (STÉDILE, 1995, p. 20)

O diálogo entre o setor luterano da igreja evangélica e a igreja católica faz com que a luta pela terra não se fragmente. Assim, a CPT exerce um papel crucial na formação do MST ao juntar forças para a construção de um único movimento de caráter nacional: “Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina” (STÉDILE, 1995 p. 20).

O MST afirma que o projeto de reforma agrária clássica busca apenas a mudança na estrutura fundiária. O movimento defende o seu projeto de uma reforma agrária popular no campo brasileiro, que além da mudança fundiária, tem uma preocupação a transformação social.

O esforço contido no Programa de Reforma Agrária Popular vai nessa direção, combinado aos elementos de alteração estrutural da sociedade. Mas não basta ter isso claro somente no âmbito dos movimentos sociais do campo, é necessário agregar outros sujeitos da sociedade, especialmente da classe trabalhadora para se somar ao projeto. (MAFORT, 2013, p. 84)

Nos anos de 1990 o MST estava presente em todas as regiões do Brasil e mostrava que as suas estratégias de luta eram de fato eficazes, pois já haviam conquistado, até aquele momento, centenas de assentamentos rurais. Durante a primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso ocorre diversas ocupações que pressionaram o governo pela implantação

de novos assentamentos rurais. No segundo mandato, no entanto, suas políticas agrárias tomaram um caráter mais neoliberal.

Atualmente, o MST é reconhecido como um importante ator social. Ao longo de sua história, construiu diferentes estratégias na luta pela terra no Brasil. Por meio de suas ações, o Movimento cria práticas espaciais que resultam na elaboração de contra-espços que, por sua vez, se contrapõem ao modelo e à lógica do grande capital.

A luta das mulheres do campo se estabelece de diferentes formas de agir e cria múltiplas escalas a partir das suas práticas espaciais. As camponesas fortalecem a luta no seu cotidiano na roça com a produção de alimentos para comercialização e alimentação da sua família, de modo a assumir uma dupla jornada, como trabalhadora rural e trabalhadora doméstica. No entanto, vale ressaltar que essas sujeitas também disputam os espaços políticos e se somam na luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais igualitária. Elas ocupam espaço nos sindicatos e partidos políticos, projetam a lutas das mulheres –por direitos trabalhistas, por acesso à terra, ao crédito, pelo reconhecimento enquanto trabalhadora rural – para dentro e para fora dos movimentos sociais.

Historicamente, a mulher camponesa tem enfrentado barreiras em relação ao reconhecimento enquanto trabalhadora rural. A divisão sexual do trabalho atribuiu a essas mulheres uma posição de subalternidade, em que os espaços destinados a essas mulheres eram aqueles que envolviam a esfera do lar. O trabalho desenvolvido na roça era interpretado como uma ajuda – e em alguns espaços as relações ainda se estabelecem dessa maneira. Esmeraldo (2013) aponta que:

A luta das mulheres desencadeada na década de 1980 pelo reconhecimento de sua profissão como trabalhadora rural é permeada pelo signo da contradição. Ao mesmo tempo em que seu trabalho é considerado como “ajuda” no interior das relações familiares para que se possa cumprir e manter a ordem moral e de autoridade entre o casal, o trabalho feminino é afirmado e positivado publicamente para fomentar as lutas pelo seu reconhecimento profissional. (ESMERALDO, 2013, p. 241)

Ainda de acordo com a autora, o trabalho camponês se estabelece sob uma hierarquia em que as atividades que envolvem a produção e autoridade são destinadas aos homens. Em contrapartida, o trabalho feminino é omitido. Esse processo de invisibilização do trabalho feminino no campo e a masculinização do trabalho rural vão resultar na negação de uma série de direitos, como o acesso ao crédito e à propriedade rural.

Além de o campo brasileiro ser marcado pelo acesso desigual a terra entre latifundiários e camponeses, se fizermos uma leitura do acesso à terra entre mulheres e

homens, a desigualdade se torna ainda mais discrepante. Assim, é possível afirmar que classe, raça e gênero foram moldando a estrutura fundiária brasileira. Sobre o tema, Pulga (2017) afirma:

Como resultado dessa estrutura agrária produziram-se desigualdades históricas no campo brasileiro entre os diferentes sujeitos que compõem o meio rural, desigualdades no que se refere ao acesso à terra, a condição de vida destes sujeitos no meio rural e as condições para a produção e comercialização dos produtos agrícolas. (PULGA, 2017, p. 231)

Durante a década de 1980 ocorre um processo de precarização das condições de vida no campo. Essa situação vai fazer com que ocorra um aprofundamento da pobreza. Diante desse cenário, muitas mulheres passaram a se inserir na luta com os movimentos sociais e os sindicatos no campo, com o objetivo de lutar por melhores condições de vida.

Dentro do contexto político dos anos de 1980, quando surgiam vários focos de luta pela redemocratização do país, as mulheres camponesas se organizaram nos diferentes campos políticos (movimentos sociais, partidos, sindicatos) para conquistar espaço e promover discussões sobre a força produtiva da mulher e as lutas pelo reconhecimento do seu trabalho. Esmeraldo (2013) considera que:

Desenvolvem lutas pela restauração do estado democrático, da liberdade de expressão e de direitos políticos e sociais e constroem ações políticas e públicas que favorecem a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (ESMERALDO, 2013, p. 242)

O trabalho da mulher camponesa era encarado como um trabalho complementar ao do homem. Ela não era reconhecida como trabalhadora rural. Foi necessária a filiação aos sindicatos e aos movimentos autônomos de mulheres para conquistar os direitos de trabalhadora rural e acesso às políticas de desenvolvimento no campo.

A inserção das mulheres camponesas no espaço político pode também ser entendido como resultado do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, desenvolvido pela Campanha Pastoral da Terra, que incentivava a participação das mulheres na articulação da luta pela terra.

Embora as trabalhadoras tenham integrados os sindicatos, movimentos e partidos, essas instituições acabam reproduzindo a estrutura machista da sociedade, em que o homem acaba acumulando maior capital político e econômico. Esmeraldo (2013) destaca que o sindicato descreve a categoria de trabalhador somente ao gênero masculino, porém o fato de

as mulheres ocuparem esses espaços fez com que se criassem tensionamentos, de maneira a criar outras formas de luta dentro das estruturas dos sindicatos e movimentos.

Lutar para entrar no sindicato rompendo a unidade e as relações de forças historicamente constituídas para e com o masculino significa criar novas relações de forças não mais restritas às do gênero masculino, assim como de interesse do gênero feminino. Significa tensionar e inscrever reivindicações de interesse do outro, do novo gênero sindical, do gênero feminino. (ESMERALDO, 2013, p. 246)

Ainda nos anos de 1980, as mulheres camponesas executaram uma ação que pode ser compreendida enquanto ponto crucial para que elas assumissem um protagonismo dentro do MST. Essa ação, inclusive, repercutiu para fora do movimento. Essa ação decisiva ocorreu durante a participação das mulheres no primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, no ano de 1984, onde ocorreu a consolidação do MST. Segundo Esmeraldo (2013), a fundação do Movimento foi a possibilidade de novas formas de atuação política e organizativa das mulheres no campo.

Militando, desde as décadas passadas, nas CEBs, na CPT, nas oposições sindicais, mulheres rurais participam do congresso de forma ativa, afirmativa e organizada. Reivindicam a presença e participação de 30% de mulheres como delegadas (há registro de mais de 300 mulheres num universo de 1500 delegados), integram os grupos de trabalho, fazem parte de uma coletiva de imprensa (nacional e estadual), são homenageadas realizam a 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra, na qual discutem suas reivindicações específicas e produzem um documento que é lido e aplaudido no encerramento do Congresso e incorporado ao documento final do citado evento. Nesse documento as mulheres expressam suas reivindicações específicas e também sua participação na composição da 1ª Executiva Nacional do MST, eleita nesse evento (JORNAL SEM TERRA, fev. 1985, p.5, 9-11 *apud* ESMERALDO, 2013, p. 247-248)

De acordo com Esmeraldo (2013), ocorre um processo de invisibilização da luta das mulheres na formação do Movimento. A autora reforça que a participação das mulheres na fundação do MST, no primeiro encontro nacional, foi combativa. No evento, as mulheres se expressaram em relação às suas pautas específicas e reivindicaram uma porcentagem nos cargos de delegados que eram ocupados majoritariamente por homens. Esse ato das mulheres mostrou um posicionamento ativo das mulheres na luta pela terra, em busca do reconhecimento do trabalho que vinham desenvolvendo junto à resistência ao modelo atual de desenvolvimento no campo brasileiro.

A atuação das mulheres na assembleia que culminou na fundação do MST projetou a lutas das militantes para fora do Movimento, passando a se articular com os movimentos

autônomos de mulheres. A partir daí, foram fortalecidas as redes de solidariedade feminina e as pautas específicas das trabalhadoras rurais.

Um elemento interessante destacado por Esmeraldo (2013) é o fato de o movimento buscar romper com o padrão de dominação das mulheres e inserir todos os integrantes da família nas suas ações. A forma de acolhimento das mulheres pelo Movimento faz com que muitas trabalhadoras rurais optem por estabelecer sua luta através do MST.

Mulheres órfãs, viúvas, oriundas de famílias empobrecidas, fragilizadas e dilaceradas pelo sistema econômico e político, submetidas a migrações com o marido e filhos em busca de terra e trabalho, encontram no MST a acolhida para lutar por dignidade, terra e trabalho para a família. Essa descoberta faz algumas mulheres optarem por desenvolver sua atuação política no MST e não em outros movimentos sociais e/ou em partidos políticos. (ESMERALDO, 2013, p. 249)

Embora parte das mulheres camponesas passem a integrar a luta pela reforma agrária junto ao MST, muitas continuam se articulando com os movimentos autônomos de mulheres no campo, de modo a garantir o fortalecimento das lutas específicas de mulheres no campo.

As mulheres camponesas começaram a organizar encontros para debater a desvalorização do trabalho feminino no campo, e para refletir sobre as desigualdades entre homens e mulheres nos espaços políticos e produtivos. “Os encontros anuais mobilizam mulheres, organizam novos grupos em comunidades rurais e propiciam o debate sobre conjuntura política, poder masculino, sistema patriarcal e corpo feminino” (ESMERALDO, 2013, p. 243).

A articulação entre mulheres em vários movimentos sociais resultou em uma série de ações, afirmando que a luta das camponesas se basearia em dois pilares principais o de Gênero e o de Classe, por meio da construção de um feminismo camponês e popular. Esse feminismo busca incluir as diferentes sujeitas que são marginalizadas na sociedade.

Em setembro de 1989, na primeira edição das normas gerais do MST, foi adicionado um capítulo sobre a “articulação das mulheres”. Esse capítulo foi uma conquista para as militantes do movimento e é onde foi destacada a importância das mulheres nos espaços geridos pelo Movimento. A partir daí ficou ainda mais nítido o compromisso de combater a desigualdade e a discriminação de mulheres dentro do MST.

É possível perceber que, nas diferentes instâncias do movimento, as mulheres não estavam sendo representadas proporcionalmente ao número de homens em cargos, já que poucas mulheres assumiam postos de liderança. O Movimento percebeu, então, que seria necessário incentivar a atuação das mulheres nos assentamentos e acampamentos.

A divisão dos espaços masculinos (espaço político) e femininos (espaço doméstico) ainda era muito forte nos ambientes agrários. Os cargos políticos eram assumidos por homens e as ações que englobam e as questões da reprodução e cultura ficavam por conta das mulheres. “Art. 43. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder, e de representatividade” (MST, 1988, *apud* Esmeraldo 2013).

O Movimento afirma que é necessário combater o machismo em todas as formas presentes na sociedade patriarcal. O MST busca acabar com diferentes formas de violência e discriminação sofrida pelas mulheres, a fim de construir condições igualitárias entre mulheres e homens. “Art. 44. Devemos combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres, em todas as atividades do movimento, e lutar contra o machismo em todas as manifestações que impeçam a igualdade mulheres” (MST, 1988, *apud* Esmeraldo 2013).

Até certo momento, o Movimento compreendia que era necessário que fosse incentivada as articulações de mulheres a fim de que elas deliberassem suas demandas específicas e participassem de forma ativa de todas as etapas e espaços da conquista da terra. “Art. 45. Deve-se estimular a organização de comissões de mulheres dentro do movimento dos sem terra, nos assentamentos e nos acampamentos, para a discussão de seus problemas específicos” (MST, 1988, *apud* Esmeraldo 2013).

O Movimento vai determinar que nos diferentes níveis as mulheres se articulem e participem de todas as formas de organização. O MST também destaca a importância da articulação das militantes com outras trabalhadoras rurais.

Art. 46. A nível municipal, estadual e nacional devemos estimular para que as mulheres sem terra participem ativamente das comissões e demais formas de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais, que se articula dentro do movimento sindical, todas as mulheres trabalhadoras rurais, independente da categoria, unificando sem terra, as pequenas proprietárias posseiras, assalariadas etc...(MST, 1988, *apud* ESMERALDO, 2013)

As mulheres precisam se organizar nas diferentes escalas de atuação dos movimentos. Foi apontada, então, a criação de uma comissão de mulheres a nível nacional para garantir que as mulheres deliberassem ações para os diferentes níveis de atuação do movimento, com o intuito de diluir as marcas do patriarcado na estrutura do movimento.

Art. 47. A nível nacional deve funcionar uma equipe de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A equipe tem como função: a) pensar, propor e planejar políticas específicas para a organização das mulheres sem terra, e apresentá-las à direção e à executiva nacional; b) a equipe de mulheres a nível nacional será

formada por indicação da direção e da executiva nacional, como um organismo específico de trabalho dentro dessas instâncias; c) será de responsabilidade da equipe nacional a elaboração de materiais, publicações e assessorias, para subsidiar e orientar o trabalho específico com mulheres do movimento (MST, 1988, *apud* ESMERALDO, 2013)

Nos anos de 1990, as lideranças femininas voltaram a discutir a falta de espaço das mulheres na esfera política. Essa movimentação se respaldou nas desigualdades de gênero, isto é, políticas de redistribuição dos bens socialmente produzidos são iminentes as políticas de reconhecimento (não de uma identidade, mas reconhecimento de como a subordinação social privou de participar como igual), assim como políticas de representação visando a transformações no sistema político.

Em 1995, ocorre o terceiro Congresso Nacional do MST, espaço em que o Movimento afirma que as mulheres são as que mais sofrem com as condições do trabalho no campo. Isso ocorre porque, além da dupla jornada que exercem, a maioria das mulheres não recebia pelo trabalho desenvolvido na agricultura. Tal compreensão escancarou a realidade do trabalho feminino entendido como complementar ao do homem.

As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho. Não participam das decisões da economia familiar. São as mulheres quem mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos. Acrescido a isso, encontra-se uma condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior. (MST, 1995, p. 16 *apud* ESMERALDO, 2013)

Ainda em 1995 no congresso do MST, foi elaborado um plano de ação para que as militantes atuassem de forma mais ativa na luta pela terra nos diferentes níveis de ação do MST. As normas possibilitam que as mulheres ganhem espaço de representatividade dentro do Movimento. É, assim, possível perceber que a questão de gênero passa a ser discutida nos diferentes níveis do Movimento. A discriminação e subalternização das mulheres passam a ser compreendidas enquanto um problema que também é do MST como um todo e não apenas de um setor. Sobre o tema, Furlin (2013) discorre: “Esse congresso insiste na mudança das relações de gênero no interior do MST, propondo linhas de ação política para orientar o seu trabalho, o que revela a percepção de que não basta a conquista da terra, mas faz-se necessário lutar também por relações novas, como condição para transformações mais ampla” (FURLIN, 2013, p. 263).

De acordo com Furlin (2013), é possível perceber que o Movimento vem se posicionando em relação à dominação imposta à mulher socialmente, e vem buscando estabelecer uma cultura de igualdade entre homens e mulheres.

Furlin (2013) relata que em 1996 ocorre uma reunião das mulheres do MST, espaço que promoveu debates sobre as desigualdades, entre homens e mulheres, baseadas no gênero. No evento, foram debatidas as estruturas machistas que existem na sociedade e que, muitas vezes, são reproduzidas nos movimentos sociais.

Em maio de 1996, após o III Congresso, as mulheres – mais articuladas e contando com o apoio do Movimento – realizaram o I Encontro Nacional das Mulheres do MST, no qual começaram a falar em gênero e a discutir as causas da discriminação entre homens e mulheres, com o intuito de entender como, historicamente, foi-se construindo a dominação de gênero e como essa discriminação foi se manifestando na sociedade em geral e no MST. (FURLIN, 2013, p. 264)

As militantes entrevistadas reconhecem o encontro que ocorreu em março de 2020 como I Encontro de Mulheres do MST. Afirmando que possivelmente esse evento citado por Furlin, (2013) ocorreu de forma conjunta a um encontro nacional do Movimento.

O plano de atividades desenvolvido na reunião de mulheres do MST evidencia uma ordem interna em relação à falta de mulheres como lideranças no Movimento. Esse evento elaborou questões pertinentes sobre a desigualdade de gênero nos espaços e, também, promoveu questionamentos sobre a reforma agrária e a situação da propriedade na perspectiva das mulheres. Segundo Furlin (2013), as mulheres que já vinham se organizando dentro do Movimento e se articulando com os movimentos específicos de mulheres do campo, pressionavam o MST para que as mulheres passassem a ocupar mais espaços de representatividade.

Os objetivos do plano e as atividades propostas para os diferentes níveis de ação do MST deixam perceber que o Movimento, pressionado pela organização das mulheres, enfatiza a necessidade de se repensarem as condições das mulheres e de sua ausência nas instâncias de liderança. Na verdade, sinaliza que o Movimento se dá conta da existência da desigualdade de gênero nos espaços de liderança. (FURLIN, 2013, p. 266)

O MST estruturou um plano de ação com objetivo de combater as práticas discriminatórias contra mulheres:

- a) Na base (acampamentos e assentamentos): Conscientizar sobre a necessidade da participação das mulheres na luta pela terra e pela reforma agrária; despertar as mulheres para seus problemas específicos; projetar lideranças para as instâncias;

fazer encontros municipais; adequar horários de reuniões e assembleias para possibilitar a presença das mulheres; realizar reuniões com as mulheres para discutir questões específicas; garantir que as mulheres tenham título da terra e garantir a participação nas associações e cooperativas em nível de igualdade. (MST, 1996, p. 7)

b) Nas instâncias de poder do MST: aqui aparece a necessidade de que as questões de gênero sejam trabalhadas e discutidas em todos os setores do movimento: que todos os setores encaminhem concretamente a questão de gênero; garantir espaços de estudo e discussão em instâncias, criando mecanismos de participação; projetar quadros femininos e assumir que existem problemas de participação. (MST, 1996, p. 8)

c) Entre as mulheres e militantes, o plano de ação considera ser importante: em nível de militância e direção, criar fóruns de discussão e capacitação; trabalhar a autoestima e identidade; forjar uma postura coerente com novos valores para que se possa multiplicar militantes e fazer oficinas de capacitação para que se aprenda a sistematizar discussões. (MST, 1996, p. 8 *apud* FURLIN, 2018, p.266)

Para Furlin (2013), o MST investe no processo de formação das militantes no momento em que, insere homens e mulheres na luta e busca diluir os papéis construídos pelo modelo patriarcal. Entendemos que essa nova gramática política que emerge dentro do movimento envolve a compreensão mais profunda do capitalismo e das múltiplas formas de exploração, opressão e dominação que ele mobiliza.

Há um entendimento, também, de acordo com a perspectiva de Furlin (2013), de que o Movimento percebe que a questão de gênero não é apenas interesse das mulheres. É fundamental que a luta contra o modelo patriarcal se torne uma luta de todas e todos, para que seja possível a construção de novos valores: “A novidade é que, juntamente com as mulheres, os homens são incluídos no processo de definição das linhas políticas, uma vez que as novas relações de gênero dependem fundamentalmente da participação e reflexão de ambos” (Furlin, 2013 p. 271).

O encontro das mulheres do MST deliberou a construção do Coletivo de Mulheres do Movimento, que precisava ser estruturado nos níveis estadual e nacional. Novas escalas do agir político passaram a ser engendradas.

Em 1998, o Coletivo passa a se chamar “Coletivo Nacional de Gênero”. A mudança de um coletivo de mulheres que vai culminar posteriormente no Setor de Gênero indica uma mudança de posicionamento do movimento onde a desigualdade de gênero e as formas de subalternização das mulheres na sociedade passam a ser discutidas dentro da estrutura do movimento como um todo.

### 3.1 O Setor de Gênero do MST

O MST buscou se organizar em setores e coletivos com o intuito de trabalhar em medidas necessárias para a reforma agrária. São setores do MST: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa. Esse modo de organização mostra que o movimento tem uma preocupação de alcançar uma transformação maior da sociedade, criando tanto novas relações sociais no campo brasileiro, quanto novas gramáticas políticas que emergem na luta no campo, como a pauta das mulheres.

Os setores contam hoje com a coordenação de uma mulher e de um homem, cuja tarefa é identificar e resolver as dificuldades encontradas nos assentamentos e acampamentos, e desenvolver alternativas às políticas governamentais existentes, sempre dentro de uma perspectiva camponesa. Novos protagonistas entram em cena com a luta das mulheres no campo que, além de redistribuição da estrutura fundiária, colocam o debate do reconhecimento que um status desigual foi gestado, ao longo da história, sobre as mulheres. Daí a necessidade de uma política de representação das mulheres nas instâncias organizativas do movimento. Como defende a feminista Nancy Fraser, “a construção de uma teoria de justiça envolve de forma inerente políticas de reconhecimento, representação e redistribuição”.

No ano 2000, o Setor de Gênero é criado mediante reivindicações das militantes para que houvesse uma maior participação no Movimento. Essa requisição está relacionada a uma exigência por mais espaço nas decisões políticas e participação na escolha de cargos com maior visibilidade dentro do movimento.

Por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as lideranças femininas começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990. A necessidade de envolver o todo da organização neste debate deságua na criação do Setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero instancias e espaços de formação da organização, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres e assim fortalecendo o próprio MST (MAFORT, 2013, p. 100-101)

O Setor de Gênero passa a discutir as violências cotidianas e as atitudes machistas que as mulheres sofrem nos espaços do Movimento. O setor também busca trazer visibilidade às contribuições das mulheres na construção militante. Embora encontre desafios, o MST vem

estabelecendo metas para acabar com as desigualdades de gênero e inserir todos e todas, mulheres e homens, como sujeitos atuantes na luta pela terra.

O Setor de Gênero pode ser compreendido como resultado de uma série de eventos. São alguns desses eventos: a atuação das mulheres no Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a construção de um capítulo sobre articulações de mulheres na primeira edição das normas do MST e a construção de um plano de ação contra a desigualdade baseada no gênero no 3º Congresso Nacional do MST.

A articulação das mulheres do MST com os movimentos autônomos fortalece a luta delas dentro do MST. Essas trocas entre as militantes fazem com que elas percebam que precisam ocupar mais cargos de liderança e atuar de forma ativa na luta contra o capitalismo.

O processo que culmina na formação do setor não é apenas uma mudança de nomenclatura. Inicialmente, foi criado o coletivo de mulheres do MST. Naquele momento, o Movimento reconheceu a necessidade das mulheres se organizarem, para discutir suas demandas. Também havia a necessidade de que as mulheres atuassem nos diferentes níveis da luta pela terra e se articulassem com outros movimentos, buscando uma ampliação do debate sobre a questão agrária brasileira.

Posteriormente, o coletivo de mulheres do MST se torna o Coletivo de Gênero. Um possível motivo para a mudança de nomenclatura foi a inserção do debate de gênero e a compreensão da categoria mulher. No ano 2000, o coletivo de gênero tornou-se o Setor de Gênero. Naquele momento, a preocupação do Movimento com a transformação social e a luta contra as desigualdades fizeram com que todos os sujeitos e sujeitas fossem inclusos no debate sobre o patriarcado dentro da estrutura da sociedade e do MST.

Majoritariamente, são os homens os proprietários dos lotes rurais. Com base nessa realidade, o Setor de Gênero delibera que os lotes de assentamento devam ser registrados nos nomes do homem e da mulher.

Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja no nome do homem e da mulher. [...] 3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados. (MST, 2005, p. 31 *apud* ENGELMANN, 2012, p. 8)

Atualmente na estrutura fundiária brasileira a maioria dos títulos de propriedades está registrada no nome do homem da família, o que reforça a condição de dependência econômica da mulher em relação ao homem.

A falta de atuação das mulheres nos espaços de formação e de tomada de decisão do assentamento pode ser compreendida pelos traços do machismo estrutural na nossa sociedade. Os espaços que contemplam a esfera política e social são destinados aos homens, e os espaços que envolvem a esfera do lar são direcionados às mulheres. Para mudar essa realidade, o Setor de Gênero determinou que metade das vagas dos cursos de formação e cargos nos diversos setores do MST fossem destinados às mulheres.

Outra ação do Setor importante foi determinação que metade das vagas dos cursos de formação e dos cargos nos setores deveriam ser ocupada por mulheres. Ampliando de forma significativa a participação das mulheres, nos setores e como lideranças. “[...] Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres; (MST, 2005, p. 31 *apud* ENGELMANN, 2012, p.8)

A divisão sexual do trabalho faz com que as mulheres não participem dos espaços de decisões políticas. Por exercerem uma dupla jornada de trabalho, que inclui os cuidados da casa e dos filhos, sobra pouco tempo para uma participação ativa no Movimento. Por isso o MST, por meio do Setor de Gênero, vem incentivando a participação das mulheres em todos os níveis de atuação.

A mais simples é o fato de trazerem consigo os mesmos elementos, ou seja, o problema é da mulher que não participa, e não o faz em função da casa e dos filhos. Mas será mesmo que essa questão é simples? Certamente que não. Pois é uma questão que vai além do político, e muito além do fato de as mulheres se negarem a ‘participar’, de resistirem às prescrições, às normatizações de como deveriam ser para representar o Movimento. (SILVA, 2004, p. 279)

A obrigação com as atividades do lar afasta as mulheres dos espaços políticos. Elas precisam exercer o trabalho na roça e o trabalho doméstico. A partir desse cenário, ficam desestimuladas de participar dos espaços de discussões e decisões dos assentamentos.

O fato de o trabalho doméstico ser destinado à mulher precisa ser repensado. Vale lembrar que as atividades que envolvem a esfera do lar também são políticas e essenciais para a manutenção dos assentamentos e acampamentos. É importante, assim, transgredir essa construção social de que só a mulher pertence a esse espaço. Por isso, é necessário que a discussão sobre gênero percorra todos os integrantes do MST, e que a desigualdade e as diferentes formas de opressão da mulher sejam combatidas.

A consolidação do Setor de Gênero, nos anos 2000, demonstrou a preocupação do MST com a transformação da sociedade, de modo a deixar ainda mais nítida a importância da luta contra todas as formas de opressão e subordinação exercidas pelo capitalismo. O

Movimento busca por meio do projeto de reforma agrária popular incluir todas e todos no seu projeto de desenvolvimento para o campo.

### 3.2 As ações do mês de março protagonizadas pelas mulheres Sem Terra

As mulheres do MST se articulam com outros movimentos sociais no campo e nas áreas urbanas. As mulheres camponesas passaram a construir uma agenda de luta em escala nacional. O mês de março é marcado pelas manifestações das mulheres camponesas, principalmente, no dia 8. Outra data importante na agenda de luta das mulheres do campo é o dia 12 de agosto, quando ocorre a Marcha das Margaridas. A ação das militantes tem criado redes políticas com organizações de mulheres em várias partes do país e no mundo, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais.

A articulação, nesse campo político, volta-se para as ações formativas entre mulheres e a realização de manifestações nos dias 8 de março e 12 de agosto, definidos como datas de luta política da mulher trabalhadora rural. O campo de forças do feminino fortalece o campo das lutas específicas e mobiliza as mulheres para uma participação organizada e voltada para atuarem nas lutas gerais dos trabalhadores rurais (sindical e do MST), em que é produzida a intersecção entre a luta de classe e a luta de gênero. (ESMERALDO, 2013, p. 251-252)

Em 1999, a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) construiu a proposta de uma grande mobilização de massas que incorporou questões específicas das mulheres e questões gerais da categoria, em um evidente recorte de gênero e de classe. Simultaneamente, ocorreu o crescimento do debate interseccional, articulando também raça, especialmente, a partir da difusão das características do campo brasileiro<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> “As grandes propriedades de terra no Brasil são brancas. Em terras com mais de 10 mil hectares, para quatro produtores rurais brancos há um produtor negro. Já nas pequenas propriedades ocorre o inverso: nos estabelecimentos com menos de 1 hectare, a proporção é de três produtores negros para cada branco. As conclusões são de um levantamento inédito da Agência Pública a partir de dados do último Censo Agropecuário do IBGE, divulgado no final de outubro deste ano. Os dados foram coletados em visitas a mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários em 2017.

No país todo há mais produtores negros que brancos – são 2,6 milhões de negros produtores para 2,2 milhões de brancos somando-se todos os tipos de propriedades, independentemente do tipo de cultivo ou do tamanho da terra. Contudo, os negros são maioria apenas nas terras que ocupam menos de 5 hectares. Dessa área para cima, os brancos ultrapassam os negros em todas as categorias. A partir de 20 hectares a desigualdade é nítida: quanto mais se aumenta o tamanho da propriedade de terra, menos negros são produtores rurais” (PINA & FONSECA, 2019).

Tal levantamento enseja pensar e interrogar como se dimensiona essa desigualdade racial no campo em termos de gênero. Estudos precisam ser feitos.

A Marcha das Margaridas é organizada através da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG), em conjunto com outros movimentos e organizações sociais. Trata-se da maior mobilização nacional de mulheres e tem influência direta na Marcha Mundial de Mulheres.

A Marcha recebe esse nome, pois ocorre 18 anos após a Morte de Margarida Alves, que foi a primeira mulher a ser presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoas Grande, na Paraíba. Margarida é símbolo de luta para as mulheres camponesas em todo país. A sua trajetória é marcada pela busca do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e por denunciar uma série de violências cometidas por fazendeiros da região.

A Marcha busca trazer visibilidade à realidade das mulheres camponesas, de modo a denunciar a violência e a desigualdade econômica vivenciadas no campo brasileiro. A primeira Marcha das Margaridas aconteceu no ano 2000 com o tema “2000 motivos para marchar, contra fome, pobreza e violência sexista”.

Marfort (2013) analisa os projetos da reforma agrária popular para as mulheres da Via Campesina, por meio das ações do Dia Internacional da Mulher desde 2006. As mulheres do MST e outros movimentos do campo organizam uma agenda de luta no mês de março, com atos e intervenções femininas, fazendo enfrentamento aos projetos do agronegócio. Para a autora, essas ações rompem um silêncio das mulheres em relação ao modelo de agricultura do agronegócio.

Em 2006, as mulheres do MST e de outras organizações sociais do campo reuniram-se no Encontro Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O encontro ocorreu em Porto Alegre e discutiu a reforma agrária e as políticas de desenvolvimento no campo. Essas mulheres organizaram uma ação de enfrentamento às empresas transnacionais que dominavam o setor agrícola.

O Dia Internacional da Mulher passou a assumir um caráter de luta para as camponesas em uma perspectiva feminista. No entanto, vale destacar que se trata de um feminismo do proletariado, que tem como objetivo principal o enfrentamento as formas de dominação exercidas pelo capital. Assim, a luta dessas mulheres é contra a subordinação e a dominação exercida pelo sistema patriarcal e capitalista.

O 8 de março de 2006 representou a afirmação e a construção de um feminismo proletário contra o capital. Porque até o momento, o feminismo era muito vinculado à classe média, às demandas que são importantes para as mulheres, mas até então não tínhamos uma ação mais concreta de enfrentamento com o capital, (explica

Claudia Teixeira, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) *apud* MAFORT, 2013, p. 87)

No dia 8 de março de 2016, cerca de 1.800 mulheres ocuparam o viveiro de mudas da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro no estado do Rio Grande do Sul. Esse ato político mostrava o posicionamento das mulheres camponesas em relação ao plantio da monocultura e o “deserto verde” (o eucalipto não é uma espécie endêmica do Brasil e o seu plantio seca as nascentes, acabando com as condições para outras espécies se desenvolverem, destruindo a biodiversidade na área de plantio).

Significou, então, um marco histórico para nós enquanto movimento social de luta das mulheres. Além disso, a ação revelou toda uma discussão sobre monocultura, transgenia e contaminação do meio ambiente com a produção de pasta de celulose. (Rosieli, do MPA. MST, 2011 *apud* MAFORT 2013, p. 87)

As mulheres campesinas, além de promoverem uma ocupação, destruíram o laboratório, jogaram no chão, como forma de protesto, as sementes geneticamente modificadas e as mudas prontas para plantio. Essa ação das mulheres, segundo Mafort (2013), ampliou o debate sobre o cultivo da monocultura de eucalipto, enfatizando os impactos ambientais e sociais que esse tipo de cultivo pode trazer:

O ato de enfrentar uma transnacional tão gigantesca, de violar seus domínios e destruir uma respeitável quantidade de mudas transgênicas prontas para o plantio foi o modo extremo que encontraram para protestar contra as graves consequências socioambientais provocadas pelo imenso Deserto Verde, uma imperativa especialidade da empresa escolhida: o monocultivo do eucalipto destinado à produção de celulose em larga escala. (MAFORT, 2013, p. 85)

Em 2013, ocorreu uma jornada nacional de lutas com a presença de representantes de 18 estados, como ação de enfrentamento ao agronegócio, é possível destacar a ocupação da fazenda Aliança, localizada no estado de Tocantins. A propriedade pertencia à família da então senadora Kátia Abreu, uma das representantes do agronegócio no Brasil. A ocupação da fazenda, realizada por mulheres do MST, ocorreu no dia 7 de março e buscava protestar contra o modelo do agronegócio e denunciava a ligação da senadora com o trabalho escravo, crime ambiental e grilagem de terra.

No dia 8 de março de 2018, cerca de 800 mulheres do MST e de outras organizações sociais fizeram a ocupação do parque gráfico do jornal *O Globo*, no estado Rio de Janeiro. Elas buscavam denunciar o apoio da Rede Globo ao golpe político que culminou na interrupção do mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Seu vice, Michel Temer,

assumiu a Presidência da República com o intuito de implantar uma agenda neoliberal no Brasil. O Movimento acusou a Globo de alienar e manipular a população brasileira. A emissora possui interesses contrários aos dos trabalhadores, tem defendido medidas como as reformas da Previdência e trabalhista.

Em março de 2020, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres do MST, em Brasília. Com lema “Mulheres em luta, semeando resistência!”, 3.500 mulheres se reuniram para trazer visibilidade para a luta pela terra no Brasil. O encontro representou a construção de novas relações de gênero onde as mulheres do Movimento buscaram organizar-se em escala nacional, além de uma ocupação efetiva nos diferentes setores de atuação do Movimento.

Levamos para a capital do país, nossa diversidade cultural, expressões artísticas, experiências de educação do campo, produção de alimentos saudáveis, formas de organização popular de base, formação política, trabalho com a juventude e principalmente a síntese da nossa trajetória na construção de novas relações de gênero. (Manifesto das Mulheres Sem Terra, 2020)

As mulheres do Movimento também demonstram a necessidade de combater os pilares da dominação capitalista. Assim, a partir de uma perspectiva de um feminismo camponês e popular, visam combater as desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade.

Sabemos que o patriarcado e o racismo são pilares estruturantes da sociedade de classes. Nossa luta é para romper com todas as formas de dominação e opressão. O Feminismo Camponês e Popular orienta nossos passos firmes e decididos em busca da nossa libertação. (Manifesto das Mulheres Sem Terra, 2020)

No dia 9 de março, o Ministério da Agricultura foi ocupado pelas mulheres do MST. Elas buscavam denunciar os projetos do governo Bolsonaro para o campo brasileiro. As medidas ultraliberais de Bolsonaro visavam a implementação de políticas imperialistas em todo território brasileiro.

O governo Bolsonaro é um serviçal do capital e do Imperialismo norte americano. Ele entrega nossas riquezas, destrói a natureza, atenta contra a Soberania Nacional e Popular, retira direitos trabalhistas, previdenciários e comanda uma máquina de guerra e extermínio dos ricos contra os pobres, sobretudo as negras e os negros, a juventude, LGBTs e mulheres. (Manifesto Das Mulheres Sem Terra)

No mesmo dia, ocorreu uma ação onde foram plantadas mudas na Universidade de Brasília (UnB). A ação tinha como objetivo a denúncia da extinção do PRONERA (Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária) e o cancelamento de programas que incentivavam a produção nos assentamentos, quilombos e reservas extrativistas.

As mulheres do MST denunciaram a liberação de 474 agrotóxicos no Brasil. O uso dos agrotóxicos tem causado sérios problemas para o meio ambiente e para a saúde humana. “Como biocidas, os agrotóxicos interferem em mecanismos fisiológicos de sustentação da vida que são também comuns aos seres humanos e, portanto, estão associados a uma ampla gama de danos à saúde” (RIGOTTO e ROSA, 2012, p. 90)

Outra questão denunciada pelas militantes é a titulação de lotes individuais nos assentamentos do Movimento. Esse processo de parcelamento individual dos lotes pode ocasionar a venda deles. Assim, a terra torna-se uma mercadoria, e deixa os assentamentos mais vulneráveis aos ataques e retaliações do agronegócio. As mulheres do MST defendem titulação coletiva da terra.

As militantes do MST também denunciam a destruição do meio ambiente. No governo Bolsonaro, esta problemática só vem crescendo, por meio do incentivo à mineração e aos garimpos ilegais em área de proteção ambiental e reservas indígenas. As queimadas criminosas, na Floresta Amazônica e no Pantanal, são mais um problema ambiental que vem crescendo no Brasil. Estas ações criminosas também servem à elite agrária brasileira, que vai abrindo frentes de exploração através das queimadas.

O encontro denunciou os índices de feminicídio e de violência doméstica sofridas pelas mulheres no Brasil. As mulheres do Movimento também buscaram trazer visibilidade para as violências cometidas pelo agronegócio.

Denunciamos o aumento da violência contra as mulheres e os criminosos atos de feminicídio. A violência contra as mulheres é incitada diretamente pelo presidente da República, que é machista, misógino e odeia quando uma mulher avança. (Manifesto das Mulheres Sem Terra)

Outro elemento importante, pautado pelas mulheres do Movimento, é a apropriação da natureza pelas empresas do setor agropecuário e as mineradoras. Estas corporações degradam o meio ambiente ao mesmo tempo em que acumulam capital. As atividades destas empresas têm se mostrado nocivas às comunidades tradicionais, uma vez que destroem os meios essenciais para a manutenção do seu modo de vida.

São arquitetos da destruição ambiental, desmatadores da vida, saqueadores dos bens naturais e assassinos de vidas que se misturam em lama e sangue. São homens escravocratas que expropriam as terras já conquistadas por indígenas, quilombolas e sem terras. Levam o veneno diretamente para o prato das famílias brasileiras,

contaminam as águas e lucram com a venda do remédio, para curar a doença criada por eles mesmos. Privam os povos do direito à alimentação e são os responsáveis diretos pela fome, pela miséria e pela catástrofe climática. (Manifesto das Mulheres Sem Terra)

O Manifesto das Mulheres Sem Terra demonstrou a ampla frente de luta protagonizada pelas militantes. Suas pautas demonstram o compromisso com a transformação da sociedade brasileira, de modo a priorizar o combate às diferentes desigualdades (classe, gênero, raça e sexualidade) e às múltiplas formas de apropriação da natureza.

Outro importante elemento exposto no manifesto é o combate às políticas imperialistas no espaço agrário brasileiro. As mulheres vêm construindo formas de resistência contra o modelo de produção hegemônico, que é controlado pelas grandes corporações dos países centrais. Podemos afirmar, também, que as mulheres do MST ampliam sua luta contra o imperialismo à medida que agem em solidariedade a outros movimentos no Brasil e na América Latina.

A partir do ano de 2006, o mês de março e, principalmente, o dia 8, foi marcado por ações do Movimento onde as mulheres aparecem como protagonistas. Nos eventos por ocasião dessa data, as militantes costumam trazer reflexões sobre a reforma agrária, sobre a perda da diversidade produzidas pelas monoculturas, sobre os impactos do pacote de desenvolvimento do agronegócio para o meio ambiente e sobre a ameaça que os grupos subalternizados vêm sofrendo devido aos grandes projetos para o campo brasileiro.

### **3.3 O agir político das mulheres do MST- Rio de Janeiro**

Os movimentos sociais são agentes transformadores das relações sociais. O MST busca estabelecer relações de igualdade entre seus militantes, tendo em vista uma sociedade mais justa, onde as desigualdades com base em classe, raça, gênero e sexualidade não existam. Assim, o MST foi construindo frentes de luta contra o racismo, machismo, e desigualdade social, de forma a construir novas relações sociais e novas espacialidades.

A década de 1980 é marcada pela chegada do MST no território fluminense. No entanto, nessa mesma década, o Movimento sai do estado, pois se depara com uma dinâmica muito diferente da que estava acostumado. No Rio de Janeiro, uma peculiaridade era que os

trabalhadores urbanos também estavam envolvidos nos conflitos agrários. O espaço rural fluminense destoava de todas as experiências anteriores do Movimento.

Segundo Alentejano (2003), os conflitos agrários que ocorreram na década de 1980 foram motivadas devido ao alto índice de desemprego nas cidades. Os trabalhadores buscaram no espaço agrário uma alternativa de melhores condições de vida, o que provocou um movimento de migração cidade-campo: “Nos 1980, os conflitos serão resultado da busca de alternativas de sobrevivência por parte dos Trabalhadores desempregados e subempregados da periferia da região” (ALENTEJANO, 2003).

Esta pesquisa parte da percepção de espaço relacional (MASSEY, 2004), que considera o espaço como um processo, em que nem todas as relações ainda foram concluídas. Elas estão em constante transformação. O espaço também é o encontro de diferentes trajetórias onde diferentes sujeitas e sujeitos se encontram. O MST evidencia a trajetória dos camponeses e da luta pelo acesso e permanência em um espaço específico: a terra.

As mulheres sempre foram atuantes na luta pela terra. A trajetória dessas sujeitas foi construída ao longo da história do Movimento. A luta pela emancipação econômica e ocupação dos diferentes espaços do movimento contribuiu para novas relações nos assentamentos e acampamentos e impulsionou uma série de mudança na estrutura e projetos do MST. Vale lembrar que, historicamente, as mulheres foram afastadas dos espaços políticos e de produção. Esse processo também afetou as mulheres do Movimento.

Historicamente todas as atividades, manifestações as mulheres estiveram presentes. Quando se faz um acampamento você faz com mulher, criança, idoso enfim. Mas tem alguns processos das áreas produtivas que os homens tomam mais à frente. Seja por vários motivos, a história mostra o patriarcado e os espaços que as mulheres ocupam na sociedade. (Integrante I do setor de produção)

No caso do MST- Rio de Janeiro, as mulheres também estiveram presentes durante toda história do Movimento. Esta participação tem sido crescente nos diversos setores e na Direção estadual e nacional.

Na época que eu entrei já tinha umas mulheres que eram liderança, aqui em campo alegre. Tinha a Elisângela e a Suelen, que me levou para o Movimento. Suelen coordenava o coletivo de Jovens e a Elisângela era do setor de educação. Atualmente tem bastante presença de mulheres nos setores e também na direção do Movimento hoje. (Integrante I do Setor de Produção)

O projeto de reforma agrária popular defendido pelo MST busca estabelecer novas relações sociais pautada nos ideais do socialismo. Há o entendimento, no entanto, que a

igualdade entre homens e mulheres do Movimento não tenha sido alcançada em seu estado pleno, na atualidade, e é preciso avançar. As militantes concordam que o projeto de reforma agrária popular tem como objetivo uma sociedade mais justa e igualitária, buscando acabar com as diferentes formas de dominação existentes no sistema capitalista.

O projeto de reforma agrária que a gente pauta, já é um projeto de igualdade. Ainda que não se concretize nesse momento do jeito que queremos. Mas como foi imaginando, como que é projetado tem equilíbrio, tem suas particularidades entre ser homens e ser mulheres, mas que está pautando igualdade e justiça, não essa justiça burguesa. Eu teria algumas considerações, talvez. Agora conseguiríamos até desenhar melhor a participação das mulheres com mais elementos. (Integrante I do Setor de Produção)

Embora o Movimento tenha um projeto que vise construir relações igualitárias, o MST não está fora do mundo, de modo que os seus militantes ainda estão inseridos na lógica capitalista e são afetados pelas diferentes estruturas de dominação. Classe, raça, gênero e sexualidade ainda atravessam os corpos dessas mulheres e influenciam na forma que elas experimentam o espaço.

Ainda sobre a Reforma Agrária Popular as militantes destacam que o projeto busca incluir todas e todos na luta. Devido à multiplicidade de sujeitos que compõem o Movimento suas causas são somadas à luta pela terra.

Eu acho que se não tiver contemplado a parte dos sujeitos que faz parte do conjunto do Movimento, tanto da vida cotidiano, quanto das bandeiras de luta e projetos estratégicos, não poderíamos falar em uma reforma agrária popular. Seria uma reforma agrária clássica. (Integrante do setor Frente de Massa e da direção nacional do MST)

O coletivo LGBT do MST é um exemplo da organização dos sujeitos ativos na luta pela terra. O coletivo insere o debate da sexualidade na luta política no campo. Assim, somando na luta contra o patriarcado, homofobia e a transfobia. “Eu acho que a base da reforma agrária popular do MST tem que está contemplada a incorporação dos diversos sujeitos, as mulheres, os jovens, os LGBTQ e etc.” (Integrante do setor Frente de Massa e da direção nacional do MST).

As mulheres do MST ainda encontram dificuldades para articular com outros movimentos de mulheres existentes no Brasil. No entanto, elas reconhecem que as pautas desses movimentos se assemelham com as suas, no que diz respeito à luta por libertação das mulheres, por terra, território, moradia, políticas públicas entre outras lutas.

Nós podíamos nos fortalecer, já que estamos todo mundo no mesmo barco e no mesmo bonde, não tem porquê seguir separado, porque as pautas são as mesmas. Tem algumas especificidades, se você pensar a mulher do campo e a mulher da cidade. (Integrante I do Setor de Produção)

Externamente, as mulheres do MST exercem uma maior articulação com os movimentos que compõe a Via Campesina. Internamente, a articulação das mulheres está voltada para organização das ações do 8 de março, que, atualmente, constitui-se enquanto uma importante agenda de luta protagonizada pelas militantes.

Nos articulamos com os diversos movimentos que compõe a Via Campesina, se não todos. Grande parte desses movimentos têm articulações das mulheres. Internamente também existe um debate específico. Os diversos setores articulam-se na agenda de lutas do 8M (o oito de março), nas táticas, nas ações e em tudo que é necessário. (Integrante do Setor Frente de Massa e da Direção Nacional do MST)

A forma que as mulheres do MST se articulam com outros movimentos específicos se estabeleceu através das marchas e eventos em que as militantes são convidadas, mas não atuam na organização e consolidação das pautas dos eventos. Um movimento destacado pelas militantes nesse sentido é a Marcha Mundial das Mulheres.

O 8 de março é, atualmente, a atividade mais importante protagonizada pelas mulheres do MST. É o dia de atividades em que determinam as pautas de acordo com a atual conjuntura, trazem visibilidade para as problemáticas vivenciadas no campo e evidenciam os projetos de “des-envolvimento” para o espaço agrário do Brasil.

É uma das agendas mais forte. Eu não sei dizer desde quando o 8 de março é pautado. Mas ele é organizado por mulheres desde a coordenação até a execução. O 8 de março são as mulheres que puxam e as pautas em sua maioria estão dentro da atual conjuntura. (Integrante I do Setor de Produção)

Ainda sobre a agenda de luta do mês de março, é importante destacar, que as intervenções protagonizadas pelas militantes são pensadas e projetadas com base nas contradições de classe, que se consolidam através dos projetos do grande capital. A luta das mulheres camponesas se estabelece contra os pilares da dominação das mulheres, dos homens e da natureza. Marina descreve as estratégias utilizadas para definir as ações do 8 de março:

Internamente no Movimento nós buscamos sempre analisar as contradições da luta de classe, verificar quais são os principais projetos e disputas do Movimento. Os projetos a nível estadual, regional e nacional. A partir daí nós vamos definir o que vai ser o centro das ações. Depois vamos verificar o que dialoga com as pautas dos outros movimentos. A partir disso vamos definir o que chamamos de calendário de lutas, destacando quais são as ações prioritárias, quais são os alvos e as táticas que

serão utilizadas. (Integrante do Setor de Frente de Massa e da Direção Nacional do MST)

As ações do 8 de março fizeram com que as pautas das militantes se projetassem nas diferentes escalas. As ações ocorreram de forma simultânea e trouxeram visibilidade para problemas sociais que ocorriam em escala nacional, regional e estadual. As militantes tomam a decisão de onde ocorre as ações e em quais elas vão participar.

Uma das ações mais fortes, foi uma das primeiras, A ação na Aracruz celulose, 2006 talvez, foram atividades que a gente conseguia inclusive colocar na mídia. Porque se formos perceber as últimas elas são muito bloqueadas, tem pouca visibilidade e são muito deturpadas. (Integrante I do Setor de Produção)

As formas de manifestação das militantes são compostas por marchas, ocupações e atos. Essas manifestações acontecem no espaço rural. Entretanto, muitas manifestações ocorrem nas áreas urbanas, pois conseguem uma maior visibilidade para suas pautas e evidenciam as mazelas do agronegócio e do capital no campo.

As ações, as manifestações e atos das mulheres refletem o feminismo Camponês e Popular que elas construíram. Este movimento busca combater a dominação das mulheres e, também, combater o racismo e múltiplas formas de dominação dos seres e da natureza. Nesse sentido, há o entendimento da posição que as mulheres proletarizadas ocupam dentro do sistema capitalista e a busca por novas formas de inserir as camponesas nos espaços historicamente negados.

Federici (2017) afirma que a acumulação capitalista se estabelece também por meio do domínio dos corpos femininos. As mulheres Sem Terra por meio de sua luta histórica vêm criando alternativas a essa forma de exploração. Assim, a emancipação de suas terras, de seus corpos e de seus territórios caminham de forma conjunta. Acreditamos que a construção de um feminismo Camponês e Popular avança para uma unidade da luta das mulheres camponesas (quilombolas, indígenas, trabalhadoras rurais, catadoras de coco, entre outras).

Esta pesquisa compreende que através da interseccionalidade é possível estabelecer agendas de lutas entre os movimentos sociais que visem a emancipação social. Como postula Collins (2017), a perspectiva de liberdade de June Jordan possibilitaria a criação de uma rede de solidariedade dos diferentes movimentos sociais. Assim, seria possível criar saídas emancipatórias.

As mulheres do MST - Rio de Janeiro assumem o protagonismo nas tomadas de decisões que envolvem a questão de gênero. É possível afirmar que a participação feminina

nas ações do movimento é crescente e cada vez mais essas mulheres projetam suas vozes para dizer quais são as suas pautas. Os movimentos sociais têm sido fundamentais para essa projeção das mulheres na escala política.

Lutamos muito pela questão da igualdade, pelos direitos que nós mulheres conquistamos. Sempre fomos muito diminuídas e agora com o passar do tempo e com os movimentos sociais que essa questão passou a dar uma evoluída. Passamos a dizer o que queremos e o que precisamos. (Integrante II do Setor de Produção)

A agroecologia foi incorporada pelo Movimento nos assentamentos e acampamentos enquanto projeto político. Com o tempo, o MST percebeu que o pacote da revolução verde criava uma dependência dos agricultores com relação às sementes, ao uso de agrotóxicos, e do maquinário. Este pacote é controlado pelas grandes empresas transnacionais, que visam o acúmulo de capital nos países centrais.

As empresas que controlam o setor de produção agrícola buscam padronizar a produção através das monoculturas e de todo os insumos necessários para garantir a alta produtividade. No entanto, as mulheres do MST acreditam que através da agroecologia é possível produzir de maneira diversificada e fazendo a manutenção do meio ambiente.

A agroecologia contrapõe esse modelo de morte, que é envenenamento, que é esse conflito da terra, que a terra não cumpre o seu papel social, você coloca a terra para poder especular, para outra coisa que não seja uma produção de alimentos saudáveis. Então você ter esse recurso hídrico, das águas e das sementes, das florestas e o que as florestas podem dar de produção com a floresta em pé. Você não precisa botar a floresta abaixo. (Integrante I do Setor de Produção)

Ao longo de sua história, a luta pela terra foi se tornando mais complexa. Novas categorias foram incorporadas na luta. O Movimento compreende que a luta vai se tornando cada vez mais complexa e as diferentes formas de dominação precisam ser combatidas. A dominação e apropriação da natureza também são confrontadas pelo MST.

No contexto da revolução verde fomos perdendo nossas propriedades. Antes os agricultores guardavam as sementes para o ano seguinte. Mas com o pacote tecnológico estava tudo embutido, a compra da semente, do veneno, do maquinário. Mas quando colocamos como princípio defender as sementes, as águas, as propriedades do solo, as matas em um contexto de meio ambiente, passamos a compreender que fazemos parte da natureza, não precisamos competir, não é necessário colocar uma floresta abaixo, existe outras formas de produzir como a agroecologia e a agroflorestas. (Integrante I do Setor de Produção)

A agroecologia vai constituir-se como um enfrentamento ao modelo de agricultura imposto pelo grande capital. O projeto do agronegócio para o campo brasileiro tem como

objetivo uniformizar a produção, não demonstrando preocupação com o meio ambiente. A agroecologia, por outro lado, tem como base a diversidade da produção, leva em consideração as diferentes formas de existir e de produzir no campo. Essa alternativa deixa nítida a possibilidade de produzir de forma sustentável.

A agroecologia tem relação com todo o processo de luta e de disputa ao modelo hegemônico de agricultura. Têm relação com a terra, os bens de produção como um todo e com os bens da natureza. Se você não tem terra não tem como ter um projeto de uma produção. Essa coisa de dizer que agroecologia se faz vaso de planta é conversa para bois dormir. É necessário primeiro quando se discute a importância de ter uma produção agroecológica o acesso terra para as mulheres, os homens do campo. (Integrante do Setor Frente de Massa e da direção nacional)

A colonialidade não vai apenas dominar as mulheres e homens por meio da hierarquização social. A natureza aparece como mais um “outro” a ser colonizado. No sistema mundo moderno colonial de gênero muitas das práticas ecológicas desenvolvidas pelas sociedades foram destruídas, e assim, foi introduzido um conceito moderno de natureza.

A separação sociedade natureza permanece até hoje. As mulheres vão exercer um papel fundamental no desenvolvimento das práticas agroecológicas, pois são elas que tem melhor aceitação com esse modelo de produzir. Também compreendem melhor que sociedade e natureza fazem parte de um todo.

As mulheres se colocam muito mais fortes entendendo esse contexto geral da agroecologia, do que ter apenas uma visão econômica de que você poderia ganhar mais. Ganhar mais até que ponto? Já que você está desmatando e matando a natureza, e matando a natureza você vai se matar. Então nesse sentido as mulheres são muito mais conscientes nesse papel de comunhão com a natureza, do respeito a natureza. (Ruth, integrante do Setor de Produção)

A agricultura hegemônica desenvolvida no campo brasileiro vem se mostrando como um modelo insustentável. O desmatamento, as queimadas criminosas na Floresta Amazônica e no Pantanal evidenciam que este modelo de desenvolvimento para o campo vê na destruição desses ecossistemas a possibilidade de ampliar suas áreas de exploração e, assim, ampliar o acúmulo de capital.

Agora que coisa doentia essas queimadas, para quê e para quem elas servem? A gente está aqui de longe, imagina você está perto conhecendo o lugar e vê ele queimando. Imagina você vê com seus olhos por conta desse modelo capitalista que serve a uma meia dúzia, enquanto o restante da população vive na miséria. (Integrante I do Setor de Produção)

Assim, a implementação da agroecologia tem se colocado como uma forma de contrapor o modo de produzir do agronegócio. Os espaços de assentamento do MST criam novas relações e novas possibilidades de produção, onde as militantes podem produzir com a natureza sem que seja necessário destruir o meio ambiente.

A agroecologia atualmente está inserida no projeto do Movimento. No entanto, ainda existem limitações para desenvolver este modo de produzir nos assentamentos e acampamentos. As grandes corporações ainda controlam o fornecimento de sementes e insumos agrícolas.

Acho que em todos os projetos que estamos desenvolvendo a agroecologia está sendo pautada em todos os seus âmbitos. Quando pensamos quem vai coordenar, quais são as pessoas que vão acompanhar o trabalho, qual vai ser a forma de envolvimento dessa atuação, em todos os aspectos a agroecologia está sendo pautada. (Integrante I do Setor de Produção)

A agroecologia tem criado a possibilidade de aproximação entre trabalhadores do campo e da cidade. Os centros de comercialização Terra Crioula e os Armazéns do Campo trazem a produção dos assentamentos para os centros urbanos. Os consumidores destes espaços também passam a conhecer o projeto do Movimento e as etapas da produção.

A gente lida muito com a agroecologia. Temos nossas lojas como o Terra Crioula e o Armazém do Campo. Nesses espaços conseguimos nos reunir com pessoas da cidade, que não sabiam como é o Movimento, como fazemos o escoamento de produção para poder estar levando alimentos para as pessoas da cidade. (Integrante II do Setor de Produção)

As entrevistadas ressaltam a necessidade da conquista da terra para desenvolver a agroecologia. Lutar por outro modelo de produção é lutar por mudanças na estrutura fundiária. O movimento não busca apenas construir experiências agroecológicas nos seus assentamentos, e sim inseri-la como matriz de produção. Assim a soberania alimentar e a agroecologia são elementos centrais na luta por terra.

Os espaços de comercialização e feiras têm sido importantes para uma maior atuação das mulheres do MST- Rio de Janeiro. A produção de alimentos e objetos culturais chegam ao público consumidor através desses espaços. A renda gerada através da venda da produção gera renda e uma maior autonomia para as mulheres.

Tem as lojas, as feiras que essas mulheres podem estar escoando sua produção, assim como tem os projetos também da PNAE que são para os assentamentos. Então a mulher consegue ter autonomia, não depender de marido e está se

autossustentando, como aqui tem casal que plantam junto e conseguem escoar a produção juntos. (Integrante II do Setor de Produção)

Na divisão do trabalho no campo, as mulheres ainda são responsáveis pelos cuidados dos filhos, dos idosos e do lar. Enquanto isso, os homens estão, em sua maioria, nos espaços políticos e de produção. No entanto, é possível afirmar que a participação das mulheres do MST - Rio de Janeiro têm aumentado nos espaços de produção e nos espaços políticos geridos pelo movimento.

Mas se por exemplo a gente pega na direção estadual são 6 mulheres e 8 homens. Então é quase que paritário ali. Se a gente pegar o setor de produção, a executiva, tem o dobro de homens. O ideal é que seja meio a meio, é uma orientação inclusive do MST. Mas a participação é ainda um crescente, com momento de altos e baixos, pode se dizer assim, vai depender do momento histórico. (Integrante I do Setor de Produção)

As militantes reconhecem que a ampliação das mulheres nos diversos espaços foi uma das grandes transformações que o MST fez internamente. Embora as mulheres dos movimentos já tivessem uma participação ativa, por meio de sua luta elas vem mostrando que buscam uma mudança de posicionamento na estrutura social.

Depois em um processo das instancias de direção do Movimento, acho que o nosso congresso de 2000 define que cada núcleo de base do Movimento, deveria ser coordenado por um homem e uma mulher. Acho que esse processo resultou na ampliação da participação das mulheres na formação, produção capacitação, nas instancias de decisões. A partir dessa decisão que amplificou todo o processo de participação das mulheres no MST. (Integrante do Setor Frente de Massa e da Direção nacional)

As ações do Setor de Gênero têm sido fundamentais para a articulação das mulheres do Movimento e, também, pela inserção das mulheres nos espaços políticos. As ações do setor demonstram a preocupação com a construção de relações igualitárias.

Existe uma preocupação do movimento para que as mulheres recebam apoio para participar dos espaços de produção do MST. As militantes destacam a necessidade de desenvolver uma produção autônoma para as mulheres. Durante esta pesquisa, as mulheres enfatizaram que em todas as áreas de produção foi necessário criar redes de apoio para as camponesas, seja na produção de alimentos, de produtos artesanais, ou na produção acadêmica.

Uma das questões é o trabalho intelectual e produtivo que as mulheres coordenam. Aí é necessário incentivar as mulheres em todas as partes da produção, não é só a

produção de comida. Enfim qualquer setor que ela esteja envolvida, que ela tenha essa possibilidade de se desenvolver. (Integrante I do Setor de Produção)

A ciranda é outra ação que tem possibilitado a maior participação das mulheres do MST - Rio de Janeiro. As cirandas são espaços projetados para receber as crianças, sendo constituídas como lugares de formação voltada para o público infantil, e ocorrem nos eventos do Movimento, nas atividades de formação política, nas reuniões e feiras.

A formação das militantes tem apresentado resultados positivos, como a maior inserção das mulheres nas diversas instâncias do Movimento. O MST também tem atuado junto às universidades e outros movimentos sociais para oferecer cursos que tenham o objetivo de formar suas militantes e seus militantes.

Vou contar como foi a minha formação. Quando eu sai do coletivo de jovens, eu fiz um curso da FIOCRUZ com o Movimento que foi: “Agroecologia, cooperativismo, meio ambiente e saúde” Então foi um lugar onde eu estudei não só as técnicas, mas também a questão política da agroecologia. Logo depois eu fiz um curso da Rural onde aprendi técnicas e bastante coisa que pude levar para a minha vida, mas também para estar passando para essa geração que vêm agora. (Integrante II do Setor de produção)

A formação política e intelectual das militantes é importante para sua atuação nos diferentes espaços do Movimento. Outros espaços de formação são as reuniões de tomada de decisão dos assentamentos e acampamentos. Por meio dessas vivências, as sujeitas vão sendo preparadas para disputar ideias dentro e fora do MST.

Se você está participando de um espaço de discussão, por mais que no momento não saiba, vai criando um acúmulo, você está sendo forjada. Se você não pode ir, tem que ficar em casa fazendo comida e cuidando dos filhos, como você vai colocar essa mulher, que tem todo um potencial, mas não está sendo trabalhado para disputar as

As pautas de luta das mulheres do MST - Rio de Janeiro têm sido definidas nos eventos gerais do Movimento compostos por todos os militantes. Entretanto, as pautas são definidas em reuniões exclusivas para mulheres. O fato de o Setor de Gênero não estar sendo organizado no Rio de Janeiro é apontado como um dos motivos para que os fóruns específicos de mulheres não estejam ocorrendo no estado. No entanto, as campanhas e ações demandadas pelo Setor de Gênero são implementadas nos acampamentos, assentamentos e nos espaços que o Movimento atua na escala estadual.

As militantes afirmam que a formação e a ampliação da participação das mulheres atravessam todas as instâncias do MST. O Setor de Gênero e os demais setores atuam para inserir essas sujeitas nas lideranças, na produção, na formação e na base. Assim em todas as escalas do agir social as mulheres do MST estão presentes, do lar ao espaço político. Ambos os espaços são fundamentais para a manutenção da luta pela terra.

Existe um Setor de Gênero dentro do Movimento que nas suas instancias demanda cursos de formação e oficinas. Com todo seu trabalho no sentido de mobilizar as mulheres e incentivar para a formação, incentivar para a luta e para a participação. Existe também o debate de gênero que ocorre na transversalidade do MST nas instâncias de formação, em toda as instancias do Movimento existe o debate das questões das mulheres, tanto que hoje na direção nacional do MST nós também temos uma companheira que é responsável pelo Setor de Gênero que é responsável por garantir as responsabilidades e direitos iguais a todos. (Integrante do Setor Frente de Massa e da Direção Nacional)

Atualmente, existe a dificuldade de estabelecer uma rede de solidariedade entre as mulheres do Movimento. A falta de infraestrutura dos assentamentos e acampamentos tem interferido nas articulações entre os assentamentos localizados nas regiões do estado do Rio de Janeiro.

Os coletivos de mulheres são um importante elemento na articulação das militantes. Nos acampamentos e assentamentos onde elas têm se organizado por meio dos coletivos, é possível perceber uma maior participação na produção e projeção dessas mulheres nos espaços políticos. Também é possível verificar que essas mulheres estão mais organizadas em suas lutas específicas, ainda que os coletivos de mulheres não sejam uma realidade de todos os assentamentos do estado.

Posso tirar como exemplo o Coletivo Alaíde Reais, que as mulheres têm uma força. É coletivo mais forte seguido do coletivo do PDS Oswaldo de Oliveira (Igarassu-Macaé). E lá também as mulheres são atuantes, mas quando vamos pautar a questão da produção os homens ainda têm mais propriedade que as mulheres. (Integrante II do Setor de Produção)

No primeiro Encontro Nacional das Mulheres do MST, em março de 2020, criou-se a possibilidade de novas relações protagonizadas pelas mulheres do movimento. O evento representou um avanço, no que diz respeito à organização e articulação das mulheres do MST. Militantes de todos os estados brasileiros em que o MST está presente estavam reunidas na atividade.

Era um momento muito esperado porque todas as mulheres que foram tiveram essa sensação. Participamos dos encontros e dos congressos. Mas esse foi o primeiro encontro de mulheres do MST. Tinha 3500 mulheres. Foi bem forte você encontrar mulheres do sul ao Norte, mulheres que têm várias características diferentes, imagina esse país enorme. Mas todas têm um pensamento e um projeto de sociedade em comum. (Integrante I do setor de produção)

Em um país com dimensões continentais, como o Brasil, o Movimento conseguiu reunir mulheres de 24 estados. Nos estados onde o MST atua ocorrem diferentes estratégias de luta no campo. A relação do lugar com as comunidades é fundamental para compreender essas estratégias. O encontro, então, pretendeu somar as diferentes experiências de luta protagonizadas pelas mulheres no Brasil.

É um avanço para as mulheres do nosso meio político, está se reunindo. Porque esse foi realmente um encontro para a mulherada ir e poder falar, conhecer outras pessoas e as experiências de vida que essas mulheres têm. Então foi um momento bem importante para as mulheres do movimento (Integrante II do Setor de Produção)

O evento reforçou a compreensão de que a coletividade é fundamental para avançar na luta pela terra, que agora se estabelece em diferentes campos de poder. O primeiro encontro de mulheres do MST tornou possível uma troca de experiências entre as mulheres Sem Terra, que puderam compartilhar sua produção, e formas de organização nos diferentes espaços de atuação do MST.

Embora o movimento venha construindo ao longo de sua história a luta pela terra no Brasil, sabemos que o país possui regiões muito distintas e que a luta por reforma agrária vai se estabelecer de maneira diversa dependendo do lugar, região ou estado. O Primeiro Encontro Nacional de Mulheres do MST, por meio de suas ações, possibilitou criar, ainda assim, uma unidade entre as mulheres Sem Terras.

Fizemos uma ação no ministério da agricultura (da Teresa Cristina, ministra da agricultura) isso dá um ligamento maior, está todo mundo junto cria uma unicidade. Você está em um coletivo muito grande, você vê a produção, a organização, o que elas falam, o que você eventualmente pode contribuir com o processo, dependendo de onde você se posicione. Foi um marco gigantesco. Não foi pouca coisa não. (Integrante II do Setor de Produção)

O encontro também conseguiu reunir duas gerações de mulheres. Uma geração composta por mulheres que estão presentes na luta pela terra desde o início do Movimento e que, atualmente são atuantes na organicidade do Movimento. Outra geração composta por mulheres jovens, mas que estão dispostas a transformar as relações no campo, disputando um outro projeto de sociedade.

Foi sobretudo um encontro místico, por poder encontrar mulheres que estão hoje em dia nas instancias do Movimento, atuando nos assentamentos, acampamentos, cooperativas, escolas e nos espaços de formação. Mais também encontrar com mulheres históricas que tiveram e tem muita importância de garantir essa estrutura produtiva e organizativa do MST. É importante encontrar com essas mulheres históricas que tem 25, 30 anos de MST e que estão nas diversas instancias do movimento. Mais também encontrar uma serie de mulheres jovens com a mesma garra, a mesma inteligência e com o mesmo empenho no sentido de construir e defender o Movimento e também de construir às políticas, as bandeiras do movimento, a parte organizativa e de formação do Movimento (Integrante do Setor Frente de Massa e da Direção Nacional do MST)

Para as militantes a realização do evento foi uma conquista, pois conseguiram organizar e executar o evento, mesmo em meio de um governo autoritário, além de reunir mulheres que atuam nos diferentes espaços do MST. O encontro mostra as formas de organização e manifestação das lutas das camponesas. Podemos afirmar que as ações dessas sujeitas exercem uma relação de contrapoder, que busca criar novas relações por meio de suas espacialidades.

Acho que foi muito importante a realização do encontro nacional onde todos os estados estavam representados sem um momento como esse, em um governo neofacista. As mulheres poderem sair dos seus territórios e estarem se reunindo nesse encontro nacional e demarcar com luta concreta. As mulheres ocuparam o ministério da agricultura, é muito forte nesse momento, demonstrar essas organizações, essas organicidades e essa resiliência frente a esse governo que estamos vivendo. As mulheres se encontraram em Brasília, nesse encontro nacional, porque ainda há esperança em um mundo e um país melhor. (Integrante do Setor Frente de Massa e da Direção Nacional do MST)

O evento deliberou uma série de ações das mulheres do MST que visava a articulação e organização. A pandemia aparece como uma barreira para a realização dessas ações e organização, pois, ao ser decretada a quarentena, inicialmente, as militantes ficaram reclusas nos assentamentos.

Quando nós fomos para o encontro nacional não esperávamos que a pandemia chegasse dessa forma. Na verdade, com esse governo deveríamos ter esperado. Como a gente sabe os métodos e formas de prevenção, se o governo tivesse fechado tudo por 2 meses fechados não estaríamos nessa situação há 6 meses. (Integrante I do Setor de Produção)

Ocorreu um encontro virtual organizado pelas mulheres do MST - Rio de Janeiro, com a finalidade de fortalecer e organizar a luta das mulheres durante a pandemia. A falta de infraestrutura dos assentamentos acabou fazendo com que muitas militantes não conseguissem participar dos encontros virtuais. Muitas mulheres não possuem acesso à

internet. Outro problema apontado pelas militantes é o deslocamento dentro dos assentamentos.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que atingiu o mundo inteiro. No mês de março foi decretada a quarentena na maioria dos estados brasileiros. No Brasil, milhares de brasileiros infectados vieram a óbito e o Governo Bolsonaro deixou claro que não possuía a menor pretensão de combater a pandemia de forma eficaz e séria.

Devido à pandemia, o Setor de Gênero deu início à campanha “*Mulheres Sem Terra Contra o Vírus e as Violências*”. A campanha buscou combater a violência doméstica e proporcionar apoio psicológico durante o período de pandemia. A maioria das pessoas estavam em isolamento em casa, e isso enfatiza problemas, como a violência doméstica e a sobrecarga de trabalho.

Nessa campanha do Setor de Gênero “*Mulheres Sem Terra Contra os Vírus e as Violências*” que está pautada desde abril. A pandemia foi decretada em março, mas já em abril essa campanha já está pautada. Ela se baseia no fato das mulheres, homens e todas as pessoas voltarem para sua casa, permanecendo nelas, e isso pode ser adoecedor, essa outra rotina, com os homens mais violentos em casa de modo geral. (Integrante I do Setor de Produção)

A questão da violência sexista sempre esteve nas reivindicações das mulheres camponesas. Devido ao agravamento dessa violência durante esse período o Setor de Gênero tornou evidente por meio da campanha, a necessidade de criar espaços seguros para as mulheres.

Todas as campanhas e ações que o MST realizou as mulheres tiveram um protagonismo. Talvez uma coisa mais específica que as mulheres fizeram nesse período foi a campanha contra a violência, tanto internamente no Movimento, quanto em parceria com outros movimentos e com outras instancias da sociedade. (Integrante do Setor de Frente de Massa e da Direção Nacional)

A campanha estruturou-se em três eixos: violências, cuidado e autocuidado e resistência ativa. O primeiro eixo buscou abordar a questão da violência, apontando quem são os mais vulneráveis. Por meio da campanha, as mulheres evidenciaram que não ficarão caladas, e que a violência de gênero tem que ser combatida e denunciada.

O segundo eixo abordou a questão da sobrecarga de trabalho executado pelas mulheres. Buscou, assim, debater e combater estes processos que se intensificaram com a pandemia. Na divisão sexual do trabalho, no campo, as mulheres assumem uma dupla jornada: 1) o trabalho na roça; e 2) o trabalho doméstico, que inclui os cuidados com os filhos

e com os idosos. Com a pandemia e o decreto de quarentena, as mulheres camponesas receberam mais uma carga de trabalho, pois todos da família permaneceram em casa. Durante esse período, as mulheres relataram que passaram a cuidar de mais alguém da família.

A suspensão das aulas presenciais também fez com que as mulheres assumissem o compromisso de ensinar os filhos e auxiliar nas atividades pedagógicas. Toda essa sobrecarga de trabalho que as mulheres do campo têm assumido afetam a saúde física e mental. Por esses motivos, a Campanha do MST vem tentando criar relações saudáveis.

O terceiro eixo apresentou o tema da militância ativa, que visou buscar saídas para a crise sanitária e não retroceder em direitos durante o atual governo. As marmitas solidárias e cestas com alimentos agroecológicos foram ações protagonizada por mulheres durante a pandemia

A campanha evidencia que a produção de alimentos saudáveis só é possível em ambientes saudáveis. Assim, todos os espaços de produção deveriam ser lugares seguros, onde as mulheres consigam expor sua opinião e serem respeitadas. Assim, a igualdade de gênero é uma das bases de uma produção sustentável. Nesse sentido, a produção do MST carrega um cunho político e de embate ao capitalismo.

A campanha mostra que mesmo em tempos difíceis é necessário criar mecanismos de proteção para as mulheres. São imprescindíveis as redes de apoio entre elas, que visem combater as violências e que não permitam um retrocesso com relação aos espaços conquistados, seja na produção, na roça ou nos espaços políticos e de tomada de decisão do MST.

Ainda que com todas essas limitações, que a pandemia nos atravessa tem algumas possibilidades reais de cooperação e de solidariedade com as mulheres. Aí entra em cooperação com relação a tudo, se estão conseguindo se manter sã, saudável psicologicamente, tem se alimentado bem. Ainda que não pode ter essa reunião como era antes, onde todo mundo se abraça, mas se você pode passar na porta da vizinha pra ver como que está, isso também é um cuidado. (Integrante I do Setor de Produção)

A campanha busca criar novas relações sociais pautadas na igualdade entre mulheres e homens. Essas novas relações se contrapõem à realidade alarmante da violência doméstica. A iniciativa também busca inserir o debate da divisão sexual do trabalho, enfatizando a sobrecarga de trabalho que as mulheres têm assumido.

O Setor de Gênero tem criado mecanismos para produzir novas relações e novas formas de produzir alimentos. O objetivo é combater a agricultura hegemônica e as estruturas de dominação existentes por trás do modelo capitalista de produzir no campo.

A campanha torna evidente que não existe a possibilidade de produzir alimentos saudáveis em relações elar doentios. Isso tudo tem relação com a agroecologia também. Essas são as relações que nós queremos construir, é um contexto bem mais amplo, porque não é apenas o debate do orgânico e dos alimentos sem veneno. A campanha torna evidente um sentido mais amplo para a produção. (Integrante I do Setor de Produção)

No momento em que o Brasil foi atingido pela pandemia, a taxa de desemprego chegou a 12%. Com a pandemia e o isolamento social forçado, essa realidade foi agravada. Diante disso, a agricultura familiar buscou combater a fome, levando produtos agroecológicos para os trabalhadores da cidade. Assim, houve um reforço de laços entre o proletariado do campo e da cidade.

Por meio das ações de solidariedade o MST reforçou a importância da produção de alimentos agroecológicos. Foram distribuídas marmitas solidárias nos centros urbanos e em áreas carentes em todos os estados que o Movimento está presente. Muitas mulheres do Movimento exerceram protagonismo nessas ações de solidariedade.

A campanha de doações de alimentos em todos os estados, que foi realizada as mulheres estiveram presentes, desde a colheita até organização dos produtos e entregas. Também teve a entrega das marmitas solidárias, que ocorreram nos centros, principalmente onde o MST tem o Armazém do Campo organizado. Nesse sentido todo o processo organizativo de fazer as marmitas, de acompanhar e distribuir tiveram em todos os espaços o protagonismo muito forte das mulheres. (Integrante do Setor Frente de Massa e da Direção Nacional)

Essas tarefas ocorreram de forma articuladas com outros movimentos sociais, nos espaços urbanos e rurais pelo Brasil inteiro. No estado do Rio de Janeiro, foi feita a distribuição de marmitas solidárias no centro da cidade e alimentos agroecológicos dos assentamentos.

As ações, que são realizadas em conjunto com a Campanha Periferia Viva, constituída pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Levante da Juventude, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), e a iniciativa Vamos Precisar de Todo Mundo, composta pelas Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. As ações vão desde doações de legumes, verduras, frutas e hortaliças, passando por marmitas com refeições prontas, equipamentos de proteção individual, produtos de higiene e livros. (MST, 2020)

As militantes destacam a necessidade de criar ações de combate à fome. Por meio das ações de solidariedade, o Movimento traz visibilidade para o projeto de reforma agrária popular. Essas ações desmascaram o discurso do agronegócio, que possui uma produção

voltada para o mercado externo, resultando nas altas dos preços dos alimentos durante a pandemia. O movimento investiu em ações que mostrassem que a sua produção é voltada para abastecer a população brasileira.

As ações de solidariedade colocam as áreas conquistadas à serviço da população, tanto na doação de alimentos saudáveis, tanto na confecção das marmitas solidárias. muitos assentamentos produzindo sabão, nós temos a experiência na produção de álcool 70 lá no Sul. Nesses momentos que a humanidade está vivendo é um momento de resistência, solidariedade e muitas descobertas. (Integrante do Setor de Produção e da Direção Nacional)

Outra importante ação do MST - Rio de Janeiro foi a realização da 12ª Feira Estadual Cícero Guedes. O evento ocorreu através das entregas de cestas, compostas por alimentos agroecológicos e orgânicos produzidos nos assentamentos do Movimento.

Essas ações de solidariedade apontam que a soberania alimentar e a agroecologia são fundamentais para combater a fome. Assim, torna-se possível levar alimentos para as populações mais vulneráveis.

A soberania alimentar vem sendo apontada como uma importante pauta para as mulheres camponesas, pois há uma centralidade na defesa da produção de alimentos para a população. Essa perspectiva se contrapõe ao modelo do agronegócio, que busca a produção de *commodities*, visando a produção de monoculturas para a exportação.

A soberania alimentar trata-se de um conjunto de políticas públicas, que buscam produzir alimentos necessários para nutrir a população de uma nação. O MST afirma que independente da condição natural do lugar é possível produzir alimentos para a população local, com base na agroecologia. Assim, o Estado brasileiro deve exercer o papel de investir em políticas que garantam a produção de alimentos.

Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessita em seu próprio território. (STEDILE e CARVALHO, 2012, p. 718)

Assim a soberania alimentar torna-se necessária para garantir alimentação saudável e evitar problemas severos relacionados à insegurança alimentar. Ao pensar que o Brasil voltou

a aparecer no mapa da fome, as medidas em prol da soberania alimentar tornam-se cada vez mais necessárias, já que fome se agudiza como um problema social latente no país.

Os conceitos de soberania alimentar e de segurança alimentar têm sido defendidos nas últimas duas décadas como medidas públicas necessárias para combater os problemas mais trágicos da humanidade: a fome, a desnutrição e a alimentação aquém das necessidades básicas para a sobrevivência digna. (STEDILE e CARVALHO, 2012, p. 717)

Além das ações de solidariedade, o Movimento buscou trazer informação de qualidade para a população brasileira. Foi criado o programa “Quarentena Sem Terra” que trouxe especialistas que abordaram assuntos relevantes sobre a pandemia. Os programas *Café com MST* e *Análise da Conjuntura*, também trouxeram temas importantes no período de pandemia.

Têm sido discutidos temas relevantes, como a conjuntura política, pandemia, reforma agrária, direitos sociais, saúde, produção de alimentos, agroecologia, solidariedade, luta camponesa, gênero, resistência negra e LGBTQI+, meio ambiente, juventude, cultura, crianças sem terrinha, etc. (BARROS, 2020, p. 3)

A temática de gênero aparece em algumas edições do programa. Por exemplo, nas edições do programa “Análise da Conjuntura” realizadas no ano de 2020 foi abordado o debate de gênero três vezes. Nas demais edições dezesseis foram protagonizadas por mulheres, mas estas edições não abordavam a temática de gênero. Com base na realização desses eventos, é possível afirmar que as mulheres têm sido atuantes nos espaços de informação, formação e cultura.

Ainda sobre a pandemia, o Movimento realizou grupos de estudos com o intuito de formação da classe trabalhadora, organizados no site “Formação em Tempos de Corona”. Um dos cursos debatia a questão de classe, gênero e raça. O curso Feminismo, Antirracismo e Luta de Classes trouxe elementos para pensar as diferentes formas de dominação existentes no sistema capitalista.

No curso foram realizados oito encontros com a seguintes temáticas: 1) *Pensamento Marxista, Feminismo e Patriarcado*; 2) *A Mulher na História do Movimento Socialista no Brasil*; 3) *A relação entre a acumulação primitiva de capital e a violência contra as mulheres*; 4) *Violência contra as Mulheres e Violência doméstica*; 5) *Patriarcado e Racismo no Brasil*; 6) *Lutas e organização das mulheres negras*; 7) *Resgate histórico do feminismo camponês e popular na Via campesina, feminismo comunitário, bem viver, debate da CLOC e via campesina*; e 8) *Debate estratégico e desafios do feminismo camponês e popular no Brasil*.

A crise estrutural do capitalismo e como as trabalhadoras e trabalhadores são atingidos por ela é um debate central. O curso faz um recorte de gênero trazendo elementos para pensar as violências vivenciadas pelas mulheres por parte do Estado e dos homens, dentro da lógica patriarcal. Também buscou compreender a dominação do capitalismo a partir de uma perspectiva racial. Debatendo as contribuições das mulheres negras na luta contra o racismo e o patriarcado.

O curso apresentou uma análise interseccional da dominação capitalista. Onde raça, classe, gênero e sexualidade aparecem como pilares essenciais para a manutenção desse sistema. As mulheres do MST reafirmam a importância de fortalecer suas lutas por meio do Feminismo Camponês e Popular. Onde buscam combater o patriarcado e as múltiplas formas de dominação, como o racismo e a lgbtfobia. Esse movimento parte da perspectiva da mulher camponesa, que busca resistir à colonialidade que permeia as relações sociais até a atualidade.

Essas mulheres defendem os direitos dos povos da floresta e do campo. Elas acreditam que a luta por emancipação das mulheres caminha de forma conjunta da emancipação de suas terras. Desse modo, lutam pelo fim da propriedade privada e buscam construir resistências ao imperialismo, ao extrativismo, ao agronegócio e a todas as formas de dominação da natureza.

O Feminismo Camponês e Popular se difere do movimento feminista hegemônico à medida que se baseia na realidade das mulheres trabalhadoras do campo. As mulheres camponesas sempre estiveram nos espaços públicos. A categoria de classe se torna fundamental para compreender a posição que essas mulheres ocupam na estrutura social. O movimento que elas vêm construindo amplia a luta pela terra, construindo uma frente popular com a finalidade de construir uma sociedade justa e livre.

As mulheres do MST fundam uma nova gramática na luta pela terra. Na medida que inserem as categorias de gênero e raça, essas sujeitas, por meio de um feminismo Camponês e Popular, buscam uma mudança de posição na estrutura social. As agendas de luta das militantes e formas de manifestação tornam evidentes as ações protagonizadas por mulheres, que fazem enfrentamento ao agronegócio e também trazem visibilidade para a dominação das mulheres dentro do sistema patriarcal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais têm assumido um papel importante na transformação da sociedade brasileira. Estes evidenciam as desigualdades sociais que se estruturam através das categorias de raça, classe, gênero, sexualidade.

Com relação aos estudos dos movimentos sociais, inicialmente as Ciências Sociais se encarregaram de investigá-los. Posteriormente, a Geografia se aproxima dessa temática, compreendendo as contribuições dos movimentos sociais na produção de novas relações sociais. Os geógrafos afirmam que as experiências espaciais vivenciadas pelo movimento ocorrem no espaço geográfico. Assim, tornou-se essencial a leitura do espaço para compreender as ações do movimento.

As geografias feministas contribuíram para fazer uma leitura das relações sociais com base no conceito de gênero. Tal levantamento bibliográfico tornou possível analisar as ações protagonizadas pelas mulheres do MST, que evidenciam a luta das mulheres por terra e também por novas relações. Esse grupo de mulheres, nosso objeto de estudo, constrói práticas que combatem a dominação das mulheres, dos negros, dos trabalhadores e da natureza.

Nas múltiplas escalas do agir político construído pelas mulheres do MST, elas vêm ressignificando as funções de cada espaço, transformando os espaços privados em espaços políticos. A partir corpo-território, elas constroem uma leitura escalar produzida pelas mulheres. As mulheres do Movimento vão agir na escala corpórea, na escala do lar, na escala da roça, na escala política institucional, local, nacional e internacional. É preciso atentar para a potencialidade de cada escala.

A dimensão da luta das mulheres do MST tem se estabelecido através da escala corpórea. No corpo as relações de poder se estabelecem e, também nele, são criadas formas de resistências. A luta por emancipação desempenhada pelas mulheres evidencia que a dominação com base no gênero se estabelece através do corpo. As mulheres do Movimento lutam pela emancipação de suas terras, seus corpos e seus territórios.

Lutar pela terra no Brasil é lutar por espaços que constroem resistências à lógica imperialista e capitalista. Pensar corpo-terra-território possibilita construir novas estratégias de luta protagonizada por mulheres. Com base na construção de novas relações sociais que buscam acabar com subordinação e violência sexista.

O MST atualmente está consolidado enquanto um importante agente na luta pela reforma agrária no Brasil. O movimento pauta a sua luta com base nas desigualdades entre as

classes sociais, mas, ao longo da sua história, o Movimento foi incorporando novas categorias na análise das opressões. Assim, gênero, raça, sexualidade passaram a ser combatidos ao se buscar construir novas relações que combatam as desigualdades de maneira interseccional.

A leitura da trajetória das mulheres do MST evidencia as estratégias de luta desenvolvidas por elas. Desse modo, podemos verificar a construção de contribuições de novas estratégias de luta protagonizadas por mulheres nos movimentos sociais.

O Movimento tem lutado por um projeto de sociedade. A reforma agrária popular tem pautado novas relações sociais onde todos, sujeitos e sujeitas, estão incluídos. As entrevistadas concordam que o projeto do MST também visa combater a desigualdade de gênero.

Desde a consolidação do Movimento, as militantes buscavam igualdade entre homens e mulheres. Elas reivindicavam mais espaços de atuação e melhor inserção das militantes nos setores, nas lideranças, na direção, nos espaços de produção, na comercialização. Assim em todas as áreas de atuação do Movimento é incentivada a atuação das mulheres.

A consolidação do Setor de Gênero foi resultado da luta das militantes. O Setor também demonstra que o Movimento compreende que é necessário combater as desigualdades com base no gênero. O setor demandou uma série de ações, que visam combater as desigualdades de gênero em todos os espaços de atuação do Movimento. Embora o Setor de Gênero não esteja organizado no estado do Rio de Janeiro, as militantes têm se organizado para debater medidas que visam uma maior inserção das mulheres nos espaços políticos do MST.

A atuação das mulheres do MST- Rio de Janeiro tem sido uma crescente nos espaços do Movimento. A consolidação dos coletivos de mulheres tem sido fundamental para a articulação entre as mulheres nos assentamentos e acampamentos. Em todas as falas as entrevistadas reforçaram a necessidade de articulação das mulheres do Movimento, destacando a importância das lutas delas por direitos.

Com relação à inserção do debate de gênero, as mulheres do MST – Rio de Janeiro se afirmam como integrantes de um feminismo camponês e popular, que busca combater as desigualdades de gênero, classe e raça construindo ações contra o capital. Assim, essas mulheres não vinculam a sua luta a um feminismo que visa combater as desigualdades de gênero sem problematizar as outras formas de dominação existente dentro do sistema capitalista.

A inserção do debate de gênero através de cursos e espaços de formação tem sido importante. O grupo de estudos “Feminismo, antirracismo e luta de classe”, que ocorreu

durante a pandemia, mostra que o Movimento investe na formação de suas militantes. Esse debate tem sido fundamental no combate à subordinação que o sistema capitalista e a sociedade patriarcal vêm estabelecendo sobre as mulheres camponesas.

O movimento feminista contribui para afirmação das lutas das mulheres camponesas, tendo em vista que este movimento busca analisar a dominação de através da interseccionalidade, onde todas as dimensões da dominação e subordinação são combatidas. Lugones (2014), afirma que as mulheres são as principais vítimas da colonialidade, por isso se torna fundamental pensar as formas de resistência desenvolvidas por mulheres dentro do sistema mundo moderno colonial de gênero.

A jornada de março, protagonizadas por mulheres, que incluiu a ação no viveiro de mudas da Aracruz Celulose, demonstra as ações combativas que vem desenvolvendo ao longo da história do MST. O oito de março, dia Internacional da Mulher, passou a ser marcado pelas ações das trabalhadoras do campo, que trouxeram visibilidade para as relações nocivas que o agronegócio vem estabelecendo no campo brasileiro.

O Primeiro Encontro de Mulheres do MST, realizado em março de 2020, realizou um marco na vida das militantes, pois possibilitou uma maior integração entre mulheres do Movimento. O evento reuniu as Sem Terras dos 24 estados onde o Movimento está presente, em ações que visavam trazer visibilidade para a luta pela terra protagonizada por elas.

Acreditamos que o Encontro resultou em uma maior articulação entre mulheres do MST - Rio de Janeiro, uma vez que o evento demandou ações que visavam a auto-organização de mulheres, através de encontros periódicos, onde seria consolidado suas pautas específicas. O evento representou um avanço para as militantes, pois fortaleceu a luta de mulheres e consolidou redes de solidariedade entre elas.

A consolidação da campanha “Mulheres Sem Terra, Contra os Vírus e as Violências” buscou combater a violência sexista durante o período de pandemia. Através da campanha o Movimento buscou construir relações sadias, para que essas mulheres possam permanecer saudáveis mesmo reclusas. A campanha também incentivou uma articulação entre as militantes que, deveriam agir em solidariedade entre elas.

A campanha também foi uma oportunidade para evidenciar a necessidade de criar relações saudáveis em que elas possam produzir alimento saudáveis, ampliando o debate sobre os alimentos agroecológicos. O consumo político é algo latente na atualidade, pois alimentos produzidos em um contexto das lutas sociais aproximam consumidores do Movimento.

A hipótese inicial de que as mulheres do MST — Rio de Janeiro protagonizam ações contra o agronegócio foi confirmada. As militantes reafirmam a necessidade de estabelecer o enfrentamento ao patriarcado e ao representante do capitalismo no campo. Assim, por meio de suas grafagens espaciais criam formas de resistência e existência.

As marchas, ocupações e encontros são práticas espaciais de resistência e existência protagonizada pelas mulheres, contra os projetos do agronegócio e o patriarcado. Esses territórios de luta são locais onde essas militantes denunciam as violências que vivenciam no campo brasileiro

Alguns desafios se colocam para as militantes no estado do Rio de Janeiro. O primeiro deles é estabelecer a articulação entre as mulheres das regiões do estado. A falta de infraestrutura nos assentamentos é outro desafio a ser superado, já que este depende das políticas públicas para as áreas de assentamento.

A organização do Setor de Gênero a nível estadual é outro desafio. Através do Setor, foram criadas formas de incentivar a organização e articulação entre as mulheres do MST. Segundo as entrevistadas, as cirandas têm sido fundamentais para a inserção das mulheres nos espaços políticos do Movimento.

Portanto, as mulheres estão presentes nos diversos espaços geridos pelo Movimento. Essas sujeitas buscam uma maior articulação das mulheres, visando consolidar uma agenda de luta onde protagonizam ações, que trazem visibilidade para as desigualdades geridas pelo sistema capitalista. A luta das mulheres Sem Terra evidencia que é necessário lutar pela emancipação da terra, dos corpos femininos e do território. Somente assim será possível criar novas relações sociais pautadas na igualdade, agindo contra as desigualdades de gênero, classe e raça.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M.G. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”*: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, Ed. UNESCO, 2000.
- ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M. (Org). *Um convite à utopia* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016.
- ALENTEJANO, P. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON; RUA; RIBEIRO. (Orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- ALENTEJANO, P. R. R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. 2003. 314f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA). Universidade Rural do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- BEAUVOIR, S. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BRUMER, A; ANJOS, G, Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana & BUTTO, Andrea. (Orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.
- COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. *A questão da mulher e o MST*. São Paulo: MST, 1996.
- COLLINS, P. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Renata Moreno (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Ed. Sempre Viva Feminista, 2015.
- COSTA, M. G. *Agroecologia, (Eco) Feminismos E "Bem-Viver"*: Emergências Descoloniais No Movimento Ambientalista Brasileiro. Florianópolis, 2017.
- ELGEMAM, S. L. *Elementos sobre as relações de gênero e o MST*. Jataí, 2012.
- ESMERALDO, G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.) *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.
- ESMERALDO, G. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em Mulheres Assentadas. In: LOPES, Adriana & BUTTO, Andrea. (Orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: ed. Elefante, 2017.

FEDERICI, S. *Mulheres e caças às bruxas*. São Paulo: ed. Boitempo, 2019.

FERNANDES, B. *A formação do MST no Brasil*. 2.ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

FRANCO, M. *A divisão sexual-territorial da vida em um assentamento rural*. Ed. Pegada (UNESP), v. 07, p. 89-100, 2006.

FRANCO, M. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. 2004, 227f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

FRANCO, M; THOMAZ JR. *Uma leitura de gênero do território da Luta pela Terra do MST na era do fim do emprego*. Abalar (Santiago de Compostela), Santiago de Compostela, Espanha, v. Ano I, n. 0, p. 79-100, 2003.

FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.) *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

GONZALES, E. N. & BASTOS, M, I. *O trabalho volante na agricultura brasileira: capital e trabalho no campo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.

GONÇALVES, R. *Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

GRANDI, M. *A construção escalar da ação no Movimento dos sem-teto*. 2014. 345 f. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

GRANDI, M. *Problematizações contemporâneas sobre a escalaridade*. *Revista GEOgraphia*. vol. 23, n. 50, 2021.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

HAESBAERT, R. *Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): Contribuições decoloniais*, Niterói, Universidade Federal Fluminense vol: 22, n.48, 2020

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tadeu, Tomaz; Haraway, Donna; Kunzru, Hari; *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33-118.

LEITE S. P; MEDEIROS L. S. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LOUREIRO, I. A menos eurocêntrica de todos. In: SCHÜTRUMPF, Jorn (Org.) *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. São Paulo: ed. Expressão Popular, coedição Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LUGONES, M. *Colonialidad y género*. In: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz (Orgs). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Ed. Editorial Universidad del Cauca. 2014.

MARCHESE. G. *Subvertir la geopolítica de la violencia sexual: una propuesta de (contra) mapeo de nuestros cuerpos-territorio* In: *Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación latino americana de teorías, metodologías y prácticas políticas*, p. 277- 299, 2020.

MARCHESE. G. *Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia*. *Revista de ciencias sociales y humanidades*. Universidad Autónoma de Chiapas. núm. 13, p. 9-41, 2019.

MARTINS, H. H. T. S. *Metodologia Qualitativa de Pesquisa*. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petropolis: Ed.Vozes, 1999.

MASSEY, D. *Pelo espaço uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Ed. Betrand Brasil, 2008.

MASSON. D. *Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres*. *Caderno Crh*, Salvador, v. 19, n. 48, p. 445-459, Set./Dez. 2006.

MELUCCI, A. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Ed. Lua Nova, n.17, junho de 1989.

MONTEIRO D. *Agroecossistemas*. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MORAES, A. C.; COSTA, W. M. *O ponto de partida: o método*. In: *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, A. C.; COSTA, W. M. *Geografia pequena história crítica*. São Paulo: Anablume, 2003.

MST; Oscilação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *O Setor de Gênero do MST*. Publicado em: março de 2010. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph8247.html>. Acesso em: novembro de 2019.

OSLENDER, U. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una ‘espacialidad de resistencia’. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 115, 1 de junho de 2002.

PAVAN, D. *As Marias Sem-Terra – Trajetórias e Experiências de Vida de Mulheres Assentadas em Promissão-SP-1985/1996*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado em História Social, 1998.

PERIOTO D. M; TONÁ G. N. *AGROECOLOGIA* In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina*. In: SEOANE, J. *Movimentos sociales y conflicto en América Latina*. Bueno Aires: CLACSO, 2004.

Pulga V. L. *Contribuições do Movimento de Mulheres Camponesas para a formação em saúde*. *Trab. Educ. Saúde* [online], V.11. 2013.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

RATTS, A.; COSTA, Benhur Pinós da ; SILVA, Joseli Maria ; ORNAT, Marcio ; SILVA, Maria das Graças Silva ; VELEDA DA SILVA, Susana . *Geografia E Diversidade: Gênero, Sexualidades, Etnicidades E Racialidades*. *Revista da ANPEGE*, v. 12, p. 223-238, 2016.

SAFFIOTI, H. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 2ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2004.

SAFFIOTI, H. *Gênero, Patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Ed Edusp, 2008.

SANTOS, R. *Movimentos sociais e Geografia: sobre as espacialidades da ação social*. Rio de Janeiro: Ed Consequência, 2011.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, Vol.6, N° 2, jul/dez 1990.

SEGATO, R. *Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres*. In: Yuderky Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz (Orgs.) *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas decoloniales en Abya Yala*. Ed. Editorial Universidad del Cauca. 2014.

SHIVA, V. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Ed. Gama, 2002.

SILVA, B. *A Marcha das Margaridas, resistências e pertinências*, Tese de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

SILVA J. M. *Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica*. *Revista Espaço E Cultura*, UERJ, RJ, n. 27, p. 39-55, Jan./Jun., 2010.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. *Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes*. *Journal of Latin American Geography*, v. 19, p. 163-171, 2020.

SILVA, J.M.; ORNAT, M. O corpo como escala espacial. *Revista Desassossegos*, v. 4, p. 11-16, 2020.

SILVA, J.M.; ORNAT, M.; CHIMIN Junior Alides Baptista. O Legado De Henri Lefebvre Para A Constituição De Uma Geografia Corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, p. 63-77, 2019.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. *Rumo à uma Geografia Feminista Decolonial?: entrevista com Sofia Zaragocin - Equador*. *Revista latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 9, p. 195-204, 2018.

SILVA, J. M.; CESAR, T. ; PINTO, V. *Gênero e Geografia Brasileira: Uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber*. *Revista da ANPEGE*, v. 11, p.185-200, 2015.

SILVA, J. M.; Ornat, M.; CHIMIN. B. C. *Geografias Feministas e das sexualidades: encontros e diferenças*. Ponta Grossa: Ed. Toda Palavra, 2016.

SILVA, J. M. *Geografias Subversivas: discursos sobre o espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa: Ed. Toda Palavra, 2015.

SILVA. J. M; Ornat, M. *Geografias Malditas*. Ponta Grossa: Ed. Toda Palavra, 2013.

STÉDILE, J. P, FERNANDES, B.M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1995.

TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. & MARTINS, J. S. (Orgs.) *Sociologia e Sociedade* (Leituras de introdução à Sociologia). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

## ANEXO - Roteiro para entrevista semiestruturada

### ANEXO 01 – Roteiro para entrevista semiestruturada

- 1- Qual ano você passou a integrar o MST? Qual era o contexto social e político?
- 2- Você tem percebido uma maior presença das mulheres na frente da luta do MST?
- 3- Existe um posicionamento das mulheres do MST acerca do atual governo ou de governos anteriores? Qual é a sua opinião?
- 4- As mulheres do movimento se organizam em fóruns específicos para as suas pautas, ou esse debate é feito de forma transversal nos eventos gerais? Quais são esses fóruns?
- 5- As mulheres do movimento têm se articulado com outros movimentos de mulheres? Quais?
- 6- Historicamente o mês de março é marcado por uma agenda de luta das mulheres do MST, como essa agenda é organizada? Como a pauta das mulheres é definida?
- 7- Quais as principais reivindicações das mulheres do MST?
- 8- Você participou do encontro de mulheres do MST que ocorreu em 2020? O que significou esse evento para você?
- 9- As mulheres do movimento têm tido um papel importante no resgate nas técnicas de plantio da prática agroecológica? Para você o que isso tem gerado?
- 10- Qual a importância da agroecologia na luta contra o modelo hegemônico da agricultura?
- 11- Você tem percebido uma relação entre o desenvolvimento das práticas agroecológicas e nos projetos que visam a autonomia das mulheres?
- 12- Você pode informar qual têm sido atualmente as principais ações do setor de gênero?
- 13- De que maneira as mulheres estão presentes na produção de produtos oriundos da reforma agrária? Existe uma rede política de solidariedade à essas mulheres?
- 14- Você acredita que pensar a reforma agrária através da visão da mulher é um projeto de reforma agrária diferente do projeto proposto pelo Movimento?